

Universidade Estadual do Norte Fluminense
Centro de Ciências do Homem
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Luana Puppim Pratti

**ELITES POLÍTICAS SUBNACIONAIS: PERFIL E CARREIRA POLÍTICA DOS
DEPUTADOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO (2003-2019)**

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2019

LUANA PUPPIN PRATTI

ELITES POLÍTICAS SUBNACIONAIS: PERFIL E CARREIRA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO (2003-2019)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, *stricto sensu* em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia Política, sob orientação do Prof. Dr. Hugo Alberto Cardozo Borsani e coorientação do Prof. Dr. Mauro Macedo Campo.

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

P917

Pratti, Luana Pupin.

ELITES POLÍTICAS SUBNACIONAIS : PERFIL E CARREIRA POLÍTICA DOS DEPUTADOS

ESTADUAIS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO (2003-2019) / Luana Pupin Pratti. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

133 f.

Bibliografia: 121 - 133.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.

Orientador: Hugo Alberto Borsani Cardozo.

1. Elites políticas. 2. Perfil social. 3. Carreiras políticas. 4. Deputados estaduais. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

LUANA PUPPIN PRATTI

ELITES POLÍTICAS SUBNACIONAIS: PERFIL E CARREIRA POLÍTICA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO (2003-2019)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, *stricto sensu* em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia Política, sob orientação do Prof. Dr. Hugo Alberto Cardozo Borsani e coorientação do Prof. Dr. Mauro Macedo Campo.

Campos dos Goytacazes, 25 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hugo Alberto Cardozo Borsani - Presidente
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof^a. Dr^a. Soraia Marcelino Vieira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
2019

AGRADECIMENTOS

A partir de agora novos caminhos se abrem, muitos obstáculos e dificuldades ficaram para trás e novos estão por vir. Durante esses anos de trabalho, aprendizados, frustrações e cansaço agradeço imensamente àqueles que compartilharam tudo isso comigo.

Agradeço, ao meu marido Douglas, pelo apoio nos momentos de desânimo e pela paciência nos momentos de angústia. Aos meus amigos e familiares, que compreenderam a minha ausência, foram alicerces e incentivadores para que eu pudesse não desistir e finalizar este trabalho. Aos amigos do Instituto Federal do Espírito Santo de Venda Nova do Imigrante que fizeram dos meus dias mais leves e menos difíceis, em especial a Sônia, Geórgia, Bárbara e Edson. A Alice e Letícia que chegaram na minha vida e me ensinam todos os dias sobre persistir.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de Doutorado. À Universidade Estadual do Norte Fluminense por permitir que em seu espaço possa ser discutido problemas, ideias e soluções para a vida cotidiana.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), com os quais pude trocar experiências de pesquisas e firmar laços de amizade. Em especial a amiga Karina Mello Pessine com a qual pude dividir a ansiedade e as incertezas deste trabalho e da vida.

Aos professores do PPGSP, que contribuíram para o meu entendimento de novas ideias e novas percepções do mundo. A cada um pela nobreza de instruírem com dedicação e paciência. A professora Wânia Mesquita, coordenadora do programa, pelo incentivo e por acreditar nos futuros pesquisadores. Ao professor Mauro Macedo Campos pelo apoio, sugestões e encorajamento para prosseguir.

Ao professor Paulo Magalhães Araújo pela amizade e por ceder o espaço do Centro de Estudos em Democracia e Instituições Políticas (CEDIP/UFES) para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, professor Hugo Alberto Cardozo Borsani, pela dedicação, pelas oportunidades, por tudo que me ensinou, por tudo que me permitiu avançar como pesquisadora, pelo exemplo profissional. Obrigada professor Hugo pelo amparo e apreço nos momentos difíceis, obrigada por acreditar que eu poderia chegar até aqui.

RESUMO

Este trabalho identificou o perfil socioeconômico dos parlamentares estaduais eleitos em São Paulo e no Espírito Santo entre 2003 e 2019 e observou os padrões das suas trajetórias políticas. Foram levantados dados biográficos dos deputados estaduais, que, organizados em um banco de dados, apontaram as principais características sociais e econômicas desses atores. Também observaram-se as experiências eletivas dos legisladores demonstrando o quanto são profissionalizados na atividade política. Utilizaram-se elementos dos métodos prosopográfico para a organização e análise dos dados coletados. Para o desenvolvimento da pesquisa, retomamos os pressupostos da teoria das elites e discussões acerca da profissionalização política. Buscaram-se também análises sobre a composição social e trajetórias políticas dos legislativos brasileiros para compreender melhor a dinâmica das elites parlamentares. Foi possível retratar um perfil social e político dos membros das assembleias legislativas bem como indicar as vias de acesso e saída das carreiras políticas e medir a experiência política desses representantes. O perfil encontrado dos deputados estaduais mostra que esse grupo é composto por homens, com média de idade próxima aos 50 anos, ensino superior completo e com atividades profissionais ligadas à área empresarial e comércio. Sobre as carreiras políticas dos legisladores, notou-se a importância da experiência política prévia para acesso ao cargo. Ainda constatou-se que os deputados estaduais preferem manter-se no cargo em questão a buscar concorrer a outros postos eletivos; assim, permanecer no cargo de deputado estadual lhes confere maior *expertise* e profissionalização política.

Palavras-chave: Elites políticas. Perfil social. Carreiras políticas. Deputados estaduais.

ABSTRACT

The present work identified socioeconomic profile of state parliamentarians elected in São Paulo and Espírito Santo between 2003 and 2019 and observed the patterns of their political trajectories. Biographical data were collected from state deputies, which were organized in a database and pointed out the main social and economic characteristics of these actors. Also it was observed the elective experiences of legislators demonstrating how professionalized they are in political activities. Elements of the prosopographic methods were used for the organization and analysis of collected data. In order to develop research assumptions of elites theory and discussions about political professionalization were retook. Analyzes on the social composition and political trajectories of Brazilian legislatures were also sought to a better understanding of the dynamic parliamentary elites. It was possible to portray a social and political profile about the members of the legislative assemblies, as well as to indicate the ways of accessing and exiting political careers and to measure the political experience of these representatives. The profile found of state deputies shows that this group is composed by men, with an average age close to 50 years, complete higher education and with professional activities related to business and commerce. Regarding the political careers of legislators, the importance of previous political experience for access to office was noted. It was also found that state deputies prefer to remain with the position in question rather than seek to run for other elective positions; thus, remaining in the position of state deputy gives them a greater expertise and political professionalization.

Keywords: Political elites. Social profile. Political careers. State deputies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Representação de Gênero por estado e legislatura ES e SP (em %) (2003-2019)	66
Tabela 2 – Idade Média por Estado e Legislatura ES e SP (em anos) (2003-2019)	69
Tabela 3 – Escolaridade dos deputados estaduais por legislatura (em %) (2003-2019)	72
Tabela 4 – Faixa de patrimônio dos deputados estaduais ES e SP (em %) (2003-2019)	75
Tabela 5 – Profissão dos deputados estaduais segundo o TSE (em %) (2003-2019)	79
Tabela 6 – Profissão dos deputados estaduais não declaradas no TSE (em %) (2003-2019)	81
Tabela 7 – Primeiro Cargo Eletivo dos parlamentares ES e SP em % (2003-2019)	Erro! Indicador não definido.
Tabela 8 – Origem do cargo anterior por estado e legislatura (em %) (2003-2019)	89
Tabela 9 – Participação em entidades associativas e/ou de classe antes da eleição para deputado estadual (em %) (2003-2019)	92
Tabela 10 – Político SP e ES % (2003-2019)	95
Tabela 11 – <i>Seniority</i> ES e SP % (2003-2019)	97
Tabela 12 – Total de cargos eletivos ES e SP % (2003-2019)	99
Tabela 13 – Longevidade das carreiras dos deputados estaduais por estado e legislatura (em %) (2003-2019)	102
Tabela 14 – Ocupou Cargo Institucional ES e SP % (2003-2019)	104
Tabela 15 – Natureza do cargo por estado e legislatura (em %) (2003-2019)	106
Tabela 16 – Direção da Carreira após deputado estadual (em %) (2003-2019)	108
Tabela 17 – Representação partidária dos deputados estaduais no ES e SP (em %) (2003-2019)	112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISITANDO A TEORIA DAS ELITES: ABORDAGENS PARA OS ESTUDOS SOBRE AS CLASSES DIRIGENTES.....	13
2.1 OS TEÓRICOS CLÁSSICOS DAS ELITES: MOSCA, PARETO E MICHELS .	13
2.2 WRIGTH MILLS E A ELITE DO PODER	18
2.3 ELITISMO E PLURALISMO DEMOCRÁTICO: CONCEPÇÕES ACERCA DAS ELITES POLÍTICAS NAS DEMOCRACIAS MODERNAS	20
2.4 OUTRAS ABORDAGENS: AS CONTRIBUIÇÕES DE BOTTOMORE E BOURDIEU PARA REFLETIR O TEMA DAS ELITES POLÍTICAS	23
3 CARREIRAS, PROFISSÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: DISCUSSÕES E NOTAS SOBRE O TEMA	28
3.1 A POLÍTICA COMO PROFISSÃO	28
3.2 QUAIS SÃO OS PADRÕES E TIPOS DE CARREIRAS POLÍTICAS QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS	33
3.3 PESQUISAS NA AMÉRICA LATINA E BRASIL SOBRE CARREIRAS POLÍTICAS	37
3.4 PANORAMA GERAL SOBRE OS ESTUDOS RELATIVOS A ELITES POLÍTICAS NO BRASIL	39
4 A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO PARA O ESTUDO DO PERFIL SOCIAL E CARREIRAS POLÍTICAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	51
4.1 OS MÉTODOS UTILIZADOS PARA O ESTUDO DAS CARREIRAS POLÍTICAS	51
4.2 EXPLICANDO AS VARIÁVEIS E A CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS	55
5 PADRÕES E MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO SOCIAL DA CLASSE POLÍTICA: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO.....	64
5.1 HOMENS E MULHERES: A DISTRIBUIÇÃO DOS REPRESENTANTES SEGUNDO O GÊNERO NOS LEGISLATIVOS SUBNACIONAIS	65
5.2 A MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE SP E ES	68
5.3 CAPITAL EDUCACIONAL: ELEMENTO DE ACESSO DE POSTOS DE PODER	70
5.4 CAPITAL ECONÔMICO: CLASSIFICANDO O PATRIMÔNIO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS.	73

5.5 PROFISSÃO	77
6 PADRÕES DE CARREIRA E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO	84
6.1 O INÍCIO DAS CARREIRAS POLÍTICAS	85
6.2 A EXPERIÊNCIA E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA	93
6.3 CONFIGURAÇÃO PARTIDÁRIA NAS ASSEMBLEIAS DE SP E ES	110
6.4 PERFIL E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS.....	113
7 CONCLUSÕES	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas relacionadas ao perfil social e às carreiras políticas dos parlamentares brasileiros focaram seus esforços em observar os grupos dirigentes que compõem o cenário político a nível federal (RODRIGUES, 2002, 2006, 2014; SANTOS, 2000; BRAGA et al, 2009; MARENCO E SERNA, 2007; MESSENERG, 2010; PINTO E SILVEIRA, 2018).

No que concerne ao plano subnacionais e locais, estaduais ou municipais, têm sido menos estudados seja devido à menor visibilidade dessa arena, seja devido às dificuldades encontradas no campo para coleta e organização das informações sobre esses indivíduos (ALCANTÁRA, 2016). Contudo, cabe mencionar, sobre os representantes municipais e relacionados ao perfil dos deputados estaduais, os trabalhos de Kerbauy (2005), Chaves (2009), Farias (2011), Bertholini *et al* (2012), Kerbauy e Rocha (2014), de Bertholini *et al* (2012), Dufloth *et al* (2013), Pratti et al (2016) e Pratti e Araújo (2019).

A discussão acerca das elites políticas tem ganhado novos impulsos no debate sobre representação e qualidade dos representantes. A investigação sobre o tema permite conhecer as características dos atores que ocupam espaços de poder no Estado – e também em organizações relevantes da sociedade civil – e que influenciam a tomada de decisões sobre os aspectos da vida social.

Pesquisas sobre perfil social dos representantes, profissionalização de carreiras políticas e institucionalização das organizações se desenvolveram a partir das problematizações apresentadas na Teoria das Elites (CODATO, 2008; CODATO E PERISSINOTO, 2008; PERISSINOTO, 2009).

Em termos gerais, a Teoria das Elites propõe que em todas as sociedades existe um grupo minoritário que governa e outro grupo formado pela maioria que é governado. O grupo de governantes é formado por aqueles indivíduos considerados mais capazes para desenvolver essa função; também a minoria governante existe, pois é organizada e ocupa posições de poder nas quais tomam decisões que afetam a vida dos demais indivíduos (daqueles que formam a maioria) (MOSCA, 1987; PARETO, 1984; MICHELLS, 1982; MILLS, 1975).

O objetivo principal desta pesquisa é identificar as características sociais, políticas e econômicas das elites parlamentares que alcançam o poder nos estados do Espírito Santo e de São Paulo. Além disso, a investigação pretende analisar

aspectos da carreira política dos deputados estaduais eleitos entre 2003 e 2019, observando, em particular, se é possível diferenciar padrões relativos ao perfil e à profissionalização política entre os deputados de cada estado e ao longo do tempo. Nesse sentido, consideramos que a profissionalização política depende de elementos institucionais e oportunidades oferecidas pelo sistema eleitoral (e o sistema de partidos por ele estruturado), estimulada pela ambição de carreira do representante.

Portanto, algumas qualidades e características sociais são socialmente mais valorizadas para exercer a atividade política, qualificando aqueles que os possuem como os melhores do grupo. Determinados perfis têm melhores chances de ter sucesso em alcançar um cargo político e exercer a atividade política como profissão.

Pressupõe-se que o sucesso na carreira política está vinculado às oportunidades que são oferecidas aos aspirantes a cargos eletivos. Assim, o êxito na carreira política pode se dar em vários sentidos: pode ser entendido como o resultado da competição eleitoral na qual o aspirante ao cargo consegue alcançá-lo; ou a manutenção do cargo também aponta para uma carreira bem-sucedida.

A finalidade neste trabalho é a de reconhecer as origens sociais dos deputados estaduais, tanto no que se relaciona com o perfil social como aquelas vinculadas à carreira política. Deve-se levar em consideração a construção das carreiras políticas dos representantes, apontando suas experiências em cargos eletivos, além da sua atuação no interior da instituição legislativa através da ocupação de postos considerados importantes dentro dessa esfera.

Em vista disso, se faz necessário investigar os caminhos percorridos pelos representantes relativos à construção da carreira política. Os deputados estaduais estão se reelegendo sucessivamente e criando *seniority* dentro das Assembleias Legislativas? É possível verificar se existe a tendência à profissionalização dos deputados nas casas legislativas estaduais?

Propõe-se, então, examinar dados referentes ao perfil social e os padrões de carreira política dos deputados estaduais eleitos, além de averiguar se houve mudanças no perfil dos representantes ao longo do período estudado (2003-2019). Foi excluído das análises o grupo de deputados que conseguiram ocupar o cargo de deputado estadual devido à suplência; sabe-se que esses indivíduos são importantes na composição das elites, visto que conseguem a cadeira parlamentar devido à saída de deputados que vão ocupar outros cargos eletivos ou públicos,

mas, devido às limitações para encontrar a biografia dos eleitos, as informações sobre os suplentes esbarram em entraves ainda maiores.

A pesquisa visa apresentar informações sobre os parlamentares que passaram pelas Assembleias Legislativas dos estados do Espírito Santo e de São Paulo, possibilitando maior conhecimento sobre o perfil sociopolítico e a carreira de um importante segmento da elite política: a elite parlamentar estadual.

A delimitação histórica entre os anos de 2003 e 2019 contempla cinco eleições e, portanto, cinco legislaturas. As eleições ocorreram em 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. As legislaturas correspondem aos seguintes períodos: 15ª legislatura (2003-2006), 16ª (2007-2010), 17ª (2011-2014), 18ª (2015-2018) e 19ª (2019-2022). A escolha do período se justifica por considerarmos que o número de eleições e legislaturas compreendidas seja suficiente para perceber alguns aspectos relativos à permanência dos deputados estaduais no cargo, identificar a existência ou não de padrões no perfil social, além de ser um espaço de tempo razoável para verificar questões sobre a profissionalização desses representantes.

A análise dois estados e o número de legislaturas pesquisadas permitem que seja realizado um estudo comparativo oportuno para revelar especificidades dos representantes de cada um dos estados e singularidades entre uma legislatura e outra.

Deve-se destacar que o recorte analítico da pesquisa proposta, focando a representação a nível estadual, se deu por dois motivos principais: primeiro devido aos escassos estudos que foram desenvolvidos no Brasil sobre elites políticas estaduais e suas carreiras, menos ainda quando se trata de pesquisas comparativas e longitudinais; outro motivo é a posição do cargo de deputado estadual no sistema eleitoral brasileiro: hierarquicamente, se observarmos os cargos oferecidos a nível municipal e nacional, o de deputado estadual está em um nível intermediário, assim pode ser usado como um cargo “trampolim” na construção de carreiras políticas.

O trabalho proposto deverá ser distribuído em cinco partes, sendo duas de cunho teórico e as demais de caráter empírico. A primeira parte consistirá em tratar as concepções abordadas pela Teoria das Elites. O segundo capítulo refere-se aos conceitos sobre profissionalização e carreira política. O terceiro capítulo demonstrará as escolhas metodológicas e os procedimentos adotados para o desenvolvimento da proposta. Os dois últimos capítulos analisarão de maneira

empírica o perfil social e econômico dos Deputados Estaduais, e, por último serão, examinadas as carreiras políticas dos parlamentares estaduais.

2 REVISITANDO A TEORIA DAS ELITES: ABORDAGENS PARA OS ESTUDOS SOBRE AS CLASSES DIRIGENTES.

A teoria das elites surge no final do século XIX e início do século XX em resposta ao avanço das teorias democráticas e marxistas (PERISSINOTTO, 2009; BIANCHI, 2016; GRYNSZPAN, 1999; HOLLANDA, 2011; BOBBIO, 2016). As teorias democráticas destacavam, em linhas gerais, a importância da participação do povo (ou das massas) na vida e nas decisões políticas. Argumento que vai de encontro ao que será proposto pela Teoria das Elites, que, em essência, via a participação das massas nas decisões políticas e esferas do poder como um equívoco.

Os primeiros expoentes da Teoria das Elites são Mosca, Pareto e Michels. Esses autores trazem em suas obras percepções sobre a classe dirigente a partir de suas próprias experiências na vida política. Inseridos num contexto político democrático, perceberão que a ideia de democracia é utópica e que a participação política é limitada a alguns membros da sociedade.

Ao longo do século XX, os debates sobre as relações entre elites políticas e democracia ganha novos contornos e posicionamento. Dahl e Schumpeter defenderão que não há incompatibilidade entre a existência de elites governantes e governos democráticos. Mills proporá que a elite política não é formada por apenas um grupo de indivíduos, mas que existem elites políticas, formadas por vários grupos, cada um com seus interesses e que se revezam no poder.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: a primeira parte retoma concepções dos teóricos elitistas clássicos; no segundo momento serão expostas as ideias desenvolvidas pelo elitismo democrático; em seguida serão realizados apontamentos sobre o tema nas obras de Mills, Bottomore e Bourdieu. O objetivo do capítulo é fazer uma revisão dos principais conceitos sobre o tema das elites políticas para assim dimensionar qual será a compreensão utilizada na pesquisa aqui proposta.

2.1 OS TEÓRICOS CLÁSSICOS DAS ELITES: MOSCA, PARETO E MICHELS

No final do século XIX e início do XX, tem-se na Europa um período de expansão dos governos democráticos e das ideias socialistas. Nesse contexto surge o que ficou conhecido na ciência política como Teoria das Elites, que tem como

principais expositores Mosca, Pareto e Michels, cujas obras se constroem com tom crítico aos preceitos democráticos de universalização da participação política das massas.

De modo geral, os teóricos elitistas têm por premissa a ideia de que existe nas sociedades uma minoria que comanda e uma maioria que é comandada, mesmo em ambientes que deveriam prezar por maior participação das massas. A partir desse pressuposto, veremos a seguir as proposições de cada um desses autores sobre o tema.

Segundo Mosca (1987), nas sociedades existe uma classe minoritária de governantes e uma classe maioritária de governados. A constituição da minoria governante – ou da elite política – é inerente à sociedade, mas isso não garante a qualidade dela. As classes governantes se constituem, pois seus membros possuem aptidão para dirigir e dispõem de características específicas que contribuem para tal. Acrescenta-se a isso o fato de essas minorias serem organizadas, coesas e compartilharem interesses em comum. Isso posto, a ideia conclusiva de Mosca pode ser organizada em concordância com a seguinte máxima: as minorias exercem o poder, pois são organizadas, e as maiorias são dominadas pelo primeiro grupo porque são desorganizadas.

Na obra “História das Doutrinas Políticas” (1987), Mosca dirá que existem duas forças que asseguram a coesão social: as intelectuais ou morais e as materiais. Sendo que as forças intelectuais congregam determinadas ideias e sentimentos, enquanto que as forças materiais reúnem meios para guiar as massas de acordo com seus interesses. Mosca define, portanto, as classes dirigentes como o conjunto de hierarquias que, da ótica material, dirigem a sociedade. Esse ponto pode ser visto no seguinte trecho:

O conjunto das hierarquias que, do ponto de vista material, dirigem uma sociedade forma o que hoje, ao menos na Itália, começa a ser designado habitualmente pelo nome de “classes políticas dirigentes”. Quanto ao conjunto de doutrinas e de crenças que dão fundamento moral ao poder dos dirigentes, constitui o que muitos, em nossos dias, chamam na Itália “fórmula política” (MOSCA, 1987, p. 12).

Entende-se por fórmula política as maneiras pelas quais a classe política justifica seu domínio a partir das crenças e dos valores compartilhados pelo imaginário social em determinada época. Desse modo, o poder da minoria não só é

justificado, mas também legitimado, pois se pressupõe que só os melhores indivíduos da sociedade são capazes de agregar certas qualidades morais e materiais. Mosca estabelecerá três critérios essenciais que distinguem a minoria governante da maioria governada, sendo eles: a riqueza, a posição social do nascimento e o mérito.

O caráter predominante e quase indispensável que preside à formação desta classe consiste na aptidão para dirigir. Como já havia compreendido Saint-Simon, esta aptidão consiste num certo número de qualidades pessoais que, numa certa época e num povo determinado, são mais indicados para exercer aquela direção. Pode-se acrescentar a isto a vontade de dominar e a consciência de possuir as qualidades requeridas. As qualidades de que falamos não são sempre as mesmas; elas se modificam porquanto as condições intelectuais, morais, econômicas e militares de cada povo mudam continuamente e sua organização política se altera necessariamente. (MOSCA, 1987, p. 314)

Além do conceito de Mosca sobre a classe política, é necessário compreender, para os estudos sobre elites políticas, o método empregado por ele. O autor utilizará o método histórico-comparativo para a observação dos fenômenos políticos, o que permitiria identificar as regularidades dos fatos, que seriam importantes para aqueles estudiosos da ciência política, sobretudo para os que estudassem as classes políticas.

Seria, portanto, através da observação dos fatos que se poderia elaborar percepções acerca da sociedade e de suas instituições. Em essência, o objeto das pesquisas em ciência política deveria ser a formação e organização das classes DIRIGENTES (MOSCA, 1987; BOBBIO, 2016; PERISSINOTTO, 2009; BIANCHI, 2016).

Sendo assim, de acordo com Mosca (1987), é importante estudar os métodos de recrutamento da classe dirigente, ou seja, compreender as regras pelas quais a classe política admite e conserva determinados indivíduos e recusa outros (por exemplo, verificar quais qualidades pessoais podem ser utilizadas como bases de recrutamento, bem como as forças intelectuais e materiais). As elites políticas são formadas, então, por minorias organizadas que possuem determinadas qualidades pessoais e que ocupam os quadros formais do governo.

Tendo exposto em linhas gerais o pensamento de Mosca sobre elites políticas, cabe apresentar as ideias gerais de Pareto. Considerando que, para Mosca, os indivíduos que fazem parte da elite possuem caracteres morais, o critério

utilizado por Pareto (1984), para a definição de elite, está relacionado com a eficiência apresentada pelos indivíduos. De outro modo: a elite é composta pelos melhores homens que exercem determinada atividade; são os melhores em seus ramos.

Pareto tem como ponto principal de sua reflexão sobre elites políticas a questão da circulação das elites; assim, ponderará sobre a ascensão e queda desses grupos. O autor argumenta que a circulação das elites está vinculada às estruturas institucionais disponíveis. Sendo assim, nenhuma estrutura institucional é capaz de manter a mesma elite para sempre, inclusive nos regimes socialistas: um grupo decairá para outro ascender dentro do próprio regime.

O conceito de elite de Pareto, à diferença da noção de classe política da primeira fase de Mosca, não se limita aos quadros formais do governo e da política. Trata-se de uma categoria mobilizada para a observação de todos os grupos dispostos na sociedade. A premissa dessa ideia é que, em qualquer ramo da atividade humana, alguns homens são melhores do que outros e alcançam maior destaque no desempenho de seus ofícios. (...) o critério para definir uma boa ou má elite é a maior capacidade de executar uma atividade específica. (HOLLANDA, 2011, p. 29)

Pareto (1984) não vê a sociedade como um conjunto homogêneo; ao contrário, para ele a sociedade é desigual e heterogênea, e isso pode afetar o equilíbrio social. A sociedade será, então, dividida em dois estratos: um superior e um inferior. O superior é a elite ou classe eleita, que são aqueles indivíduos que possuem maior capacidade de realizar aquilo que fazem – maior capacidade de exercer determinada ação, função ou trabalho. Há, ainda, uma divisão dentro da elite: a elite governante e a não governante.

Para que exista um equilíbrio social, é importante que ocorra a circulação entre essas elites. De tempos em tempos e de acordo com os recursos sociais valorizados, uma elite degenera e outra ascende.

[...] o acesso à classe governante não se faz apenas pela via da vocação inata para o mando político. Segundo Pareto, alguns indivíduos podem chegar a essa posição de mando por meio daquilo que ele denomina de “hereditariedade”, isto é, por meio da influência política de famílias que, além dos cargos políticos, controlam a riqueza e conexões sociais (1935). O resultado desse processo é que vários indivíduos que não têm as qualidades necessárias (isto é, a combinação adequada de resíduos) para o exercício do domínio político passam a ocupar um lugar importante no interior da elite política. Quando isso acontece, a elite política entra em um processo de degeneração. (PERISSINOTTO, 2009, p.68)

O último teórico elitista clássico do qual serão apresentadas as ideias é Robert Michels. O autor elabora críticas à democracia, sobretudo a sua forma conhecida como autogoverno das massas. Tais apontamentos são realizados a partir de sua experiência política no partido¹: ele se afastará deste à medida que percebe que, mesmo em um ambiente visto como mais democrático – nesse caso específico a organização partidária socialista –, surge e perdura em seu interior um pequeno grupo que controla as posições e decisões importantes, afastando das massas as possibilidades de participação, deliberação e/ou resoluções.

Isso é possível de ocorrer, segundo Michels, devido ao crescimento da organização e a demanda abundante de assuntos que devem ser deferidos, os quais a massa não tem condições materiais² e técnicas para enfrentar. O desenvolvimento da organização e de suas demandas reivindica a necessidade de técnicos que saibam operar os trâmites burocráticos da instituição e consigam também ter conhecimento sobre os assuntos requeridos para tomar decisões. Nos partidos modernos, a coletividade não tem condições de resolver diretamente os problemas surgidos internamente na organização; sendo assim, surge a necessidade de delegados para representar as massas, assegurando a realização de seus anseios (MICHELS, 1982). Dessa forma, a profissionalização desses indivíduos torna maior a distância entre o grupo dirigente e o grupo dirigido, aumentando a distância entre os chefes e as massas. Logo, a oligarquia é formada por aqueles indivíduos que se especializam e profissionalizam na política e ocupam postos de direção.

A lei de ferro da oligarquia resultará da capacidade que essa minoria dirigente (ou chefes) possui de impor sua vontade e seus interesses à maioria dirigida (ou massas). A vontade da maioria sucumbe aos interesses da minoria. Desse modo Michels conclui que as oligarquias são próprias da organização partidária e da democracia; contudo, isso não impede a democracia: a ideia de democracia deve ser revista e não mais entendida como autogoverno das massas, pois essa é uma concepção idealizada. Deve-se pensar numa democracia possível, onde as massas

¹ Michels militava no partido socialista alemão e sua crítica a democracia e as organizações democráticas serão baseadas em grande medida na sua experiência política nas atividades partidárias que desempenhou.

² Aqui refiro condições materiais como sendo as condições físicas que impossibilitam as massas de se reunirem constantemente para resolver as demandas e interesses abundantes do partido e/ou da sociedade.

possam defender seus interesses e controlar as oligarquias (MICHELS, 1982; PERISSINOTTO, 2009).

Em termos gerais, nas concepções de Mosca, Pareto e Michels, a elite política é caracterizada por indivíduos que compartilham características comuns, possuem interesses convergentes e são capazes de influenciar as decisões nas esferas de poder. Os indivíduos que compõem a elite política têm por objetivo não só o acesso, mas também o controle das instituições.

2.2 WRIGTH MILLS E A ELITE DO PODER

Mills, na obra “A elite do poder” (1975), analisará a formação dos membros da sociedade que se tornam capazes de tomar decisões que impactam a nação americana em meados do século XX. O autor parte da ideia que essas agrupações são compostas de um pequeno número de indivíduos, mas que suas ações impactam na vida da maior parte – ou em alguns casos toda – da população.

Sendo assim, existiriam dois tipos de homens: os que são comuns e aqueles que ocupam posições nas quais podem olhar para a vida das pessoas comuns e tomar decisões que as atinjam. Esses homens possuiriam experiências técnicas e políticas que transcendem as do homem comum (MILLS, 1975; p. 11). A análise de Mills se preocupa com as posições que os homens capazes de tomar decisões, ocupam dentro das instituições, desenvolvendo assim uma sociologia das posições institucionais. Assim ressalta:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais [...]. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam, atualmente, os meios efetivos do poder e a riqueza e a celebridade que usufruem. (MILLS, 1975, p.12)

[...] nosso conceito de elite do poder não se baseia apenas na correspondência das hierarquias institucionais em questão, ou nos muitos pontos em que seus interesses coincidem. A elite do poder, como concebemos, também depende da identidade entre os que a formam, de suas relações pessoais e oficiais entre si, de suas afinidades sociais e psicológicas. A fim de perceber a base pessoal e social da unidade da elite do poder, temos, primeiro, que recordar os fatos ligados a origem, carreira e estilo de vida de cada um dos tipos de círculos cujos membros compõem a elite do poder. (MILLS, 1975, p.329)

As bases do poder americano estavam centradas em três domínios: econômico, militar e político (outrora o poder da igreja e/ou da família já havia dominado a sociedade). Cada um desses meios tem seus membros e suas regras, contudo eles estabelecem inter-relações. Seus membros compartilham crenças morais e psicológicas, relacionam-se entre si, compartilham os mesmos espaços sociais e interesses, garantindo a unidade da elite. Essa “coesão” de grupo, Mills denomina altas rodas. As altas rodas são, portanto, indivíduos organizados em grupos que compartilham determinados aspectos da vida social, relacionam-se e tomam decisões que afetam a maioria dos cidadãos, mas que são condizentes com os interesses dos membros dos grupos da elite do poder.

As três esferas da elite do poder se revezam na condução das decisões do governo e do Estado. Conforme o período observado e a conjuntura social ou econômica, determinado grupo prevaleceria nas posições do poder. Contudo, haveria um revezamento entre as elites nas esferas do poder ligadas ao governo, para evitar a emergência de governos autoritários. Conseqüentemente, as decisões seriam convergidas para determinados grupos de interesses, limitando, portanto, os temas postos em discussão.

No entanto, a elite do poder não apenas se revezaria em cargos e funções que lhes seriam próprias: ocuparia igualmente posições que pertenceriam a outros grupos de poder. Assim sendo, um membro do grupo político poderia atuar em algum momento no grupo econômico ou militar e vice-versa.

É importante salientar, o destaque que o autor dá, em sua obra, ao papel da educação na formação das elites. A educação é o instrumento de socialização entre os membros dessa elite: ambiente no qual se criam vínculos, se compartilham e se reforçam interesses e mantêm a unidade de classe. Somados à educação estão os laços familiares e de amizade, que funcionam como mecanismos de unificação e influência pessoal (PERISSINOTTO, 2009; MILLS, 1975).

Apesar de identificar dois grupos na sociedade, uma minoria que exerce o poder e uma maioria submissa a esse poder, e ao concordar que a elite do poder não é sempre a mesma – ela se modifica ao longo do tempo e seus membros são substituídos –, aproximando-se da visão dos teóricos elitistas vistos na seção anterior, Mills se distancia destes, pois considera que, para fazer parte da elite do poder, é necessário ocupar posições institucionais: as condições morais dos indivíduos não seriam determinantes para que pudessem fazer parte da elite – ou

seja, suas qualidades e características morais e psicológicas não são essenciais –, mas é primordial sua posição.

Discorda também da noção de que em toda sociedade e em todos os tempos existem uma classe dominante e uma dominada e que isso condiciona os fatos históricos: os membros da elite não são sempre os únicos fazedores da história.

2.3 ELITISMO E PLURALISMO DEMOCRÁTICO: CONCEPÇÕES ACERCA DAS ELITES POLÍTICAS NAS DEMOCRACIAS MODERNAS

O elitismo democrático afasta-se da ideia da democracia como governo do povo, ou seja, do povo como soberano e tomador de decisões. Representantes dessa linha teórica, Dahl (1970; 1997) e Schumpeter (1983) refletem sobre a democracia real, ou a democracia possível, e nesta existem grupos de interesse que competem entre si pelo voto para alcançar o poder e implementar suas preferências.

Esses autores concordam que uma minoria governa, mesmo nas democracias em que a participação política deveria ser ampliada às massas. As massas acabam por restringir sua participação política através do sufrágio universal e menos através das decisões públicas.

Em sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1983), Schumpeter faz crítica à teoria clássica da democracia, rejeitando que a vontade do povo seja capaz de produzir o bem comum. A democracia proposta pela teoria clássica é inviável para o autor, primeiro porque pressupõe um consenso entre as vontades individuais, segundo porque ela propõe que os homens chegassem ao consenso de forma racional. Schumpeter considera que a capacidade de racionalização do indivíduo para discutir questões públicas é restrita (SCHUMPETER, 1983; PERISSINOTTO, 2009; HOLLANDA, 2011; PALASSI FILHO, 2016).

Sua visão de democracia é utilitarista: em vez de propor, como na concepção clássica, uma democracia que emana do povo, propõe que em condições reais um grupo limitado de pessoas possa competir pelo voto em disputa pelo poder e, assim, aqueles que conseguirem ocupar esses espaços de poder possam agir em lugar dos cidadãos. São as elites as responsáveis por formularem as políticas e, assim, conformam os interesses dos cidadãos. Portanto, as elites não oferecem o que o povo quer, mas o povo quer – e aceita – o que as elites oferecem. Esse é o cerne da sua proposta de elitismo democrático.

Deve-se salientar que para Schumpeter democracia é um método utilizado pelos atores envolvidos na competição política com o objetivo de alcançar o poder: “...o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1983, p. 328). A condição para que o método democrático funcione de maneira eficiente é que as elites políticas que coordenam as organizações políticas sejam de alta qualidade.

O governo não deve ser guiado pelo povo, pois este não tem interesse por assuntos políticos, além de não agir de forma racional. A massa é um corpo de indivíduos amorfo e irracional. Nas democracias modernas, a participação do povo no governo deve ser restrita através do sufrágio universal (SCHUMPETER, 1983).

[...] o autor identifica um cenário real constituído por elites políticas, com diferentes estratégias de captura de voto, em disputa pelo poder e referidas aos interesses dos eleitores apenas na medida do seu próprio interesse. Nesse sentido, a atenção dos representantes aos representados deixa de ser um fim em si mesmo para constituir um instrumento subordinado à promoção do autointeresse. (HOLANDA, 2011, p.41)

Nos sistemas democráticos modernos, a política tornou-se uma carreira, criando políticos profissionais, os quais se tornam gestores e estadistas. Em essência, a “[...] democracia é o governo dos políticos” e, para participar da vida pública/política, precisa de determinadas características para o exercício da função (SCHUMPETER, 1983, p. 347). O modelo proposto por Schumpeter é um modelo concorrencial no qual a democracia é sintetizada na competição entre as elites políticas que devem guiar a vida dos cidadãos (PALASSI FILHO, 2016).

Robert Dahl, por sua vez, entende a democracia como a responsividade do governo, ou seja, seu esforço em atender as preferências dos seus cidadãos (DAHL, 2015). A responsividade abarca três dimensões fundamentais: a oportunidade de formular preferências, de expressá-las e de as terem atendidas.

Para o autor, a democracia real – o que chama de poliarquia – é marcada pela competição (contestação pública) e ampliação da participação. A competição está ligada à questão de grupos diferentes com interesses diversos se organizarem e competirem pelo poder e pelo direito de terem suas demandas atendidas; a participação desses diversos grupos e manifestação de seus interesses é o que Dahl denomina pluralismo democrático.

A participação está vinculada ao direito de os indivíduos se organizarem em associações, competirem pelo voto e manifestarem suas preferências. Portanto, o pluralismo seria um dos principais pontos da democracia, pois os diferentes grupos sociais estariam em competição pelo poder e pela execução de suas preferências para o governo (DAHL, 2015).

Dahl também usará variações institucionais para explicar a democracia. A democracia é fruto do cálculo de custo-benefício feito pelos atores políticos. De seu ponto de vista, a competição e a participação tenderiam a produzir um ambiente político plural, sendo a representação de preferências e interesses, a renovação das lideranças e a politização do eleitorado elementos que compõem tal pluralidade. Em relação ao exercício da atividade política nas democracias, pode-se destacar que: “Atores políticos tomam decisões [...] agem politicamente. E a maneira como atuam desempenha um papel decisivo na obtenção e manutenção da democracia” (LIMONGI, 2015; In: DAHL, p. 21-22).

Ao considerar que os atores tomam decisões, Dahl criticará o trabalho de Mills por este basear sua definição de elites apenas nas posições ocupadas, desconsiderando as decisões. Aqui fica evidenciada a diferença desses dois autores em relação ao estudo das elites políticas: Mills inaugura o que conhecemos como método posicional (leva em consideração as posições de poder ocupadas), para Dahl, para saber quem são as elites, é preciso saber quais são os indivíduos ou grupos que efetivamente tomam as decisões fundamentais que afetam a sociedade (método decisional). Portanto, para Dahl, a elite do poder seria uma minoria cujas preferências prevalecem ao se tomar determinadas medidas (Perissinotto, 2009).

[...] os pluralistas, aceitam que a vida política é controlada por minorias e que a democracia não pode ser um governo baseado no exercício direto do poder pelo povo; a democracia só pode funcionar adequadamente numa sociedade suficientemente complexa do ponto de vista social isto é, na qual os recursos de poder estejam dispersos por toda a sociedade, a ponto de produzir vários grupos organizados (isto é, várias minorias) capazes de concorrerem entre si na vida política (PERISSINOTTO, 2009, p.143).

O elitismo e pluralismo democrático preconizado por Schumpeter e Dahl não prevê incompatibilidade entre democracia e a existência de elites; ao contrário, inaugura um movimento de reconciliação entre democracia e existência das elites (BOTTMORE, 1974). Uma das premissas do pluralismo elitista é a conjugação da existência de minorias que comandam a vida política com a democracia. A

existência de elites não anula a existência da democracia; a democracia é possível quando existe uma pluralidade de elites.

Os autores afastam a percepção clássica da democracia como governo do povo: nas democracias reais, existem grupos com interesses diversos que competem entre si para ocuparem espaços públicos e assim conseguem responder as suas preferências; em outras palavras, existe uma pluralidade de interesses em competição.

Se a teoria das elites nasce com tom crítico à ideia de democracia como autogoverno das massas, com o próprio desenvolvimento da democracia, haverá um movimento de reconciliação entre democracia e existência das elites. Nesse sentido o traço característico da democracia é permitir que as elites se organizem de maneira livre e concorram pelos votos para ocupar os postos de poder (BOTTOMORE, 1974).

2.4 OUTRAS ABORDAGENS: AS CONTRIBUIÇÕES DE BOTTOMORE E BOURDIEU PARA REFLETIR O TEMA DAS ELITES POLÍTICAS

Nos tópicos anteriores, vimos as principais abordagens teóricas para o estudo de elites políticas. A discussão primeiramente exposta começa pelos autores que ficaram conhecidos como elitistas – Mosca, Pareto e Michels. Em seguida, apontamos o desenvolvimento da temática com W. Mills, Schumpeter e R. Dahl, autores que consideram viável a premissa dos elitistas de que nas sociedades existe uma minoria governante e uma maioria governada e que tal divisão é compatível com a democracia.

Nesta seção a proposta é ampliar o escopo de abordagens teóricas e metodológicas possíveis para o estudo das elites políticas. Apesar da miríade de autores cujas ideias poderíamos expor, escolhemos T. Bottomore e Bourdieu, pois suas contribuições auxiliam no desenvolvimento da pesquisa empírica aqui proposta.

A teoria das elites, como dito anteriormente, surge em contraposição aos ideais democráticos e marxistas vigentes no século XIX, que defendiam, respectivamente, a participação das massas na direção do Estado e uma sociedade sem classes (portanto, sem divisão entre dominantes e dominados). A participação

das massas teria como objetivo a igualdade entre os membros da sociedade (BOTTOMORE, 1974).

Bottomore (1974) retoma, então, as discussões dos teóricos elitistas e as concepções marxistas com o intuito de compreender se são as elites ou as classes sociais que contribuem para as transformações nas estruturas sociais.

Ao refletir sobre as teorias de Mosca e Pareto, Bottomore faz crítica ao conceito de classe governante do primeiro e concorda com a crítica de Gramsci à ideia de Mosca de classe política: Mosca não define bem o que quer dizer com classe política, seu conceito é limitado e instável. Em relação a Pareto, Bottomore pondera sobre os limites de sua ideia de circulação das elites que será exposta mais detalhadamente a seguir.

Bottomore (1974) resgata a ideia de circulação das elites proposta por Pareto indicando a contribuição desse conceito para o estudo de grupos dominantes e seus limites. Pareto irá observar que os indivíduos circulam entre a elite e a não elite, mas também põe foco no processo de substituição de uma elite por outra. Porém em sua obra não deixa claro como ocorre essas mudanças.

Um dos limites da explicação de Pareto, segundo Bottomore (1974), é considerar as elites como representantes de certos interesses e afirmar que a circulação das elites está vinculada a ascensão e queda desses interesses; outra inadequação de sua exposição é demonstrar a mudança das elites através de exemplos históricos e não em evidências estatísticas e comparativas³. Bottomore elucida que “[...] na ascensão e queda das classes inteiras deve-se atribuir certo peso às características individuais, porém uma influência mais importante é exercida por mudanças estruturais que afetam as funções dos grupos de elite” (BOTTOMORE, 1974, p. 53).

O termo “elite” tem sido empregado no sentido de grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem elevado status (BOTTOMORE, 1974, p. 15). Assim diz que:

Utilizarei o termo empregado por Mosca, “classe política”, para referir-me a todos os grupos que exercem poder ou influência política e estão diretamente empenhados em disputas pela liderança política. Distinguirei no

³ Bottomore (1974) tecerá uma crítica a essa questão da análise da teoria das elites a partir de exemplos históricos e não a partir da verificação de dados e estatísticas. Essa crítica será exposta de maneira mais detalhada no capítulo 3.

seio da classe política um grupo menor, a elite política, compreendendo os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época (BOTTOMORE, 1974, p. 15-16).

A democracia implica igualdade, mas igualdade democrática não quer dizer que não haja desigualdades na natureza moral ou intelectual dos homens, por exemplo, mas que serão proporcionadas a cada indivíduo as mesmas oportunidades de desenvolvimento como indivíduo e cidadão, e iguais oportunidades políticas (BOTTOMORE, 1974).

Para discutir a questão de igualdade, Bottomore retoma Marx, o qual tem por pressuposto geral que a igualdade só seria atingida numa sociedade sem classes. Contudo, o capitalismo não se desenvolve a esse ponto. Bottomore faz uma crítica à concepção de Marx sobre a igualdade e a sociedade sem classes. Visto que a igualdade é inviável nas sociedades de massas, as elites se tornam indispensáveis (BOTTOMORE, 1974). As elites são formadas pelos indivíduos mais capazes, independentemente de sua origem social; assim deve-se substituir a ideia de igualdade por igualdade de oportunidades.

O conceito de “elite governante” ou “classe política” foi proposto como uma alternativa; em parte, como vimos, para demonstrar a impossibilidade de se atingir uma forma de sociedade sem classes [...] O conceito de elite governante evita, principalmente, o problema de demonstrar que uma determinada classe, definida em termos de sua posição econômica, domina de fato todas as esferas da vida social (BOTTOMORE, 1974, p. 30).

Se por um lado o termo “elite” é um conceito teórico que procura apreender as mudanças sociais e políticas, por outro o termo é ideológico à medida que exprime uma disputa entre liberalismo e socialismo como formas de organização social (BOTTOMORE, 1974). O esforço de Bottomore caminha no sentido de unir as tradições teóricas elitistas e marxistas nas análises referentes às estruturas sociais e às mudanças que podem ocorrer nelas. Ambas as correntes possuem seus limites e contribuições para tal: se as ideias de classe governante ou elite política são determinadas pelas forças morais e qualidades individuais, a ideia de classe é limitada às condições econômicas do indivíduo. Cada uma dessas concepções em determinado momento histórico e conjuntura social será capaz de contribuir para a explicação da realidade e das mudanças sociais (BOTTOMORE, 1974).

Outro autor que utilizaremos para expandir nossa compreensão sobre elites políticas e as questões sobre seu perfil social e carreiras políticas é Bourdieu. Esse autor reflete sobre o campo político e o poder simbólico (sendo o poder político um desses), conceitos que serão expostos a seguir.

Bourdieu reflete acerca da questão do campo político. Considera o campo político um microcosmo autônomo: é uma parte do mundo social que tem suas próprias leis, suas próprias regras de funcionamento. Desse modo necessita que os indivíduos que participem desse campo compreendam sua dinâmica. Portanto, o campo político é dividido entre os profissionais e os profanos, ou seja, entre aqueles que conhecem suas regras e atuam de acordo com elas e aqueles que não conhecem a dinâmica do campo político (BOURDIEU, 2011).

O campo político é o lugar no qual determinado número de pessoas possui certas condições de acesso ao campo e atuam (jogam) de acordo com as regras que o campo estipula. Bourdieu destaca que existem condições sociais que implicam o acesso a esse campo, por exemplo, o tempo livre e a educação: “Sabe-se que essas propensões, essas aptidões, essas capacidades são muito desigualmente distribuídas, não por natureza [...], mas porque existem condições sociais de acesso à política” (BOURDIEU, 2011, p.196). Para conhecer a atuação de um político, além de saber quais suas bases, sua origem social, é necessário notar a posição que ocupa no campo.

Dito de outra forma, a noção de campo relativamente autônomo obriga a colocar a questão do princípio das ações políticas e obriga a dizer que, se queremos compreender o que faz um político, é por certo preciso buscar saber qual é a sua base eleitoral, sua origem social...,mas é preciso não esquecer de pesquisar a posição que ele ocupa no microcosmo e que explica uma boa parte do que ele faz” (BOURDIEU, 2011, p. 199).

Os sistemas simbólicos são na verdade instrumentos de luta pela dominação. O entendimento do mundo social através desses sistemas vai depender daquelas classes ou grupos que conseguem produzir o poder simbólico e exercer os interesses desse poder sobre os outros indivíduos (BOURDIEU, 2001).

Para a compreensão do poder simbólico, é preciso definir mais claramente o *habitus*. O *habitus* é um haver, um capital. Em outras palavras: uma forma de existir a partir das condições que se tem (materiais ou imateriais). O sujeito incorpora determinados capitais (político, econômico e cultural) e, a partir daí, apreende o

mundo e dá sentido a ele, para depois agir. É essa forma de agir a partir de um capital que determina o *habitus*. Ele é exercido dentro de um campo específico, ou seja, através de determinadas práticas limitadas e simbólicas em um espaço social. A limitação do campo é importante para que a compreensão do mundo seja mais objetiva e racional.

O campo político está sujeito a constrangimentos e limitações os quais se faz necessário apreender para atuar neste campo. Os sujeitos que fazem parte desse campo, ou melhor, que exercem um determinado poder simbólico, qual seja, o de governar, por exemplo, devem reunir atributos que os permitam exercer a atividade política. Assim, os indivíduos pertencentes a esse grupo precisam incorporar o *habitus* do campo político, ou seja, devem compreender as crenças e valores, o modo de ser e de compreender o mundo necessário para exercer atividades no campo político.

Os indivíduos pertencentes a esse campo concentram determinado capital político (por exemplo, tempo livre e capital cultural), o que confere o exercício do poder simbólico. Vale lembrar que o capital político é concentrado em um pequeno grupo (aqui pode-se relacionar com a visão da teoria das elites: uma minoria possui atributos e qualidades necessários para exercer a dominação ou governo).

Tanto Bottomore como Bourdieu permitem reflexões além da perspectiva da ciência política: expandem as percepções sobre elites políticas para a seara da sociologia política.

3 CARREIRAS, PROFISSÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: DISCUSSÕES E NOTAS SOBRE O TEMA

3.1 A POLÍTICA COMO PROFISSÃO

Para discutir carreiras políticas, nos parece apropriado voltar às reflexões propostas por Weber. Em “Ciência e Política: duas vocações” (2011), Weber discute a questão da profissionalização política e como a questão impactará na organização do Estado, sendo este a forma legítima de dominação da sociedade. Ao falar das fontes de dominação (tradicional, legal e carismática), o autor destaca que o carisma é característica primordial do chefe por vocação, o que contraria a dominação legal que estava sendo exercida pelo treinamento constante daqueles que faziam parte das instituições.

Para Weber (2011) a política seria exercida por dois tipos de indivíduos: aqueles que vivem para a política e os que vivem da política. A atividade política só seria bem exercida por aqueles que possuem recursos materiais e disponibilidade para exercer a atividade; desse modo não teriam interesse em tirar seus proventos da atividade política. A ideia consiste de que líderes e camadas dirigentes devem ser recrutados por critérios plutocráticos, ou seja, aqueles que desejam exercer atividade política devem ter recursos financeiros suficientes que não tenham origem na atividade política, mas sim em outras esferas.

O crescimento das instituições políticas começa a exigir formação especial daqueles que participam da luta pelo poder; assim se colocam duas categorias de funcionários: os funcionários de carreiras e os funcionários políticos. Weber chama a atenção para os traços particulares dos políticos profissionais (ler, formação humanista, ser parte da nobreza ou patriciado, ser jurista).

A democratização, o sufrágio universal e a ascensão dos partidos de massa são vistas por Weber como situações que podem deteriorar a atividade política e a qualidade dos políticos por vocação, transformando-os em políticos profissionais.

Weber coloca em perspectiva duas figuras das principais que fazem parte da atividade política: a primeira construída a partir do treinamento e especialização e que configura e atua nas instituições organizadas do Estado ou dos partidos; a segunda relativa ao sujeito com atributos, sobretudo o carisma, que o conduz para o exercício “natural” da atividade política, que seriam os políticos por vocação. Os

vocacionados poderiam, ao atuar na atividade, receber treinamentos e se tornar especialistas.

Se de acordo com Weber políticos que vivem *para* a política são aqueles que atuam por uma causa ou ideal, por outro lado aqueles que vivem *da* política buscam realizar seus interesses particulares ou se beneficiar financeiramente através das atividades públicas. Viver *para* e viver *da* política podem ser situações conjugadas numa única trajetória.

O crescimento dos partidos políticos de massas a partir de meados do século XIX, sua organização e a profissionalização de seus membros são essenciais para se entender quais são os agentes que operam a atividade política, a exemplo do *boss* americano. Assim Weber questiona: “Que é o *boss*? É um empresário político capitalista, que busca votos eleitorais em benefício próprio, correndo os riscos e perigos inerentes a essa atividade” (WEBER, 2011, p. 95), e acrescenta: “...os *boss* se lançam contra os *outsiders*” (WEBER, 2011, p. 97). Weber vê no *boss* o político profissionalizado e treinado, que, ao competir em eleições, dificulta a entrada de novatos, pois consegue controlar recursos pessoais ou institucionais para tal.

Alcántara (2016) propõe a importância de se discutir a questão da profissionalização política – profissionalização do político – e os aspectos da carreira política. O autor ressalta a pertinência de se estudar os indivíduos que exercem atividade política e as dificuldades para se falar sobre o tema; assim propõe uma miríade de questões relacionadas a esse problema.

Para a Alcántara (2016; 2017), as carreiras políticas possuem três etapas: a entrada (e os mecanismos de entrada), a manutenção/desenvolvimento e a saída. Esses pontos são influenciados tanto por questões individuais/pessoais como por limitações institucionais (por exemplo os sistemas eleitorais e a organização dos partidos políticos). A seguir nos ateremos numa explicação breve sobre a visão de Alcántara relativa a cada uma dessas etapas.

O início das carreiras políticas pode ter vários modelos, conjugando variáveis institucionais e individuais. As variáveis institucionais estão ligadas, por exemplo, aos sistemas eleitorais adotados, formas de governo, organização partidária, regras e normas institucionais. As características individuais impactará no formato institucional (ALCANTÁRA, 2016), visto que qualidades como riqueza e/ou profissão serão consideradas no momento do recrutamento partidário.

A entrada na carreira política no Brasil, por exemplo, está restrita a uma série de regras institucionais, como idade mínima para concorrer ao cargo, ser membro de um partido político, ao mesmo tempo em que essas regras colocam restrições àqueles que podem estar aptos a concorrer aos cargos. Simultaneamente, os atributos pessoais dos indivíduos que almejam uma posição de elite política interferem nessas instituições: as instituições podem favorecer determinadas qualidades em detrimento de outras, considerando que as escolhidas sejam mais adequadas para o exercício da atividade política e defesa de interesses como por exemplo uma formação ligada ao Direito.

O capital político necessário para o começo das carreiras estão ligados aos seguintes aspectos: a militância, o nível de formação/experiência profissional/*expertise técnica*, popularidade/notoriedade, os vínculos familiares e a renda/situação financeira (ALCÁNTARA, 2016; 2017); tais aspectos não são excludentes entre si; ao contrário, muitas vezes estão associados; por exemplo, podem estar associados à entrada de carreira, à formação e aos vínculos familiares. Deve-se acrescentar ainda a esses aspectos a dimensão do associativismo que pode se dar por movimentos estudantis, movimentos religiosos, participação em sindicatos, participação associações comunitárias, entre outras.

O desenvolvimento das carreiras políticas dependerá do uso de estratégias, recursos e capital para manutenção da posição de elite política e estará relacionado com o tipo de ambição política que cada indivíduo possui em relação a carreira política.

Todavia, as carreiras sofrem influência da reputação do político, este ligado à aprovação – ou desaprovação – que pode receber dos partidos, eleitores e meios de comunicação (ALCÁNTARA, 2016; 2017).

O progresso das carreiras não está ligado somente com os cargos eletivos ocupados e com as disputas exitosas, mas, sobretudo no Brasil, em que não é necessário abdicar do cargo para concorrer a outros, as carreiras estão relacionadas com a concorrência nos pleitos e, em caso de fracassos eleitorais nas “pausas” de carreiras eletivas, que não significam uma saída da carreira política, podem ser redirecionadas para atuação em cargos partidários, cargos públicos de confiança, entre outros, para posteriormente serem retomadas.

Alcantára tratará da saída dos políticos da profissão política. Para onde vão os políticos quando abandonam a carreira? Uma das questões que o autor

destacará é a existência de regras que limitam o período ou o número de cargos que os políticos podem ocupar; o segundo está ligado à prestação de contas; por fim, o abandono voluntário. A saída da carreira política pode ser feita de maneira prevista ou não; sendo assim, é importante verificar se o político rentabilizou e capitalizou sua passagem pela política de maneira apropriada, seja de modo que continue influenciado nas atividades e decisões políticas, seja para retornar à atividade anterior ou ainda para aposentar-se.

Ao deixar a carreira política, o político pode fazer isso de maneira voluntária, devido a derrota eleitoral, por perda de apoio partidário ou popular, estar inabilitado pela lei eleitoral e ainda impedido de exercer atividade devido falecimento ou doença. Podem ocorrer as seguintes situações: voltar para a atividade anterior ou desenvolver atividades com algum vínculo com a política, por exemplo ocupação de cargos públicos (ALCÁNTARA, 2017).

Portanto, são três momentos das carreiras políticas: início, desenvolvimento e fim. Os atributos pessoais se articulam com os aspectos institucionais, moldando a carreira política nesses três momentos de passagem. As carreiras são desenvolvidas devido à ambição, seja para maximizar ganhos materiais, *status* ou exercer sua vocação. Deve-se atentar para a agregação de capital político ao longo dessas fases e seu uso nas mesmas, inclusive na saída. Sendo assim, podem ser consideradas fontes do capital político: 1. formação política (militância); 2. formação e profissão (*expertise* técnica); 3. popularidade; 4. legado familiar; 5. posse de renda; e 6. associação.

Passada a discussão sobre as etapas da carreira política, um debate no qual se deve aprofundar é sobre a profissionalização dos políticos. Para Alcántara (2016), a profissionalização conjuga três motivos: a ambição, o desenvolvimento das instituições e o desinteresse – em geral – da população em participar das questões públicas.

O profissional político é a pessoa que possui “certa vocação e clara ambição...” (ALCÁNTARA, 2016, p. 179), exerce uma atividade política e é remunerado por isso. Segundo o autor, são quatro as dimensões da profissão política: a remuneração, a dedicação (se exclusiva ou não), a vocação e a ambição.

A questão da profissionalização esbarrará na questão do treinamento: quão treinados e quão aptos estão os políticos para exercerem a atividade? Onde e como eles recebem treinamentos? Diferentemente de outras profissões (como advocacia,

medicina e engenharia), o profissional político não possui um treinamento específico; sua formação pode estar ligada às experiências nas atividades partidárias e nas vivências nas associações da sociedade civil (ALCANTÁRA, 2016).

Em democracias modernas e mais inclusivas, a participação deve ser ampliada à maior pluralidade de grupos. Sendo a política uma dimensão importante da esfera pública, não se pode limitar seus agentes a um grupo especializado, mesmo porque as questões tratadas no ambiente político abarcam dimensões diversas da vida social (ALCANTÁRA, 2016). Será posto então um dilema entre o político por vocação e o político profissional. Entre o viver para a política e o viver da política, conforme assinalou Weber. A atividade política por vocação é incompatível com a atividade política profissional? O desempenho da vocação, na verdade, vai ser ampliado e confirmado pela profissionalização.

A profissionalização da política como fenômeno intimamente ligado ao progresso dos sistemas políticos democráticos é um cenário inevitável e sem retorno. Como foi indicado, 'a profissionalização da política democrática é quase inevitável e, dentro de certos limites, desejável'. (ALCANTÁRA, 2016, p.167)

A localização dos deputados em uma instituição específica, seu número reduzido e a tradição de estudos sobre os parlamentares faz com que, hoje, seja possível aceitar a medição de sua profissionalização de acordo com três critérios: a remuneração, o número de sessões e a quantidade de pessoal [de] que dispõe o legislador. Embora esse tipo de abordagem avalie mais o nível de profissionalização da instituição que das pessoas. (ALCANTÁRA, 2016, p. 181)

Em síntese, são três os fatores para se considerar o grau de profissionalização de um político: remuneração, dedicação e experiência. Acrescenta-se a isso a ambição (ou seja, o desejo de continuar na política) (ALCANTÁRA, 2016). Alcantára (2016) considera que a experiência profissional da atividade política se dá com o acúmulo de um tempo mínimo de oito anos em dedicação à atividade, e é essa dimensão – a da experiência – que trataremos mais a fundo em relação às carreiras políticas dos deputados estaduais.

A consolidação das democracias modernas traz para o debate do fenômeno da profissionalização política: profissionais políticos são pessoas que se dedicam integralmente à atividade política e para a função necessitam de treinamento para a

função e tempo investido nas atividades relacionadas à política. São indivíduos que reúnem atributos necessários para a atividade política.

3.2 QUAIS SÃO OS PADRÕES E TIPOS DE CARREIRAS POLÍTICAS QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS

Em seu estudo para compreender a ambição política, Black (1972) realizou uma pesquisa com 435 vereadores (eram titulares no momento da pesquisa) na região de São Francisco, EUA, com o intuito de verificar qual a decisão do representante ao fim do cargo: aposentar-se, buscar a reeleição ou procurar outros cargos políticos ou governamentais. O autor estabeleceu como critério o tamanho da cidade e o grau de competitividade para verificar o valor do cargo, visto que esses fatores influenciam nos custos e investimentos que o político vai fazer.

Um dos pontos averiguados por Black (1972) refere-se aos custos/investimentos associados à busca de cargos políticos, sendo que alguns deles estão ligados às estruturas do sistema político. O dinheiro e o esforço empregados na campanha vão influenciar o grau de competitividade da cidade e do cargo, resultando ou não no sucesso eleitoral. Desse modo, a eleição é um empreendimento de risco, determinado pelas características estruturais do sistema eleitoral. Black verificará, portanto, o que denomina de compromisso posicional do vereador (o compromisso de permanecer no cargo que ocupa) e o compromisso progressivo (relacionado à vontade de buscar outros cargos). O compromisso posicional reflete o valor associado ao cargo atual; já o compromisso progressivo corresponde à aspiração do político.

The remainder of the analysis will be concerned with the decisions confronted by these city councilmen at three levels: their original choice to seek office, their decision to attempt to retain their current office, and their decision to seek other political and governmental offices. These choices reflect two different levels of political commitment; the councilman's commitment to his current position which we will call *positional commitment*, and the councilman's commitment to seek other political and governmental positions, which we will call *progressive commitment*. The former is a reflection of the value the councilman has placed on achieving his present position and on staying in that office, while the latter reflects his generalized aspiration for other political or governmental offices. (BLACK, 1972, p. 150)

At the same time, each investment that the individual makes in the political process in his political unit is an investment not only in the office he seeks or holds *but also potentially in the other offices or positions eventually open to the individual*. For example, the political novice who seeks a particular office will have to make a greater investment to obtain that office than the

individual who has had long experience with the politics of the political unit. This phenomenon we will call an *investment transfer*, and it occupies a central place in this theory of ambition. (BLACK, 1972, p. 155)

A estrutura do sistema político influencia a carreira política, e isso afeta o tipo de indivíduo que se apresenta como candidato – e que se elege posteriormente. A estrutura política influencia diretamente o tipo de ambição dos representantes e dos cargos que aspiram, moldando tanto os riscos quanto os investimentos que fazem para conseguir o cargo almejado. A ambição também se desenvolve de acordo com os investimentos feitos ao longo da atividade política (BLACK, 1972).

Borchert (2009), ao realizar estudo comparativo entre as carreiras dos representantes legislativos dos EUA, Alemanha e Brasil, parte do pressuposto de que as estruturas institucionais afetam a ambição de carreira e as oportunidades. As carreiras políticas, dentro de qualquer instituição, estarão sujeitas a regras fixas e observáveis. As regras são dadas institucionalmente e desenvolverá uma lógica própria, repetindo padrões com o tempo. O objetivo de Borchert é produzir uma tipologia dos padrões de carreiras. Para tal, ele analisará os seguintes aspectos: **a)** a direção predominante dos movimentos de carreira; **b)** a frequência desses movimentos; e **c)** o número de padrões de carreira em um sistema político. Assim, chega a três “tipos ideais” de carreiras:

- 1) Unilinear (considerado como o padrão clássico, onde todos querem cargos mais altos);
- 2) Alternativo (não há um padrão predominante, existem vários; é o tipo “zig-zag”. Esse tipo de padrão de carreira é associado a um alto nível de profissionalização política);
- 3) Integrado (alta velocidade de mudanças posicionais; não há uma hierarquia para os cargos, eles são atrativos – e competitivos – de maneira equitativa);

Ao analisar as carreiras políticas dos legisladores federais no Brasil entre 2007 e 2011, Borchert chega às seguintes conclusões: os políticos brasileiros são muito experientes de diversas maneiras até chegar ao legislativo federal. Dentre os casos analisados (um total de 513), 30% possuem experiência em legislativos municipais e 63% tiveram experiência em cargos públicos diversos. O tempo de dedicação à atividade política, sobretudo ao cargo em questão – deputado federal –

é variado: existem carreiras de 40 anos e carreiras pausadas ainda no primeiro mandato

Contudo, existe uma grande concorrência para o cargo, e muitos retornam a ele depois de um período de afastamento (seja porque ocuparam outros cargos, seja porque se afastaram voluntariamente, seja porque não saíram vitoriosos nas disputas eleitorais). De alguma maneira, o cargo de deputado federal é atrativo para os políticos. O legislativo federal é, então, fundamental no desenvolvimento das carreiras políticas no Brasil, muitas vezes visto – e usado – como trampolim para a obtenção de cargos nos poderes executivos local e estadual. Em síntese, as carreiras políticas no Brasil são consideradas do tipo integrado⁴, devido às muitas oportunidades que oferecem⁵ (BORCHERT, 2009).

Di Martino (2010) faz uma revisão de conceitos sobre profissionalização política para uma análise comparada entre legislativos latino-americanos com o intuito de observar o grau de profissionalização dos parlamentos. A autora faz uma crítica ao modelo institucionalista predominante na análise sobre o tema da profissionalização. Portanto, tenta ampliar a discussão sobre trajetória política não só a partir do desenvolvimento da carreira no interior do legislativo, mas também a partir das influências exteriores. A carreira política não é construída apenas dentro do parlamento, mas também fora dele. Segundo Di Martino (2010), estudos sobre profissionalização política – e carreiras políticas – podem seguir três vertentes: 1) a institucional (profissionalização do parlamento), 2) a individual (político profissional) e 3) motivacional (profissionalização da carreira política). A primeira – institucional – está ligada à profissionalização do parlamento/legislativo. É importante deixar claro que profissionalização e institucionalização não são a mesma coisa; contudo, a profissionalização pode ensejar a institucionalização legislativa; a profissionalização está vinculada a normas corporativas (por exemplo, salário), enquanto a

⁴ Borchert (2009) chega à conclusão de que as carreiras nos EUA são do tipo unilinear e na Alemanha do tipo alternativo. Aqui só apresentaremos os dados referentes ao Brasil para fins de orientação metodológica da tese.

⁵ A introdução e a discussão, aqui, de referências como Black, Borchert e Polsby não têm o objetivo de discutir a teoria da ambição ou o comportamento parlamentar ou a teoria da escolha racional, mas de apresentar as tipologias utilizadas por esses autores sobre os tipos de carreiras e analisar os resultados dessas pesquisas sobre carreiras políticas a fim de orientar a construção da metodologia a ser empregada neste trabalho.

institucionalização depende de outras práticas – formais e informais – não muito claras (DI MARTINO, 2010).

Então, por onde caminham os políticos profissionais, se foi notado que a circulação/*turnover* dos parlamentares no Brasil é alta? A circulação dos representantes parlamentares é desejável; contudo, a experiência é essencial e importa (DI MARTINO, 2010). Marengo (2000), ao observar a circulação entre os legisladores brasileiros, aponta que o *turnover* ocorre com indivíduos estranhos ao mundo político, ou seja, a circulação não ocorre com a substituição de indivíduos por outros que têm experiência política prévia ou que estão voltando ao cargo; o *turnover* acontece a partir da chegada de neófitos ao cargo.

A profissionalização do político remete à ideia daqueles indivíduos que fazem da política um estilo de vida. Os políticos profissionalizados os são, pois vivem da e para a política. É preciso deixar clara a diferença entre profissão e carreira: a primeira diz respeito a uma ocupação que requer treinamento, enquanto a segunda remete a um compromisso de tempo. A carreira estará não só vinculada à vida pregressa na profissão política, mas também à preocupação com o futuro político (DI MARTINO, 2010; ALCANTÁRA, 2016).

No que diz respeito à profissionalização parlamentar – profissionalização da carreira –, a literatura baseia-se principalmente nos preceitos de Weber, o qual sugere que tal profissionalização é o fundamento para compreender a renovação dos legislativos (circulação das elites). Um maior carreirismo político tende a diminuir a circulação parlamentar, sendo que o carreirismo será pautado nos seguintes aspectos: estabelecimento de critérios políticos para a entrada na carreira e acumulação de bens políticos (cargos, posições partidárias, vitórias eleitorais). É preciso frisar que a profissionalização da carreira parlamentar não é sinônimo de continuidade no Legislativo, ou seja, a profissionalização pode ocorrer com o movimento vai e vem no cargo devido à estrutura de oportunidades do sistema eleitoral.

A natureza da circulação parlamentar, portanto, dependerá se os recursos para progressão na carreira política estão disponíveis ou não no interior dos Parlamentos. (DI MARTINO, 2010, p. 28)

...o modelo de profissionalismo legislativo adotado neste estudo prevê que, embora existam vários tipos de “bens” para o político de carreira almejar – cargos no Ministério, presidências de comitês, ativismo em plenário -, todas essas rotas têm em comum tanto a necessidade de inserção política prévia

quanto a de constantes conquistas políticas (*political achievement*) como requisitos para iniciar e manter uma carreira parlamentar. (DI MARTINO, 2010, p. 29)

Em suma, o conceito de profissionalização legislativa defendido por Di Martino não está ligado somente ao carreirismo intralegislativo, mas também a fatores externos à instituição legislativa, como por exemplo a análise da carreira prévia e de outros fatores que possam mostrar as entradas e saídas do legislativo.

3.3 PESQUISAS NA AMÉRICA LATINA E BRASIL SOBRE CARREIRAS POLÍTICAS

Ao analisar a profissionalização das carreiras políticas legislativas no Paraguai e na Bolívia, Kernecker (2010) estabelece como elementos que auxiliam a identificar o nível de profissionalização política, a experiência política prévia e o grau de dedicação às atividades legislativas. A autora procura averiguar em que medida os políticos dedicam-se exclusivamente à atividade política.

Desse modo, a autora analisa a socialização política e a atividade a qual se dedicavam anteriormente. Verifica que a maioria dos deputados nesses dois países é oriunda de profissões liberais e empresários, sendo que a minoria se dedicava à política como profissão. No que diz respeito à socialização, verificou-se que a maior porção dos deputados procede de famílias com tradição política.

Sobre as carreiras dos deputados da Bolívia e do Paraguai, a autora expõe os seguintes aspectos: entre 1997 e 2013 menos da metade dos legisladores da Bolívia possuía alguma experiência prévia em cargos eletivos; no caso do Paraguai, até 2008 esse número chegava quase a metade e, após 2008, decaiu para cerca de 30%. Outro destaque é que os deputados bolivianos se dedicam com mais exclusividade à atividade política do que os deputados paraguaios (KENECKER, 2010).

Coronado e Ramírez (2015) observam a ambição política dos legisladores peruanos a nível subnacional visto que os trabalhos sobre o tema têm focado em autoridades nacionais. Para o caso peruano, os autores verificam que os políticos iniciam sua carreira tanto a nível nacional e subnacional, as carreiras são mais verticais no caso dos “*regidores e alcaldes distritales*”. A reeleição é fundamental para que não haja retrocesso na carreira e é também um meio de fortalecer aspirações a cargos mais altos. A ambição discreta é predominante entre os

representantes peruanos e “[...] ocurre cuando los políticos ocupan un cargo por un período específico y luego se retiran de la actividad pública” (CORONADO E RAMÍREZ, 2015, p. 2); porém, a ambição estática prevalece sobre a progressiva. As chances de sair dos cargos no nível subnacional e ir para um cargo no nível nacional são muito baixas; o mais frequente é ocupar cargos a nível distrital ou provincial (CORONADO E RAMÍREZ, 2015).

Ao estudar os atores que ocuparam cargos públicos administrativos e políticos na região de Mendoza (Argentina) após a metade do século XIX, Fucili (2018) utiliza diversos métodos para avaliar qual é o perfil desses políticos e como se dão suas trajetórias políticas. Para isso, usa ferramentas do método prosopográfico, análises sociológicas e análises quantitativas combinadas. Destaca que “[...] el examen de una serie de variables que intervienen en desarrollo de los périplos políticos de estos actores: su perfil socioprofesional, su continuidad o permanencia en los cargos públicos, y la proyección de sus itinerarios” (FUCILI, 2018, p. 147).

Ao determinar um período de tempo para a pesquisa, Fucili chama a atenção que um recorte temporal permite abordar a experiência política da localidade. Em suma, o objetivo desse tipo de trabalho – com recorte temporal – é:

Por un lado se propone indagar su continuidad o permanencia en los cargos públicos y el predominio de la esfera pública (departamental, provincial o nacional) por la que transitaron. Por otro lado, se examinará la proyección de sus itinerarios individuales: ascendentes, descendentes, horizontal o en zigzag. Finalmente, se analizarán cuestiones relacionadas con el perfil profesional del funcionario y su relación con los cargos que ejerció. (FUCILI, 2018, p. 151)

Aqueles que ascenderam a um cargo eletivo precisaram passar por determinados processos e experiências, desenvolvendo atributos e habilidades políticas convertidos em recursos para manter-se na vida política (FUCILI, 2018). Fucili classifica os indivíduos estudados de acordo com a esfera de poder em que exerceram seu cargo. Os cargos foram assim definidos pela autora: 1) cargo nacional executivo (ministros e secretários nacionais); 2) cargo nacional legislativo (deputados nacionais); 3) cargo provincial executivo (governadores, vice-governadores, ministros e secretários); 4) cargos provinciais legislativos (deputados

provinciais); e 5) cargo departamental executivo (subdelegados, presidentes e vice-presidentes de municípios).

Um dos pontos investigados seria identificar as trajetórias a partir do nível da esfera política em que ocupa o cargo e tentar perceber se fizeram suas carreiras em um único nível de poder ou em vários. Ao verificar a quantidade de cargos ocupados pelos dirigentes, Fucili aponta que 37,7% ocuparam um ou dois cargos; 18,6% tiveram entre seis e 10 cargos; 65,4% tiveram experiência no legislativo provincial; uma pequena parte, 21,8%, teve participação em espaços associativos. Também encontra na análise de seus dados que é importante o peso da atividade pública no desenrolar de carreiras administrativas e políticas de maior relevância (ou seja, aqueles que têm carreiras de destaque tendem a ter experiência no âmbito público) (FUCILI, 2018).

As trajetórias dos políticos argentinos podem ser ascendentes, descendentes, horizontais e em zigue-zague. Sendo esta última correspondente a 54,6% dos indivíduos estudados, seguidos por aqueles de carreira horizontal, com 30,7%. Ao analisar a continuidade das trajetórias em anos, Fucili observa que 47,1% dos atores têm menos de nove anos de carreira, 30,6% têm entre 10 e 19 anos, e 22,1% têm ao menos 20 anos. No que diz respeito ao perfil socioeconômico, 97,7% eram escolarizados e 58,7% tinham como atividade a de proprietários ou comerciante, 20,5% estavam no grupo dos especialistas (advogados, médicos, engenheiros)⁶.

3.4 PANORAMA GERAL SOBRE OS ESTUDOS RELATIVOS A ELITES POLÍTICAS NO BRASIL

No Brasil os estudos sobre elites vêm se desenvolvendo com maior força há alguns anos. Trata-se de uma linha de estudos onde pesquisadores têm atentado para um conjunto de questões referentes às das elites, sejam elas políticas, burocráticas, econômicas ou intelectuais. O avanço desse campo de estudos tem contribuído na compreensão das lógicas de comportamento dessas elites e nas mudanças que ocorrem nas estruturas sociais e no seio da própria elite. A seguir

⁶ Apesar de profissionais liberais serem considerados políticos profissionais ou mais aptos, nesse texto pode se perceber que a composição profissional dos atores políticos pode ser modificada de acordo com o tempo, local e contexto/conjuntura apresentada. Essas mudanças no perfil profissional do político indicam mudanças tanto na classe política como na percepção do eleitorado sobre seu representante.

apresentaremos a visão de alguns autores sobre as elites políticas no Brasil. Não cabe aqui congregarmos toda produção realizada sobre a questão, mas sintetizar enunciados que consideramos fundamentais sobre o tema.

Carvalho (2012) discute como ocorre a formação da elite política imperial no Brasil. Para tal divide o período imperial em cinco subperíodos que vão de 1822 a 1889 e analisa os seguintes grupos que ocupam posições formais – adota para sua análise o método posicional – de poder no governo: ministros, senadores, deputados gerais e conselheiros de Estado⁷. A preocupação de Carvalho está em torno daqueles que tomam decisões na estrutura do Estado, não no teor dessas decisões (CARVALHO, 2012).

Sua premissa é que a existência de uma elite política homogênea contribuiu para a centralização do Estado brasileiro. Isso não quer dizer que exclui totalmente da sua análise os fatores econômicos, mas que foi a atuação e a coesão das elites que garantiram a manutenção do estado imperial centralizado. A consolidação do estado civil brasileiro se deveu ao tipo de elite política existente a qual se caracterizava pela coesão ideológica e de treinamento. A elite política brasileira era fundamentalmente burocrática e foi construída de uma transposição da elite portuguesa para a elite no Brasil; em outras palavras, a formação da elite brasileira se deu nos moldes da formação das elites políticas portuguesas.

Ao falar de elites, Carvalho (2012) denota a ideia de grupos – ou indivíduos – que possuem certas características que os distinguem das massas. Atenta para o fato de as elites não agirem livremente, mas limitadas por estruturas sociais e políticas, atuando dentro desses limites. Assim, observando aqueles indivíduos que ocupam postos oficiais de poder, Carvalho (2012) examina a formação e a composição da elite, observando fatores como a educação, a ocupação e a carreira política desses indivíduos.

Por sua vez, Santos (2000) verifica como se dá o recrutamento e a manutenção dos legisladores na Câmara Federal no período de 1946 a 1999 e pretende assim observar se houve mudanças no perfil dos legisladores e nos padrões de carreiras. Deve-se atentar para o fato de que o período analisado é subdividido em três momentos: o primeiro de 1946 a 1964, que caracteriza um período democrático; outro de 1964 a 1987, que compreende o período da ditadura

⁷ Para Carvalho (2012) dois cargos eram importantes no desenvolvimento da carreira política: o de presidente de províncias (que não analisa) e o de deputados gerais.

militar e o início da redemocratização; e o último de 1988 a 1999, período de retorno à democracia no Brasil.

Um dos pontos analisados é se o período militar altera o perfil sociológico dos deputados federais; outra questão sobre a qual reflete é em relação ao recrutamento dos legisladores e sua permanência no cargo. Santos (2000) percebe que o perfil do recrutamento está ligado à permanência ou não no cargo. O autor observa a relação entre o contexto institucional e os padrões de carreiras políticas – dito de outra forma: os padrões de carreira resultam dos estímulos institucionais e das oportunidades oferecidas nas estruturas organizacionais. O perfil social auxilia no acesso ao cargo, mas a permanência está ligada às questões institucionais (SANTOS, 2000).

Sobre a questão da alteração no perfil social dos deputados federais, especificamente se o período militar modificou esse perfil, a alteração que é notada é relativa ao perfil de deputados que tendem a permanecer no cargo por períodos mais longos (assim percebe a relação entre organização institucional e composição social das elites). A investigação examina tanto o perfil social dos deputados federais no período como aspectos de sua carreira. Segundo Santos, o perfil do legislador federal brasileiro entre 1946 e 1999 é: “Homem, com idade entre 40 e 60 anos, com instrução de nível superior e advogado, eis o protótipo do legislador no Brasil” (SANTOS, 2000, p. 98). Portanto, de modo geral, não existem modificações substanciais na composição social das elites políticas que ocupam o legislativo federal no Brasil.

Leôncio Martins Rodrigues (2002; 2014) atenta para a composição social das elites políticas na esfera do legislativo federal. Uma porção da sua análise ocupa-se, principalmente, em avaliar em quais âmbitos ocorre o recrutamento dessas elites; um dos pontos verificados é a relação entre os meios socio-ocupacionais e a orientação partidária (RODRIGUES, 2002). Além disso, verifica se existiram mudanças na composição social da classe política (RODRIGUES, 2014).

Ao analisar as bancadas partidárias⁸ eleitas nos pleitos de 1990, 1994 e 1998, Rodrigues (2002) encontra um determinado perfil social desses representantes. Via

⁸ Rodrigues (2002) seleciona para a sua análise os seis maiores partidos que ocupam as cadeiras disponíveis na Câmara Federal, aplicando também o filtro do espectro ideológico, são eles (em ordem numérica decrescente de representantes): PFL, PSDB, PMDB, PPB, PT e PDT. Somados, representam 431 legisladores, enquanto outros partidos obtêm 82 das cadeiras disponíveis. Apesar de a sua interpretação dos dados estar vinculada aos partidos, neste texto apresentaremos apenas a

de regra, a classe política que compõe o legislativo federal é oriunda de profissões empresariais, liberais, do funcionalismo público e do magistério. Enquanto os partidos de direita e centro recrutam empresários e profissionais liberais em maior quantidade em seus quadros representativos, os partidos de esquerda invertem essa ordem e seus deputados procedem de profissões liberais e do magistério. Quanto ao nível de instrução e área de formação superior, Rodrigues (2002) indica que a maior parte dos deputados (73,3%) possui nível superior, sendo que o PT (partido de esquerda) possui uma taxa menor que os demais; os diplomas concentram-se na área de Direito, Economia e Medicina.

Os resultados de Rodrigues são importantes à medida que mostram uma mudança na classe política brasileira quando comparados aos dos autores acima citados. Ademais, quando Rodrigues aponta para uma inversão no recrutamento socio-ocupacional entre os partidos de direita e de esquerda, pode-se refletir sobre o crescimento da participação das massas na classe política, seja devido às oportunidades oferecidas pela democracia ou pela organização dos partidos populares.

Outro ponto discutido por Rodrigues (2014) é relativo ao recrutamento da classe política. O autor parte da premissa de que a classe política vem sofrendo uma popularização, isto é, existe um crescimento dos que compõem esse grupo que são originados nas classes mais populares, principalmente nas classes médias.

Ao analisar os dados dos legisladores eleitos para a Câmara dos Deputados em 2010 – relativos ao patrimônio, meios socio-ocupacionais e vínculos partidários – , Rodrigues constatou o surgimento de novas elites políticas de origem popular e classes médias assalariadas. Ao observar a profissão e o patrimônio, Rodrigues (2014) mostra que:

A distribuição das profissões e ocupações nesta CD, como em outras legislaturas, mostra uma instituição heterogênea em termos de profissão e fortemente desigual em termos de renda e, obviamente, em termo de poder e influência (...). Há predominância, portanto, de deputados originários dos estratos intermediários. (RODRIGUES, 2014, p. 106-107)

Essa condição indica o enraizamento das sociedades de massas na democracia brasileira, ao mesmo tempo em que aponta uma perda de poder das

elites oligárquicas. Tem-se uma classe política mais heterogênea (portanto, menos coesa) e mais popular.

As ponderações dos autores aqui evidenciados permite-nos compreender um pouco mais sobre a composição das elites políticas brasileiras, especificamente aquelas que constituem o poder legislativo. Apesar de o foco desses autores encontrar-se na representação em âmbito federal, suas discussões e desenhos de pesquisa fornecem orientações para a construção da pesquisa aqui proposta, além de reportar as concepções de elites previamente vistas neste capítulo. Suas obras vão além de ver as questões referentes ao *background* social dos representantes, tratam também sobre as carreiras políticas, mas optamos por deixar essa discussão para capítulos posteriores.

Perissinotto e Veiga (2014) reforçam a visão de que a profissionalização política depende de uma remuneração para exercer tal atividade e que a dedicação a ela seja de modo contínuo e temporal. Assinalam que o tempo de dedicação à atividade política pode ser considerado baixo, médio ou alto. Com base nessa visão, descobrem que entre os 120 candidatos a DF em 2010, 39,8% deles têm baixa dedicação à atividade política (PERISSINOTTO E VEIGA, 2014). Porém, se observamos aqueles com média e alta dedicação, são quase 60% dos candidatos, o que pode indicar uma tendência à profissionalização. Sobre a profissionalização política: [...] os políticos profissionais [...] são entendidos como agentes racionais, portadores de interesses próprios, cujas estratégias estão a serviço da maximização dos seus objetivos enquanto profissionais da política. (PERISSINOTTO E VEIGA, 2014, p.50)

Sobre os recursos partidários valorizados pelos políticos profissionais e pelos políticos ocasionais, visto que os incentivos dos partidos proporcionam maior ou menor sucesso eleitoral, Perissinotto e Veiga (2014) notaram que os políticos profissionalizados valorizam mais os recursos políticos, como a densidade eleitoral, enquanto os políticos ocasionais valorizam mais os recursos de ordem pessoal, porém ambos destacam a importância da boa reputação e do prestígio profissional. Os candidatos de centro-esquerda esperam por maior apoio da militância e os de centro-direita anseiam por apoio de líderes partidários e parlamentares. No geral, os candidatos acreditam que receber material de campanha e ter espaço no horário eleitoral impactam em suas chances de sucesso. Nas listas partidárias de candidatos, não há predominância de políticos profissionais sobre políticos

ocasionais, ou vice-versa – essa distribuição é equiparada (Perissinotto e Veiga, 2014).

Ao analisar a carreira dos senadores brasileiros durante o período da Primeira República (1889 a 1934), Perissinotto *et al* (2017) partem do pressuposto de que a profissionalização está vinculada à longevidade e à estabilidade na carreira, de modo que quanto mais profissionalizado o indivíduo mais longa a sua trajetória, mais raras as entradas laterais e mais difícil a presença de neófitos nos altos postos da carreira. Os autores estabelecem as seguintes categorias para avaliar a profissionalização dos senadores, as quais adaptamos para aplicar aos propósitos desta pesquisa, particularmente os pontos sobre início de carreira e perfil de carreira:

- 1) Início de carreira (idade de entrada na carreira política e nível do primeiro cargo);
- 2) Inserção partidária (cargos na direção partidária e número de partidos ao qual foi filiado);
- 3) Perfil de carreira (idade ao chegar ao senado, número de cargos prévios, duração da carreira política e tipo de carreira).

Desse modo Perissinotto *et al* (2017) estabelecem que o perfil de carreira dos senadores é razoavelmente estruturado: esses representantes possuem carreira longa, estruturada e razoavelmente especializada. Há uma baixa entrada lateral, e a maior parte inicia sua carreira pelo cargo de Deputado Estadual (53,1% dos 358 casos analisados). Em relação aos cargos burocráticos, costumam ocupar, inicialmente, aqueles a nível estadual. Ou seja, tanto os cargos eleitorais como os de nomeação no início de carreira encontram-se em sua maioria a nível regional. É importante ressaltar que, no que concerne ao início da carreira política, Perissinotto *et al* (2017) observam que:

Qual a importância do início da carreira política como indicador de uma possível profissionalização política? Início precoce e mediante os cargos mais baixos da hierarquia de oportunidades políticas indica a existência de carreiras verticalizadas, longevas e estruturadas. Inversamente, em situações de baixa institucionalização do campo político e, por conseguinte, de baixa profissionalização da atividade política, tende a ser alto o percentual daqueles que entram lateralmente na carreira, iniciando a sua trajetória já pelos cargos mais altos. (PERISSINOTTO *et al*, 2017, p. 86-87)

Ainda Perissinotto *et al* apontam para os rumos que a carreira política pode tomar:

Uma estrutura de oportunidade, dependendo da relação entre riscos envolvidos e recompensas distribuídas, pode afetar a ambição do político em três direções: o abandono da carreira (quando os riscos de permanência são muito elevados e os ganhos não compensam), a permanência por longo período no mesmo cargo (quando mover-se para cima é demasiado arriscado e permanecer no mesmo cargo produz ganhos significativos) ou a busca por cargos mais importantes (quando arriscar-se vale a pena em função dos ganhos que o cargo mais importante pode propiciar). (PERISSINOTTO *et al*, 2017, p. 97)

O estudo comparativo de Santana (2008) sobre o perfil, trajetória e padrão de carreiras dos deputados federais eleitos entre 1990 e 2004 no Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. A hipótese colocada é de que determinadas condições institucionais (como presidencialismo, sistema bicameral, federalismo, listas abertas ou fechadas, sistema proporcional, oportunidades de cargos etc) influenciam – e podem determinar – os padrões de carreira. A autora chama a atenção para o pouco desenvolvimento de pesquisas referentes às carreiras e trajetórias políticas nesses países.

Retomando a literatura norte-americana para respaldar sua pesquisa, Santana concorda com esses autores quando estes afirmam que a meta daqueles que ocupam o poder legislativo é a reeleição. Para avaliar as carreiras dos deputados federais, a autora usará a seguinte classificação para tratar a ambição política desse grupo: estática, progressiva, regressiva e dinâmica. Ao observar a composição institucional brasileira, que engloba federalismo e lista aberta, a autora considera que essa situação pode incentivar o desenvolvimento de carreiras com ambição progressiva, sobre a carreira estática, considerando as oportunidades oferecidas a nível subnacional. É importante conhecer as experiências políticas prévias dos legisladores, pois estas “[...] fornecem uma sinalização a respeito de sua ambição e seu padrão de carreira” (SANTANA, 2008, p. 140).

Ao analisar aspectos das carreiras dos parlamentares eleitos entre 1995 e 2007 para a Câmara Federal, Messenberg (2010) divide estes indivíduos em dois grupos: o alto clero (considerados aqueles que ocupam posições estratégicas – de

liderança dentro da instituição) e o baixo clero. Messenberg propõe verificar, a partir da noção de *habitus* e campo de Bourdieu, como se dá a construção das carreiras parlamentares daqueles que compõem a Câmara dos Deputados, sobretudo daqueles a quem denomina alto clero. A autora utilizará quatro critérios para determinar quais são os cargos fundamentais para fazer parte do “alto clero”:

1) ocupação de postos estratégicos no Congresso Nacional (presidente e 1º secretário da mesa diretora, lideranças partidária e de governo); 2) Relator e/ou autor das principais proposições que foram convertidas em leis durante o período ou das principais CPI'S; 3) presidente de comissões permanentes e/ou comissões especiais e CPI'S e; 4) parlamentares indicados como membros de elite pela maioria ou totalidade dos congressistas entrevistados [...] (MESSEMBERG, 2010, p. 94)

Entre os deputados federais, 58,9% ocuparam cargos públicos, com destaque para secretários estaduais e municipais (39,6%). Um número significativo de legisladores possuía experiência também em legislativos estaduais e municipais: 33,8% e 24,65% respectivamente. No que diz respeito aos aspectos sociais entre os parlamentares, destaca-se a alta escolarização: 80,8% dos deputados eleitos no período possuem ensino superior; em relação à profissão dos deputados, Messenberg (2010) destacará o exercício da advocacia, seguida de atividades empresariais e agropecuárias.

Foram identificados como alto clero 123 parlamentares com as seguintes características: 33% exercem a atividade da advocacia (também seguidos dos empresários e agropecuaristas); 63,4% exerceram cargos na máquina estatal; 72,4% ocuparam cargos-chave na Câmara dos deputados; entre o alto clero somente 11,4% eram de novatos, e 64,2% ocupavam o terceiro (ou mais) mandatos. É importante que a autora destaca como a longevidade do mandato e a fidelidade partidária são aspectos relevantes para a ocupação de postos-chave e ascensão na carreira parlamentar.

O debate sobre construção de carreiras longevas de mulheres eleitas entre 1951 e 2015 para a Câmara dos Deputados é proposto por Pinto e Silveira (2018). As autoras definem como carreiras longas a ocupação de três ou mais cargos eletivos, sendo que obrigatoriamente um desses deveria ser deputada federal. No período foram eleitas 653 mulheres à CF, das quais 62 foram selecionadas para análise de acordo com os critérios estabelecidos. Para analisar as carreiras dessas

mulheres, Pinto e Silveira (2018) definiram como variáveis tempo, localização e espectro político, somando-se a isso a visão de Bourdieu de capital (político, familiar e midiático).

Dentre os resultados encontrados, as autoras perceberam que as mulheres com carreiras longevas possuem um forte capital político (51 casos), sobretudo na atuação em movimentos estudantis e sindicais; o capital familiar está ligado aos relacionamentos conjugais, e o capital midiático apareceu em menos de 10% dos casos. As deputadas com carreiras longevas as construíram ocupando e atuando nos espaços tradicionais de poder e política; não há uma atuação diferenciada por exemplo em movimentos feministas que as dê condições de consolidar as carreiras.

Araújo (2012) observa os padrões de carreiras dos DF eleitos entre 1990 a 2010 com o objetivo de averiguar se suas carreiras estão sendo construídas para solidificarem-se no legislativo ou se os DF procuram cargos no executivo, sendo o posto parlamentar apenas uma passagem para outros cargos. Desse modo, Araújo (2012) verificará quais DF tentaram e/ou foram eleitos prefeitos ao longo do período. Uma hipótese colocada é que o Poder Executivo vem atraindo membros do Legislativo.

Para a análise, Araújo define os seguintes critérios para avaliar 1) experiência política eleitoral: a) mandatos legislativos (federal, estadual e municipal); b) mandatos executivos (estaduais e municipais); 2) experiência político-administrativa: a) ministros secretários de Estado e secretários municipais; b) cargos nos partidos (presidentes nos três níveis da federação); c) cargos nos sindicatos (presidente); d) cargos institucionais na Câmara Federal (mesa diretora, líder de partido, presidente de comissão).

Dentre os resultados encontrados, Araújo (2012) constatou que 15,58% dos DF no período concorreram aos cargos no executivo municipal. Em relação aos padrões de carreira dos deputados federais ao olhar o espectro ideológico do partido, não há distinções significativas entre eles. Ao verificar a posição dos parlamentares nas votações/eleições para prefeitos, verificou que 52,6% são os mais frequentes. Foram licenciados do cargo 398 legisladores para concorrerem às prefeituras; dentre eles 90% tinham experiência política prévia desconsiderando o mandato atual de deputado. Entre os prefeitáveis (aqueles que concorreram a uma vaga no executivo municipal), 16% ocuparam cargos institucionais na estrutura da câmara.

Ao estudar os padrões de carreira política dos deputados federais de São Paulo eleitos nas 49ª (1991-1995) e 53ª (2007-2011) legislaturas, Mancuso *et al* (2013) estabelecem algumas variáveis que podem impactar na escolha das carreiras. As principais opções de carreira dos deputados podem ser: a saída da política (quando não tentam eleição para outro cargo ou reeleição), estática (reeleição), subnacional (concorrer a cargos legislativos estaduais ou municipais) e executiva (concorrer a cargos executivos municipal ou estadual).

Um dos primeiros resultados apontados é que a maior parte dos DF faz a opção pela carreira estática (77,3% dos casos, sendo um total de 402), seguidos da saída e da opção executiva; a opção subnacional configurou poucos casos.

Mancuso *et al* (2013), ao verificar o perfil da atuação parlamentar, esperavam que aqueles com maior destaque (aprovação de normas, presença nas votações, fazer parte da lista dos cabeças do congresso DIAP, ocupar cargos na instituição, presidir comissões) obtivessem mais chances de permanecer na carreira política, o que foi confirmado: aqueles que fazem parte “das cabeças do congresso” e ocupam cargos relevantes tendem a optar menos pela saída da carreiras e são mais bem-sucedidos na opção estática. Desse modo concluem que: “...a sobrevivência política dos deputados federais paulistas está ligada, sobretudo, à constituição de sólida base eleitoral local e à reputação de parlamentares com desempenho destacado...” (Mancuso *et al*, 2013, p. 444) e a carreira estática “...é favorecida pelo capital político acumulado na carreira, tanto em termos eleitorais quanto em termos reputacionais, e é desfavorecida pela migração partidária” (MANCUSO *et al*, 2013, p. 445).

Leoni, Pereira e Rennó (2003), ao estudarem as carreiras políticas dos DF da 50ª legislatura (1995-1998), têm por interesse saber quais são os “rumos” dos legisladores ao fim do período e quais são as condicionantes que podem afetar o destino desses representantes.

Ao fim da legislatura, as opções de carreira consideradas possíveis são: aposentadoria⁹ (ou seja, não concorrer a nenhum cargo eletivo), concorrer a cargos mais altos, reeleição ou concorrer a cargos mais baixos. Dentre os fatores que podem impactar na direção que a carreira tomará, os autores destacam as seguintes variáveis: idade (aumenta a utilidade de se aposentar ou concorrer a um cargo mais

⁹ Desconsideram então a permanência na política através de cargos públicos; para a atualidade e para a tese, visto que o texto é de 2003, deve-se levar em consideração o impacto da lei da ficha limpa: o político não escolhe não concorrer, ele é constrangido a essa opção devido às regras eleitorais e leis.

alto), posições institucionais (são concentradas nas mãos dos líderes partidários), comissões permanentes e especiais (influencia na carreira dos membros mais antigos das comissões), antiguidade (o número consecutivo de mandatos naquele cargo), partidos, voto em 1994, concentração eleitoral e número de cadeiras do distrito (LEONI, PEREIRA E RENNÓ, 2003).

Dentre os resultados encontrados, os autores verificaram que a maior parte dos 564 deputados federais optaram pela reeleição, ou seja, 452 legisladores, o que corresponde a 80% do universo pesquisado, sendo que desses 64,87% tiveram sucesso ao se reeleger. Outro achado é que a aposentadoria não está relacionada à antiguidade, nem a ser liderança de comissão, posição ideológica ou filiação partidária.

Notou-se que os líderes de comissões especiais tendem a concorrer a cargos mais altos, ou seja, a posição institucional influencia no sentido da carreira (Leoni, Pereira e Rennó, 2003). A antiguidade não tem grande impacto na escolha das carreiras, ou seja, os mais antigos não concorrem a postos mais altos que os mais novos. Não existem diferenças significativas entre aqueles que tentam a reeleição e aqueles que disputam outros cargos; no geral, os autores percebem que as carreiras dentro da Câmara “[...] são muito atraentes” (LEONI, PEREIRA E RENNÓ, 2003, p. 64).

Marengo e Serna (2007), ao estudarem as carreiras políticas dos legisladores de três países latino-americanos (Brasil, Uruguai e Chile), o fazem a partir da análise do viés partidário. Uma das questões observadas foi se existem diferenças em carreiras de acordo com o espectro ideológico do partido do qual o legislador faz parte; em outras palavras: as carreiras são diferentes em partidos de esquerda e de direita?

Para tal, Marengo e Serna (2007) verificam os padrões de recrutamento legislativo entre os partidos. Uma hipótese colocada por Marengo e Serna (2007) é se esses padrões de carreira podem ser explicados devido ao perfil social e aos recursos individuais dos parlamentares. Para isso os autores averiguam qual é a origem social dos representantes segundo a ocupação/profissão, suas redes sociais e capital associativo (ou seja, se participaram de alguma organização associativa) e, por fim, a experiência e a carreira política (tempo de filiação partidária, idade da primeira militância, idade de ocupação do primeiro cargo). Os autores consideram, portanto, para sua análise, os “...recursos individuais provenientes da posição social

como explicação para os diferentes padrões de carreira política...” (MARENCO E SERNA, 2007, p. 94); porém, não desconsideram a importância e a influência das estruturas institucionais. Marengo e Serna destacam que:

Analisar as posições sociais originárias dos políticos contribui tanto para esclarecer as bases sociais de recrutamento de dirigentes dos partidos e da classe política, como para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e categorias sociais. (MARENCO E SERNA, 2007, p. 95)

Os resultados encontrados apontam que as carreiras podem ser de três tipos: 1) endógenos (geralmente carreiras de esquerda que utilizam mais capitais associativos, períodos de filiação mais longo); 2) laterais (geralmente carreiras de direita com utilização de capitais individuais, como profissão e escolarização); e 3) híbridas. Em geral, os tipos básicos de perfil de carreiras são dois: as mais tradicionais e as mais pluralistas; os primeiros mais ligados aos partidos de direita, os segundos aos de esquerda. Marengo e Serna falam que nos países analisados ascendeu novos padrões de carreira política, ligados a uma nova elite política vinculada aos partidos de esquerda que ocuparam as esferas de poder no período em análise.

Carreiras são impulsionadas pela disponibilidade de recursos, como reputação pessoal, fontes de financiamento, experiência política, redes organizativas, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios e votos. Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios eficazes para a arregimentação de recursos estratégicos. Detendo recursos *próprios* – como prestígio, renda e relações estabelecidas pela ocupação profissional, os candidatos não dependem do aval partidário, podendo ignorá-lo com menor risco para o ingresso ou a continuidade em sua carreira. (MARENCO E SERNA, 2007, p. 109)

4 A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO PARA O ESTUDO DO PERFIL SOCIAL E CARREIRAS POLÍTICAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Este capítulo tem por intuito debater as metodologias utilizadas para os estudos de elites políticas. Objetiva, assim, expor os métodos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa, suas contribuições para o avanço no campo e seus limites. Cabe ressaltar também quais foram os procedimentos empíricos adotados, como se deu a delimitação do objeto em análise e de que modo se desenrolou a construção do banco de dados. Esses esclarecimentos visam indicar as vantagens desse tipo de estudo e suas desvantagens, ao mesmo tempo em que colabora com as discussões sobre o tema e com os desenhos de pesquisa que podem ser adotados para tal. Apresentamos a seguir as discussões metodológicas para o estudo de elites políticas e as preferências aplicadas para o desenrolar desta pesquisa.

4.1 OS MÉTODOS UTILIZADOS PARA O ESTUDO DAS CARREIRAS POLÍTICAS

Um dos principais desafios de se estudar elites políticas está relacionado não só às teorias que serão discutidas e as fontes de dados averiguadas, mas também aos métodos de análise que serão utilizados. Assim, uma das primeiras questões a serem colocadas para o estudo das elites é a difícil tarefa de como identificá-las.

Inicialmente deve-se definir o que se entende por elite. Aqui adotamos as perspectivas conceituais de Mosca, Pareto, Michels e Mills; em seguida, fizemos um recorte dos indivíduos que compõem esse grupo.

Desse modo, tomamos como conceito operacional para o desenvolvimento desta tese, por elite política, um grupo minoritário de indivíduos capazes de se organizar para influenciar decisões através da ocupação de cargos de poder em esferas institucionais-legais determinadas pelo Estado em que estão presentes. Aqui trataremos especificamente da elite parlamentar (sendo essa um subgrupo da elite política) estadual, que é composta por indivíduos que conseguiram se eleger para o cargo de DE nas Assembleias Legislativas brasileiras (exclusivamente as de São Paulo e do Espírito Santo). Assim, como desdobramento, entende-se aqui, por elite parlamentar aqueles indivíduos que ocupam postos nos cargos eleitorais disponíveis na esfera do poder legislativo.

Bottomore (1974) destaca a dificuldade do método de análise sobre o tema das elites, sendo uma problemática para pesquisas sobre o assunto a questão da coleta de dados.

...nos estudos da circulação de elites nas sociedades hodiernas é pelo menos possível coletar os dados necessários, através de pesquisas por amostragem em âmbito nacional ou através de estudos mais intensivos de determinados grupos de elite. Quando nos voltamos para estudos históricos de circulação de elite a coleta de dados torna-se ela mesma uma dificuldade a mais, a qual não foi seriamente enfrentada pelos primeiros autores (referindo-se a Pareto e Mosca). A atual falta de informações é em grande parte devida, sem dúvida, ao fato de os estudiosos da História Geral não se terem interessado na maioria das vezes, por este tipo de investigação quantitativa; e uma História Social que se preocupe com esses problemas ainda está por desenvolver-se (BOTTOMORE, 1974, p.57-58).

Alcantára (2016) alerta sobre a dificuldade de se estudar o tema da carreira política e, por conseguinte, do político profissional, sendo um dos motivos a atenção que a ciência política deu aos estudos institucionais em detrimento das pesquisas sobre os indivíduos. Uma dificuldade adicional diz respeito ao âmbito e às esferas em que esses estudos são realizados: foram privilegiadas abordagens que analisam cargos em nível nacional. Desse modo, operadores políticos (profissionais políticos) em níveis subnacionais ainda têm sido pouco estudados, sendo essa uma das razões para delimitar o campo de investigação aqui proposto. Também deve-se atentar para as dificuldades metodológicas e de trabalho de campo para estudar os níveis de representação subnacional, como por exemplo o acesso às informações sobre os representantes.

Os estudos sobre profissionalização da política têm se concentrado neste grupo de pessoas com ênfase na presidencial, bem como sobre o grupo conformado pelos integrantes da(as) legislatura (s) de âmbito federal. Apesar de ser o contingente, sem dúvida, mais numeroso, os coletivos regionais ou municipais estão pouco documentados, assim como os supranacionais. (ALCANTÁRA, 2016, p. 95-96)

Codato (2015) aponta como temas relevantes para pesquisas sobre elites políticas o *background* social, os padrões de carreira, *surveys* sobre valores e atitudes da elite, as interações entre indivíduos e grupos de elite, sendo o nosso enfoque refletir acerca dos dois primeiros temas citados – *background* social e padrões de carreira dos deputados estaduais.

Dentre as metodologias mais utilizadas para a identificação de elites, as três mais comuns referem-se ao método posicional, método reputacional e método decisional (CODATO, 2015). Nesta pesquisa optamos pelo método posicional, como proposto por Mills em “Elite do poder” (1975), visto que a finalidade desta pesquisa não é conhecer a dimensão das decisões tomadas pelos legisladores, sequer avaliar a reputação destes perante seus pares ou eleitores; essas dimensões são importantes para uma análise mais minuciosa das elites política e devem ser indicações para estudos subsequentes no campo.

Segundo Mills (1975), a elite é constituída por indivíduos das elites capazes de satisfazer seus interesses e os quais estão inseridos em posições de comando em estruturas formais e/ou institucionais. O interesse de Mills é verificar quais são as posições que os indivíduos que possuem determinado poder podem ocupar nas instituições formais. Desse modo, Mills (1975) desenvolve assim uma “[...] sociologia das posições institucionais” (COSTA, 2010, p. 10). Portanto, “[...] a elite é discriminada em função das posições de comando que ela ocupa” (CODATO, 2015, p. 20). Sobre essa questão das posições nas instituições, Mills esclarece:

Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor. (MILLS, 1975, p.19)

Dessa perspectiva pode-se dizer que os deputados estaduais ocupam um cargo institucional: eleger-se deputado já demonstra determinado poder. O posto é previsto como formal, visto que faz parte do sistema político brasileiro. Além disso, internamente, as assembleias legislativas contam com cargos também formais que dizem respeito ao funcionamento interno da instituição. Um representante eleito para deputado estadual, além de já estar em uma posição formal de poder, ainda pode ocupar outra função institucional no interior dos parlamentos (por exemplo, líder de bancada, do governo, da oposição, da mesa diretora etc). Portanto, pode haver a formação de uma elite dentro da elite.

Mills salienta que as exigências para integrar o grupo da elite do poder perpassam as condições materiais e a hereditariedade. O interesse de Mills é ver como os homens do poder orientam suas decisões e não o que fazem na esfera privada, visto que comandam as instituições e suas decisões impactam na vida da nação. Desse modo, Mills coloca algumas questões que devem ser investigadas

para o estudo das elites: primeiro no que se refere à identificação das instituições formais (quais são essas instituições, suas características e importância), segundo quais as relações que existem entre os indivíduos, e por último quais tipos de recursos sociais conferem poder ao grupo (CODATO, 2015).

Outro método que nos permite compreender a composição social das elites e suas trajetórias profissionais é a técnica prosopográfica, que consiste em organizar informações biográficas de um pequeno grupo (STONE, 2011; CODATO; HEINZ, 2015). No caso específico desta pesquisa, o grupo de representantes composto por parlamentares estaduais. Para Stone: “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p.115). Dentre as vantagens do método prosopográfico para o estudo de elites, podemos destacar a contribuição dessa técnica para averiguar possíveis regularidades dentro do grupo, examinar a composição dos grupos ao longo de um período de tempo, com o intuito de identificar se houve ou não mudanças no grupo dirigente, além de oferecer instrumentos para realizar análises comparativas.

O método prosopográfico é utilizado para a análise de pequenas coletividades, examinando suas características individuais com o objetivo de averiguar atributos relativos à composição social do grupo definido ao longo de um período. Esse procedimento de pesquisa para ser realizado precisa de algumas etapas: 1) determinar o grupo ou coletividade a ser analisada (no caso da pesquisa proposta, trata-se dos indivíduos que compõem o poder legislativo estadual); 2) delimitar um período histórico para a análise; 3) reunir informações biográficas sobre os indivíduos que pertencem a essa coletividade; 4) organizar essas informações, a partir de um problema sociológico, de modo que seja possível perceber regularidades relativas às características dos indivíduos. As vantagens dessa técnica são permitir identificar as origens da ação política e a observação da estrutura e mobilidade social (STONE, 2011). Sobre o método prosopográfico, Codato e Heinz destacam:

[...] um procedimento muito útil à análise de pequenas coletividades – parlamentares, grupos profissionais, funcionários, funcionários governamentais, etc. – permitindo acompanhar mudanças em suas respectivas composições sociais e, com isso, variações nos critérios de acesso às posições de mando ao longo de sucessivas conjunturas. (CODATO; HEINZ, 2015, p. 250)

Stone (2011) apontará, a despeito da contribuição da prosopografia para o estudo de biografias coletivas, seus limites e deficiências. Vejamos a seguir alguns tópicos abordados pelo autor.

Um dos pontos tratados por Stone é quanto à carência dos dados: a prosopografia é limitada pela quantidade e qualidade dos dados. Os dados sobre a vida dos indivíduos a serem investigados podem ser documentados de acordo com o *status* social: quanto mais baixo o *status* social, menor o registro sobre os indivíduos; o inverso ocorre para aqueles que possuem maior *status*. Logo, o objeto mais popular dos estudos prosopográficos são as elites políticas. Outro ponto que se destaca em relação às dificuldades da documentação dos dados é que, para alguns aspectos da vida, as informações serão abundantes e em outros aspectos essas informações serão escassas¹⁰.

Dentre as limitações da prosopografia, estão as falhas na classificação e interpretação dos dados e na compreensão histórica. Em relação à classificação dos dados, deve-se atentar para o fato de que, por mais atento que seja o pesquisador, nenhuma classificação “[...] é de validade universal e uma perfeita congruência das classificações é bem rara” (STONE, 2011, p.124).

4.2 EXPLICANDO AS VARIÁVEIS E A CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS

Para a construção dos dados, foi efetuado um levantamento biográfico dos deputados estaduais compreendidos no recorte temporal da pesquisa, junto aos arquivos das respectivas Assembleias Legislativas, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), jornais, mídias eletrônicas e outras fontes, como o Dicionário Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

O período analisado compreende cinco legislaturas: 15^a (2003-2006), 16^a (2007-2010), 17^a (2011-2014), 18^a (2015-2018) e 19^a (2019-2022). Selecionamos representantes de duas casas legislativas estaduais: São Paulo e Espírito Santo. O número total de vagas ao longo do período nas instituições citadas é de 620 cadeiras, o que corresponde ao número de casos analisados no banco de dados.

¹⁰ Veremos no desenrolar desta pesquisa que essa questão se aplica inclusive para tempos de análise mais próximos. Informações a respeito de participação em organizações sociais, movimentos sociais, sindicatos, movimento estudantil não são tão simples de encontrar e categorizar, ao menos no que diz respeito ao grupo dos deputados que analisamos.

Entretanto, esse número não representa o total de biografias a serem pesquisadas, visto que uma mesma vaga pode ter sido ocupada diversas vezes pelo mesmo representante devido à reeleição. As vagas para DE são distribuídas da seguinte maneira em cada estado:

- São Paulo: 94 cadeiras por legislatura (570 casos no total do período);
- Espírito Santo: 30 cadeiras por legislatura (150 casos no total do período);

Segundo Alcantára:

O marco legislativo é um dos mais adequados para realizar estudos a longo prazo sobre carreiras políticas por seu triplo caráter de ser um coletivo de tamanho médio (maior que o número de membros dos gabinetes; fechado, quanto a que o número de seus componentes está perfeitamente definido e limitado: e estável, na medida em que o conjunto de legisladores ocupa seu cargo por períodos fixos de tempo (no caso de sistemas presidenciais) ou durante um intervalo de tempo médio adequado para o estudo (no caso dos sistemas parlamentares, nos quais a duração média das legislaturas é superior a dois anos) (ALCANTÁRA, 2016, p. 110).

Para a análise empírica, foram avaliados os seguintes critérios para traçar o perfil socioeconômico dos parlamentares: 1) sexo; 2) idade; 3) escolaridade; 4) profissão; e 5) patrimônio.

Em relação às carreiras políticas, examinaram-se as seguintes variáveis: 1) participação em associações politicamente relevantes; 2) vínculo partidário quando eleito deputado estadual; 3) cargos eletivos ocupados anteriormente; 4) *Seniority*; 5) cargos formais ocupados dentro da instituição; 6) número total de cargos eletivos; e 7) direção da carreira após ser deputado estadual.

Com as variáveis estabelecidas, foi elaborado um banco de dados, o qual permitirá analisar quantitativamente a composição social das legislaturas e sua transformação agregada ao longo do período observado, possibilitando comparações entre as diferentes Assembleias Legislativas, o período em análise e entre os representantes.

Retomando o aporte teórico desta pesquisa, é preciso problematizar e esclarecer alguns pontos relativos às variáveis construídas para compreender a composição das elites políticas estaduais.

Mosca, ao salientar os recursos socialmente valorizados na formação das elites políticas, nos oferece um caminho para encontrar elementos capazes de serem mensuráveis, possibilitando a construção de um modelo sobre o perfil dos legisladores estaduais.

A riqueza pode ser medida através da informação sobre patrimônio dos deputados, informação que é fornecida no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no registro de candidaturas. Essa variável aponta, por exemplo, a classe social dos deputados; pode apontar para o fato de que o recurso financeiro mais elevado aumenta as chances de sucesso na competição política, e indicar relações entre fortuna e profissão de origem. Em outras palavras, possibilita compreender se entre os deputados existem mais profissões em que a expectativa da remuneração seja mais alta – por exemplo empresários o que refletirá no valor mais alto do patrimônio declarado¹¹.

Por último, e mais importante para a qualidade da atividade política – e do representante –, segundo Mosca, são os recursos adquiridos através do mérito. Dentre eles destacam-se: a escolaridade, a profissão, a especialização e a experiência em determinada atividade.

Dufloth *et al* (2013) fazem alguns apontamentos acerca da importância desses recursos socialmente valorizados para o exercício da atividade política. Em relação ao sexo, Dufloth *et al* (2013) apontam a problemática da sub-representação feminina na esfera política. Os autores salientam que essa desigualdade no campo político é reflexo da desigualdade no campo social e econômico.

Em relação à idade dos representantes, os autores apontam que essa variável pode dar uma ideia de experiência de vida do legislador. Para a nossa análise, uma das questões que se coloca é se o aumento da idade entre os deputados também sugere uma relação com a consolidação das carreiras políticas nessa esfera de poder.

A perspectiva de Ranney (1965) e Norris e Lovenduski (1995) sobre escolaridade indica que um nível educacional mais alto é preferível entre os partidos no processo de recrutamento, pois expressa “[...] habilidade, capacidade e prestígio social” (DUFLOTH *et al*, 2013, p.8).

Um ponto essencial sobre o estudo das elites políticas refere-se à atividade profissional desses atores. Para Weber, as atividades ligadas às profissões liberais são mais propícias ao exercício da função política, pois oferecem recursos que

¹¹ Em relação ao uso da informação sobre patrimônio a partir dos dados fornecidos pelo site do TSE, Da Fonseca (2018, p.143) chama a atenção que: “É importante frisar que se está ciente das limitações dessas declarações de bens, no sentido de serem distintas das feitas para a Receita Federal, sendo possível suprimir bens e/ou atribuir valores abaixo do mercado; contudo, elas são um documento oficial, além disso não há outra fonte objetiva disponível com essas informações”.

denotam habilidade para o trato da coisa pública. Existe a ideia de que determinadas profissões qualificam mais positivamente o exercício de um cargo político. A profissão do representante fornece, aos pesquisadores do tema, uma diretriz sobre os grupos de interesse vinculados a ele, seu posicionamento político-ideológico e os possíveis assuntos que consideram importantes defender.

Rodrigues (2002) analisa a composição socio-ocupacional das bancadas na Câmara dos Deputados em 1998 e evidencia que esse tipo de reflexão pode revelar uma relação entre interesses socioeconômicos e posicionamento político dos representantes. O autor destaca que: “[...] os parlamentares, segundo suas origens e seu status socioeconômico, tenderiam a candidatar-se por partidos que mais se aproximam de suas condições ideológicas e que, idealmente, mais atendessem aos seus interesses pessoais” (RODRIGUES, 2002, p. 53).

Entretanto, examinar categorias profissionais pode apresentar algumas dificuldades metodológicas no que se refere à quantificação e classificação dessa variável. O primeiro caminho para classificar as profissões foi buscar no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral a declaração do representante sobre sua ocupação; porém, a verificação a partir dessa fonte pode apresentar um problema quando os legisladores se tornam políticos profissionais.

Durante a coleta de dados, foi constatado que alguns eleitos declaram como categoria profissional “político” ou “deputado” no registro do TSE. Se por um lado isso contribui para verificar a profissionalização política, por outro restringe o detalhamento sobre os aspectos da socialização dos indivíduos, pois não nos indica os grupos ou classes sociais aos quais o deputado poderia estar vinculado e o tipo de capital social que dispõe. Assim, se torna necessário, buscar em outras fontes a profissão do legislador.

Outra problemática relativa à profissão é como realizar a classificação quando o deputado apresenta mais de uma atividade profissional: escolhe-se a profissão que está ligada à formação acadêmica? Aquela que exerceu por mais tempo? No caso de duas ou mais profissões, considerar todas? Uma última dificuldade tange a diversificação numerosa das profissões: se existem várias especialidades na engenharia, por exemplo, é importante especificar cada uma delas? Ou generalizar numa grande área?

As categorizações realizadas pelos pesquisadores, nesse sentido, podem se tornar arbitrárias e pouco cooperar para averiguar o perfil socioeconômico das elites

políticas. Para superar essa dificuldade, Dufloth *et al* (2013) sugerem que seja utilizada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que pode diminuir os impasses relativos à categorização profissional. Outros dois métodos podem ser adotados para o exame da profissão: um é considerar qual foi a atividade profissional realizada por mais tempo antes de ocupar o cargo em questão; outro é identificar a profissão exercida imediatamente anterior à ocupação do cargo (em outras palavras, verificar qual foi a última atividade desenvolvida).

As variáveis que se referem às carreiras políticas são importantes para analisar a construção e estabilização da carreira política, o tipo de ambição, as experiências acumuladas na prática da política e a acessibilidade que a instituição oferece para a entrada de representantes. A experiência em cargos políticos e públicos aumenta as chances de sucesso para adentrar as esferas de poder, sendo um importante capital a ser acumulado pelo político. Também a participação em associações e entidades politicamente relevantes oferece práticas que auxiliam o exercício da atividade política.

Para estudar carreiras políticas e políticos, há um dilema inicial, que é o de definição do que é ser político (ALCANTÁRA, 2016). Desse modo, Alcantára (2016, p. 94) entende que para tal deve-se partir de “[...] um cenário institucionalizado [...]”. Assim define:

Seguindo essa linha, entendo que – em uma poliarquia, e tendo como critério de definição não só sua atividade específica, mas também sua vida de acesso – político é aquela pessoa situada categoricamente em algum das seguintes espaços: cargos por eleição popular; altos cargos de livre designação ou de confiança da administração do Estado ou de órgãos dependentes ou autônomos do Estado, cargos de responsabilidade orgânica e de assessoria no interior dos partidos políticos ou formações políticas de representações similares; e, por último, aqueles que, havendo estado em uma das três situações descritas anteriormente, continuam exercendo influência mediante um “efeito sombra” por seu prestígio pretérito. A essas atividades, é preciso acrescentar o propósito; finalidade de quem está na política é agir de forma consciente no âmbito público para gerar mudanças ou simplesmente manter o *status quo*. (ALCANTÁRA, 2016, p. 95)

No que diz respeito aos cargos formais ocupados dentro da instituição, Araújo (2012), ao analisar o perfil dos senadores brasileiros que compõem as comissões do Senado Federal, salienta que em uma organização racionalizada alguns fatores auxiliará na escolha dos indivíduos que ocuparão os cargos disponíveis dentro da instituição. Destaca assim como elementos influentes para ocupar as comissões a

qualificação profissional-acadêmica, a senioridade e a fidelidade partidária. Em outras palavras, é considerada a *expertise* nas esferas profissional, acadêmica e política. Araújo, para assinalar a *expertise*, considerou o tempo que o Senador está no cargo legislativo, as experiências anteriores em cargos políticos eletivos e não eletivos e sua atividade profissional relacionada às temáticas da comissão.

Para Polsby (2008), a *seniority* (senioridade) está relacionada com a consolidação da carreira parlamentar; isso significa que a *seniority* tem relação com o desenvolvimento da experiência prévia do representante em um mesmo cargo. No caso da pesquisa proposta, o desenvolvimento da experiência no cargo de deputado estadual.

Essa variável pode ser examinada de três maneiras: primeiro, quantificando o número de mandatos consecutivos do representante no cargo em questão; também através da contagem dos anos contínuos no cargo; ou, por último, vinculado o número mandatos sucessivos e multiplicando pelo número de anos de cada mandato. A avaliação da *seniority* indica por um lado o aumento da *expertise* do representante, ou seja, sua profissionalização no cargo, e por outro assinala um obstáculo ao *turnover*, ou melhor, dificulta a circulação das elites.

O banco de dados foi construído a partir da lista nominal disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que informa quais foram os eleitos a cada pleito. A partir disso, identificaram-se quais seriam os “personagens” a serem pesquisados e em seguida saiu-se em busca de informações biográficas sobre eles.

Para definir as variáveis, baseamo-nos tanto nas orientações da teoria utilizada nesse trabalho como nas pesquisas empíricas sobre elites políticas, sobretudo aquelas que se referem ao *background* social e às carreiras políticas. As variáveis selecionadas mostram as características pessoais dos deputados e os caminhos percorridos por eles na construção de suas carreiras políticas, sejam elas relativas aos cargos eletivos ocupados, sejam no que se refere a outros cargos importantes que impactam na profissionalização política.

Optou-se por uma metodologia quantitativa para a análise das informações por se tratar de uma pesquisa que visa conhecer a totalidade dos casos. Sabemos que metodologias qualitativas também podem ser adotadas em pesquisas sobre elites políticas e, cada vez mais, o uso de entrevistas, observação participante, busca de informações em diários e arquivos pessoais têm sido adotados para tratar o tema; porém, esses procedimentos são mais eficazes para estudos de casos. Ou

seja, a opção por métodos quantitativos ou qualitativos de análise, no caso de elites políticas, dependerá do número de casos a serem analisados, das informações disponíveis (como estão organizadas e onde estão disponíveis) e dos propósitos definidos pelo pesquisador.

No que diz respeito às fontes utilizadas para a coleta de informações e dados, como dito inicialmente, a primeira sondagem foi realizada no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além da lista dos deputados eleitos em cada pleito, o site nos forneceu as informações referentes a data de nascimento, escolaridade, partido, sexo e patrimônio de cada um deles. Foi criada uma variável chamada “profissão TSE”, que corresponde à profissão indicada no registro de candidaturas.

Outra fonte importante são os sites das Assembleias Legislativas de cada Estado, que geralmente oferecem dados sobre as qualidades pessoais e de carreira dos legisladores, apesar de não existir um critério sobre quais informações devem ser fornecidas nem em relação à organização destas.

Em geral, nos sites das Assembleias Legislativas, quem informa a biografia é o próprio deputado ou sua assessoria; desse modo, eles revelam o que consideram importante para conhecer o legislador, o que pode ser diferente para cada caso. Por exemplo, ao examinar a biografia disponível de um deputado no site da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, as informações fornecidas podem ser detalhadas sobre a formação escolar e cargos ocupados; porém, ao verificar as informações de outro parlamentar, os dados disponíveis podem ser diferentes – por exemplo, sua biografia pode ressaltar os laços de parentesco na política e sua participação em atividades em associações civis.

Apesar dessas duas fontes serem as principais, especialmente para o início da construção do banco de dados e orientação de como se poderiam organizar as informações necessárias para alcançar os objetivos da pesquisa, outras fontes foram amplamente usadas para trazer novos dados, contradizer aqueles já existentes, confirmar o que já estava apontado ou para complementar os conhecimentos sobre as biografias dos deputados.

Essas outras fontes não são alternativas, mas fogem às informações disponibilizadas pelas instituições formais. São elas: sites pessoais de candidatos, sites de jornais e revistas, *blogs* de jornalistas e trabalhos acadêmicos. Para completar também foram buscadas informações nos arquivos físicos das

Assembleias Legislativas que podem ter informações diferentes das disponibilizadas nos *sites*¹².

A seguir especificaremos como foram examinadas cada uma das variáveis utilizadas para análise e o critério para definir o conteúdo de cada uma delas:

Partido: Partido do deputado pelo qual foi eleito de acordo com informação disponibilizada no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral.

Gênero: Gênero do deputado declarado de acordo com a informação do registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral.

Idade: Calculada a partir da subtração do ano da eleição e ano de nascimento que foi considerado o ano informado no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral.

Escolaridade: Escolaridade categorizada de acordo com informação disponibilizada no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral.

Profissão TSE: Profissão declarada no registro de candidaturas disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral.

Profissão não TSE: Atividade profissional encontrada em outras fontes de informação que não o TSE que relatavam a biografia do legislador.

Patrimônio¹³: Considerado patrimônio declarado no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral.

Participação em organizações e cargos não eleitorais¹⁴: Participação em atividades e/ou grupos da sociedade civil organizada, como sindicatos, movimentos sociais, movimento estudantil, clubes, associações de classe, cargos na administração pública etc.

Primeiro cargo eletivo: Primeiro cargo eletivo ocupado na carreira política do deputado.

Cargo eletivo anterior: Cargo eletivo ocupado anterior à eleição de deputado estadual.

¹² Essa questão se aplica por exemplo no caso da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. O Centro de Documentação da ALES mantém uma pasta física para cada legislatura que contém informações sobre os deputados estaduais; por exemplo, os cargos eletivos ocupados e as respectivas datas, o que nem sempre está disponível no site.

¹³ Sabemos dos limites dessa informação e da fonte; contudo, é considerada uma fonte oficial e está disponível para todos os casos analisados.

¹⁴ Essa categoria ainda deve ser investigada pormenorizadamente. Aqui classificou-se de modo geral e simplificado a participação em movimentos e organizações civis, de modo que podem existir ocorrência dessas informações que não conseguimos encontrar e catalogar.

Político: Foram considerados políticos aqueles que possuem a partir de duas experiências eletivas, incluindo a experiência “atual”. Delimitação feita a partir da definição de Alcantára (2016) sobre profissionalização política.

Seniority: Quantidade de vezes consecutivas eleito deputado estadual. Delimitação feita a partir da definição de Polsby (2008).

Número total de Cargos Eletivos: Somatória da quantidade de vezes que ocupou um cargo eletivo, seja executivo ou legislativo, no âmbito federal, estadual ou municipal.

Longevidade na carreira: Delimitou-se como tempo de carreiras aquelas consideradas curtas, médias ou longas com base na literatura sobre o tema.

Cargos na Assembleia¹⁵: Cargos na administração da casa legislativa. Serão considerados: cargos na mesa diretora e presidentes de comissões permanentes.

Pós-Deputado Estadual: Direção da carreira após o término do mandato: reeleito, novo cargo eletivo, saída, cargo público administrativo. Consideraram-se somente as opções dos deputados tomadas imediatamente após deixar o cargo de deputado estadual.

¹⁵ Essa categoria ainda deve ser investigada pormenorizadamente. Deve-se avaliar a viabilidade de incluir na análise visto a dificuldade encontrada de conseguir a informação.

5 PADRÕES E MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO SOCIAL DA CLASSE POLÍTICA: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO.

Este capítulo tem por objetivo trazer o perfil socioeconômico dos deputados estaduais eleitos entre 2003 e 2019, nos estados de São Paulo e Espírito Santo. Delimitou-se verificar a composição das elites políticas desses estados primeiro devido às diferenças de disponibilidade de vagas em cada casa legislativa (94 cadeiras para SP por legislatura e 30 para o ES); em segundo lugar, era preciso otimizar a busca de informações e dados sobre os parlamentares, visto as dificuldades de pesquisas sobre elites políticas a nível subnacional (ALCANTÁRA, 2016)¹⁶.

Além de uma visão mais geral sobre o perfil do legislador subnacional, ao longo do período indicado, faremos ainda uma comparação entre cada legislatura e estado. O intuito é procurar notar se existem diferenças e/ou semelhanças entre os representantes das casas legislativas em questão. Por um lado, a seleção desses dois estados se dá porque entende-se que dinâmicas sociais, políticas e econômicas diferentes deveriam produzir elites políticas diversificadas.

Braga *et al* (2009) observam uma homogeneização do perfil dos eleitos no Brasil para a Câmara dos Deputados. Para Dufloth *et al* (2013b), a extensão territorial e as diferenças no desenvolvimento histórico das regiões deveriam produzir padrões diferentes de perfis dos representantes, o que diminuiria a homogeneização desses perfis. Chaves (2009), ao estudar os mecanismos de recrutamento das elites políticas do Ceará, destaca a questão de a região Nordeste ser vista como atrasada em relação às regiões do Sul: o Nordeste é percebido como uma região em que o coronelismo pauta as relações políticas. O poder local é oligárquico e, portanto, poucos setores e atores da sociedade estariam participando da vida – e atividade política. As conjunturas locais – econômicas, sociais, políticas e geográficas – podem modificar o perfil das elites, bem como o período histórico analisado (CHAVES, 2009). Em regiões de menor dinamismo demográfico, organização social e formação de lideranças, as relações de poder são modificadas lentamente; à medida que ocorrem mudanças nos processos de urbanização,

¹⁶ Vide capítulo 3, p. 53

diversidade social e política, estas influenciam na formação e renovação de grupos políticos (FARIAS, 2011).

Deve-se atentar também para o fato de que as condicionantes institucionais e legais do sistema político brasileiro são iguais a nível federal para acessar qualquer um dos postos eletivos disponíveis, inclusive o de deputado estadual. Em termos formais, no Brasil, o direito a pleitear uma candidatura a um cargo eletivo é estendido àqueles que estejam em dia com suas obrigações eleitorais e filiados a um partido político, condição que deveria ampliar a possibilidade de participação de perfis sociais e econômicos diversificados na democracia brasileira. São condições que pouco refletem a realidade do processo de seleção de candidatos pelos partidos políticos.

Autores como Norris e Lovenduski (1995) apontam que as principais variáveis para o *background* social são gênero, idade, escolaridade, profissão, patrimônio e raça; ainda acrescentam que são importantes como fatores de recrutamento questões relativas a experiência política: tempo de dedicação à atividade, *expertise* política, oferta de contatos, ambição política e persistência na atividade política (variáveis essas que serão analisadas no próximo capítulo). Desse modo, antes de apresentar e discutir os padrões e dinâmicas das carreiras e profissionalização dos deputados estaduais, é necessário analisar quais são os recursos e posições sociais desse grupo.

A seguir, discutiremos as características sociais e econômicas dos deputados estaduais, ou seja, seu *background* social. Para tal, foram selecionadas as seguintes variáveis: gênero, idade, escolaridade, profissão e patrimônio. Cabe apontar ainda que, para o desenvolvimento deste capítulo, assim como em boa parte da tese, nos valem de análises de caráter mais descritivo, tendo por base o banco de dados construído.

5.1 HOMENS E MULHERES: A DISTRIBUIÇÃO DOS REPRESENTANTES SEGUNDO O GÊNERO NOS LEGISLATIVOS SUBNACIONAIS

As pesquisas que relacionam representatividade política e gênero apontam que a atividade política tem sido desempenhada, essencialmente, por homens em todos os níveis de representação. Álvares (2014) reconstrói os ganhos e perdas relativos aos direitos eleitorais das mulheres na experiência democrática brasileira,

destacando a implementação da lei de cotas partidárias para mulheres, com o objetivo de aumentar a representação feminina nos espaços institucionais de poder. A garantia desse espaço à participação feminina foi estabelecida por regra, na segunda metade da década de 1990. A autora destaca a lei 9.100/1996, que estabeleceu que 20% das candidaturas dos partidos deviam ser reservados a mulheres. No ano seguinte à aprovação, uma nova regra: a Lei 9.054/1997 altera o percentual destinado às mulheres, passando de 20% para 30%, e retira a especificação de cotas para mulheres, considerando que no mínimo 30% das vagas devem ser reservadas para cada sexo. Assim, o teor da legislação tende não somente a promover a “igualdade de oportunidades”, mas a “igualdade de resultados” (ÁLVARES, 2014).

A mulher é desencorajada a chegar ao espaço político, não construído como dela. É um espaço masculino, em que o mundo do poder e da política lhe impõe múltiplas barreiras. O cenário é fortemente não paritário em termos de reconhecimento, o que determina, entre outras consequências, a má distribuição de recursos econômicos e o menor acesso aos recursos partidários e às doações privadas (PINTO E SILVEIRA, 2018, p. 180).

A trajetória feminina em busca de condições de acesso à atividade política e à difícil construção de carreiras nesse campo encontra um conjunto de razões que fragiliza as condições das mulheres tanto no processo eleitoral como na manutenção da carreira. Ainda as estruturas oligarquizadas dos partidos tendem a reproduzir suas elites através dos processos de recrutamento, dificultando o acesso das mulheres aos postos eletivos (PINTO E SILVEIRA, 2018, p. 180). A Tabela 1 nos informa o quantitativo de parlamentares eleitos no período 2003-2019 nos estados de São Paulo e Espírito Santo segundo o gênero:

Tabela 1 – Representação de Gênero por estado e legislatura ES e SP (em %) (2003-2019)

Legislatura	Gênero					
	Mulheres		Homens		Mulheres	Homens
	ES	SP	ES	SP	Média geral	
15ª (2003-2006)	16,7	10,6	83,3	89,4	12,1	87,9
16ª (2007-2010)	6,7	9,6	93,3	90,4	8,9	91,1
17ª (2011-2014)	13,3	9,6	86,7	90,4	10,5	89,5
18ª (2015-2018)	13,3	10,6	86,7	89,4	11,3	88,7

19ª (2019-2022)	10,0	18,1	90,0	81,9	16,1	83,9
Média das Legislaturas	12,0	11,7	88	88,3	11,8	88,2
	(18)	(55)	(132)	(415)	(73)	(547)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (2015-2019).

Das 620 cadeiras ocupadas ao longo do período analisado, 11,8% foram preenchidas por parlamentares do sexo feminino (o que corresponde a 73 do total de casos). Mesmo com tamanhos diferentes, as Assembleias Legislativas possuem proporcionalmente uma média aproximada de mulheres ao longo do período analisado, como se observa na Tabela 1 (12% para o ES e 11,7% para SP). A partir dos resultados encontrados, percebe-se que os mecanismos da lei eleitoral que reserva uma cota para a candidatura de acordo com o gênero de menor representatividade não foram suficientes para uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres nas Assembleias Legislativas em questão, no período analisado.

Vale ressaltar que o acesso das mulheres aos espaços de poder é impulsionado por outras vias que não as cotas estabelecidas através da lei eleitoral, podendo depender mais do capital político, cultural, familiar ou social de cada uma. Porém, para tal, outros fatores deveriam ser observados, como, por exemplo, se a votação/eleição foi “nominal” ou por “quota”, laços de parentesco dessas mulheres na vida política e recursos de *background* social e econômico quando comparados aos deputados do sexo masculino.

Foi realizada uma análise dos dados entre gênero e a distribuição pelas legislaturas com o intuito de estabelecer um esquema comparativo ao longo do tempo de modo a verificar a inclusão das mulheres nesse espaço de poder. Foi constatado que ao longo do período há um crescimento da presença feminina nas assembleias legislativas. Entre a 15ª e a 18ª legislatura há uma oscilação no quantitativo de mulheres, com a diminuição dessa representação. Na 19ª legislatura, observa-se um crescimento desse grupo, maior que a média geral. Na última legislatura, 16,1% dos representantes são de mulheres.

No período compreendido entre 2003 e 2018 (da 15ª a 18ª legislatura), o Estado de São Paulo mantém uma média de 9,6% a 10,6% (nove a 10 mulheres respectivamente) dos representantes eleitos para a Assembleia. Uma mudança

ocorre na 19ª legislatura, na qual verifica-se o crescimento do quantitativo de deputadas eleitas: 18,1% (17 mulheres) do total de 94 deputados na casa.

No Espírito Santo, da 15ª legislatura para a 19ª, observou-se uma redução do número de mulheres eleitas para os cargos de deputada estadual: foram 16,7% eleitas na 15ª legislatura para 10% na 19ª. Em São Paulo ocorre o contrário: é observado um crescimento da representação feminina entre as legislaturas. Na 15ª legislatura, têm-se 10,6% de parlamentares do sexo feminino eleitas, e na 19ª passa a ser 18,11% na assembleia paulista.

Dessa forma, enquanto uma assembleia cresce (SP) e outra decresce (ES) na representação relativa a gênero, um equilíbrio é encontrado ao fim do período: no Espírito Santo temos 12% de mulheres que ocupam uma cadeira legislativa a nível subnacional ao longo do período, enquanto em São Paulo esse quantitativo é um pouco menor, girando em torno de 11,7%.

5.2 A MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE SP E ES

De acordo com a lei eleitoral brasileira prevista na Constituição de 1988, alguns critérios devem ser respeitados para o preenchimento de cargos disponíveis no sistema eleitoral do país. Dentre as condições dadas pela lei, está a idade mínima para concorrer aos cargos. A seguir, temos o texto retirado da Constituição de 1988 referente às normas acerca da idade para pleitear cargos eletivos:

São condições de elegibilidade, na forma da lei:

(...)

VI – a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para presidente e vice-presidente da República e senador;
- b) trinta anos para governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para deputado federal, deputado estadual ou distrital, prefeito, vice-prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para vereador. (BRASIL, 1988)

Portanto, aqueles que almejam o cargo de deputado estadual devem cumprir a condição de ter a idade mínima de 21 anos. A idade média dos deputados estaduais de SP e ES, ao serem eleitos entre 2003 e 2019, é de 49,9 anos. A Tabela 2 faz um comparativo da idade média por legislatura dos deputados estaduais eleitos em São Paulo e no Espírito Santo entre 2003 e 2019:

**Tabela 2 – Idade Média por Estado e Legislatura ES e SP (em anos)
(2003-2019)**

Legislatura	Idade média		
	ES	SP	Média geral nos Estados
15	46,1	47,0	46,8
16	46,4	48,4	47,9
17	49,7	51,4	51,0
18	51,0	53,7	53,0
19	51,6	50,3	50,6
Média nas Legislaturas	48,9	50,2	49,9

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (2015-2019)

Verificou-se um envelhecimento entre os representantes eleitos até a 18ª legislatura relativo ao total de casos (620). A idade média na 15ª legislatura era de 46,8 anos, aumentando para 53 anos na 18ª legislatura. Para a 19ª, há uma redução na média de idade em relação à legislatura anterior, que passa a ser de 50,65 anos. Tal diferença pode significar uma renovação nos representantes, a saída de alguns deputados experientes e mais velhos e/ou a entrada de novos representantes mais jovens.

O trabalho de Braga *et al* (2009), ao analisar a idade dos candidatos e eleitos para a Câmara Federal em 2006, observa que a idade destes está na faixa dos 46 aos 55 anos, o que se aproxima das médias de idade apontadas na Tabela 2 para os legislativos estaduais de SP e ES. Santos (2000) destaca que os legisladores federais brasileiros possuem idade entre 40 e 60 anos. Chaves (2009) verifica que a média de idade é de 33 anos para a elite parlamentar na região do Inhamus, no Ceará. De certo modo, pode-se dizer, comparando as médias de idade encontradas para os deputados estaduais aqui analisados e a pesquisa de Braga *et al* e de Chaves, que os determinantes da lei eleitoral relativos à idade podem estar relacionados às médias de idade encontradas em cada uma das pesquisas.

A média de idade entre os parlamentares de ambos os estados apresenta pouca diferença: 48,99 anos para os deputados estaduais do Espírito Santo e 50,2 anos para os de São Paulo. No ES houve um envelhecimento progressivo dos representantes: a média de idade na 15ª legislatura era de 46,1 anos e na 19ª de 51,6 anos. Em SP o envelhecimento progressivo dos representantes vai até a 18ª legislatura. Na 15ª legislatura, a média de idade dos parlamentares em São Paulo

era de 47 anos, aumentando para 53,7 anos na 18ª legislatura e retrocedendo na 19ª para 50,3¹⁷.

De toda forma, a média de idade nos dois estados é bem acima dos 21 anos previstos na Constituição. O que indica que a idade é um filtro importante para o acesso à assembleia, o que pode ser um indicador de determinado nível de experiência política prévia daqueles que chegam ao cargo.

5.3 CAPITAL EDUCACIONAL: ELEMENTO DE ACESSO DE POSTOS DE PODER

Lodola (2017), ao analisar o perfil e as carreiras dos governadores argentinos, salienta a relevância do nível educacional como traço para verificar a origem socioeconômica das elites políticas. O autor mostra que o nível educacional é importante para acessar postos eletivos e destaca que o espaço da universidade é um local de iniciação política, principalmente para aqueles que não tiveram contato anterior com a atividade política por outras vias, como a militância partidária, a militância social e os laços de parentesco¹⁸. Esse ponto colocado por Lodola reforça a visão de Mills (1975) da educação como meio de socialização das elites. A educação (nível de instrução) é uma das condições sociais postas para acesso ao campo político (BOURDIEU, 2011).

Para Silveira e Pinto (2018), “Os dados sobre educação permitem inferir um corte de classe que não se diferencia entre homens e mulheres” (Pinto e Silveira, 2018, p.190); o nível educacional entre homens e mulheres que chega à Câmara dos Deputados é o mesmo, a questão colocada é a diferença entre aqueles de classes mais populares e de classes mais abastadas: os primeiros, quando não possuem nível superior de educação, têm menores chances de alcançar cargo eletivo; portanto, o capital educacional é um capital importante para as classes mais populares chegarem aos postos eletivos (PINTO E SILVEIRA, 2018). Bottomore (1974, p.112) salienta em relação a educação e elites que:

¹⁷ Essa queda na média de idade em São Paulo talvez se explique, por um lado, pela entrada de novos representantes na arena legislativa e pode indicar um alto grau de renovação parlamentar com legisladores mais novos e menos experientes em cargos políticos. Por outro lado, pode ser que esteja ocorrendo a entrada de políticos mais jovens na arena legislativa subnacional, mesmo que poucos, o que pode levar a média de idade para baixo. Contudo, essas questões são suposições que não cabem ser testadas neste trabalho.

¹⁸ Seria interessante verificar as instituições de formação em nível superior dos atores aqui analisados e a natureza delas, se públicas ou privadas. Contudo, devido às dificuldades de acesso a esse tipo de informação e inconsistências nelas, optamos por não verificar neste momento esse dado.

O sistema educacional na maioria das sociedades ocidentais não só consolida a distinção entre dirigentes e dirigidos como também mantém viva e florescente toda a ideologia de domínio de elite, na medida em que destaca a seleção de indivíduos excepcionais para posições de elite, bem como as recompensas em rendimentos e *status* para os êxitos escolares, em vez da elevação do nível geral de educação para toda a comunidade e a contribuição que isso poderia trazer para aumentar a participação da massa de cidadãos no governo.

Dufloth *et al* (2013), ao compararem o grau e escolaridade entre os deputados estaduais, observam que, em 2002, nas assembleias da região Sudeste, 66,13% dos eleitos possuíam nível superior; em 2006, esse percentual foi de 72,43% e, em 2010, foi de 73,33%¹⁹. No espaço de tempo de quase 20 anos que abarca essa análise das 620 cadeiras ocupadas nas esferas legislativas estaduais, 75% possuem nível superior (465 casos do total).

A Tabela 3 mostra o nível de escolaridade dos deputados estaduais distribuídos nas legislaturas. Ao longo das cinco legislaturas analisadas, não se observaram diferenças importantes nas médias de escolaridade em cada período. Houve um aumento de representantes com nível superior da 15^a para a 17^a legislatura e depois uma queda para a 19^a.

¹⁹ Algumas diferenças foram encontradas entre os dados expostos por Dufloth *et al* (2013) e os dados aqui expostos na Tabela 3. Tal diferença pode ser explicada porque aqui reclassificamos os dados disponíveis no TSE considerando o nível de instrução completo do deputado, ou seja, caso ele tenha indicado como escolaridade ensino médio incompleto, o nível de escolaridade contabilizado foi ensino fundamental completo.

Tabela 3 – Escolaridade dos deputados estaduais por legislatura (em %) (2003-2019)

	Legislatura															Média		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média total
Superior Completo	60,0	71,3	68,5	80,0	73,4	75,0	86,7	76,6	79,0	86,7	74,5	77,4	86,7	71,3	75,0	80,0	73,4	75,0
Ensino Médio Completo	30,0	23,4	25,0	16,7	22,3	21,0	10,0	20,2	17,7	13,3	24,5	21,8	10,0	27,7	23,4	16,0	23,6	21,8
Ensino Fundamental Completo	6,7	3,2	4,0	3,3	2,1	2,4	3,3	2,1	2,4	0	1,1	0,8	3,3	1,1	1,6	3,3	1,9	2,3
Alfabetizado	3,3	1,1	1,6	0	2,1	1,6	0,0	1,1	0,8	0	0	0	0,0	0,0	0	0,7	0,9	0,8
Não Informado	0	1,1	0,8	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,2	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (2015-2019)

A análise da Tabela 3 indica que o nível de escolaridade aumentou entre os deputados. Representantes com menor escolaridade – alfabetizados e com ensino fundamental completo – diminuem sua participação na esfera do legislativo estadual ao longo dos anos. Pode-se dizer que as classes menos escolarizadas não foram inseridas na participação e ocupação desse âmbito de poder, o que corrobora com os apontamentos da literatura sobre o tema. As classes com escolaridade mais alta mantêm o *status quo* de acesso e manutenção do poder no cargo de deputado estadual.

Ao comparar a escolaridade dos deputados por estado, verifica-se que no ES 80% dos representantes eleitos no período possuem nível superior, enquanto que em SP esse percentual é de 73,4%. Ou seja, os representantes do ES possuem um nível maior de escolaridade que a média geral e também quando comparado à assembleia paulista; enquanto em SP a média dentre aqueles que possuem ensino superior é menor que a média geral. Sob esse aspecto, pode-se inferir que na assembleia paulista o acesso de classes mais populares é mais habitual.

5.4 CAPITAL ECONÔMICO: CLASSIFICANDO O PATRIMÔNIO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS.

A riqueza, como apontado por Mosca, é um dos critérios que distingue a minoria da maioria no acesso à carreira política, sendo esse aspecto essencial para os estudos sobre elites políticas. À medida que a riqueza pode apontar para a inserção ou exclusão de classes sociais que participam e influenciam na vida política e pública da sociedade. Um dos elementos que contribuem para ressaltar a riqueza como uma variável analítica é o patrimônio declarado.

Na análise do patrimônio de políticos, Pratti *et al* (2016) consideram este um indicador importante de capital econômico. Rodrigues (2014) salienta que o aumento dos custos de campanha dificultaria o acesso das classes mais baixas aos cargos eletivos e favoreceria as classes mais ricas. Esse aspecto ressaltado é reforçado pela mudança na lei eleitoral nº13.165/2015, sobre o financiamento de campanhas, que proíbe a doação de dinheiros das pessoas jurídicas aos candidatos, sem limitar a autodoação. Desse modo, aqueles que possuem maior volume de recursos próprios seriam mais beneficiados tanto na concorrência dos postos eletivos como na manutenção do cargo.

Para averiguar o patrimônio dos deputados estaduais eleitos nos Estados em questão, utilizou-se a informação disponível no registro de candidaturas do TSE. Foram contabilizados 469 casos válidos do total de 620. Os 151 casos não contabilizados ou não declararam o valor do patrimônio ou declararam valor igual a zero. São 124 casos de patrimônio não declarado referem-se aos deputados eleitos em ambos os Estados para a 15ª legislatura. Nos demais períodos, um total de 27 parlamentares declarou patrimônio igual a zero ou não declarou, sendo 14 para o estado do Espírito Santo e 13 para o estado de São Paulo.

Para fins comparativos, destacamos que Da Fonseca Engler (2018, p. 146) aponta que: “[...] alguns estudos estimam que os indivíduos cujo patrimônio seja em torno de R\$ 2,1 milhões já estejam entre o 1% dos mais ricos do mundo. Outro número relevante é o patrimônio médio do brasileiro em 2015: R\$ 60 mil”.

O valor médio do patrimônio foi calculado em R\$ 1.185.059 entre 2006 a 2019, sendo o mínimo declarado o valor de R\$ 2.306 e o máximo R\$ 19.192.250²⁰, na 19ª e na 17ª legislatura respectivamente; ambos os valores foram observados na casa paulista. Para simplificar a análise relativa ao patrimônio, dividimos os valores em cinco faixas, como mostra a Tabela 4:

²⁰ Os valores foram arredondados e não foram deflacionados.

Tabela 4 – Faixa de patrimônio dos deputados estaduais ES e SP (em %) (2003-2019)

	Legislatura															Total		
	15 ^a			16 ^a			17 ^a			18 ^a			19 ^a			Total		
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das legislaturas
Faixa 1 - Até 100 mil reais	0,0	0,0	0,0	13,3	10,6	11,3	6,7	5,3	5,6	10,0	6,4	7,3	10,0	13,8	12,9	8,0	7,2	7,4
Faixa 2 - De 101 mil a 500 mil reais	0,0	0,0	0,0	46,7	44,7	45,2	53,3	47,9	49,2	50,0	27,7	33,1	43,3	21,3	26,6	38,7	28,3	30,8
Faixa 3- De 501 mil reais a 1 milhão de reais	0,0	0,0	0,0	10,0	18,1	16,1	30,0	16,0	19,4	13,3	26,6	23,4	16,7	23,4	21,8	14,0	16,8	16,1
Faixa 4 - De 1,1 milhão a 5 milhões de reais	0,0	0,0	0,0	6,7	22,3	18,5	6,7	26,6	21,8	13,3	34,0	29,0	16,7	25,5	23,4	8,7	21,7	18,5
Faixa 5 - Mais de 5,1 milhões de reais	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	1,6	0,0	4,3	3,2	0,0	4,3	3,2	6,7	5,3	5,6	1,3	3,2	2,7
Nenhum bem declarado	100	100	100	23,3	2,1	7,3	3,3	0,0	0,8	13,3	1,1	4,0	6,7	10,6	9,7	29,3	22,8	24,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100,0	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (2015-2019)

As Faixas que estão nas extremidades – Faixa 1 e Faixa 5 – são as que apresentam o menor número de representantes no grupo²¹. Os dados encontrados mostram que os deputados mais ricos são o grupo com menor número de representantes: apenas 2,7% estão inseridos na Faixa 5. Os considerados milionários (os que estão na Faixa 4 e na 5) são 21, 2% do total de representantes

Na outra ponta, os deputados mais “pobres”, com patrimônio até 100 mil reais, são 7,4% dos legisladores eleitos no período. A maior parte dos parlamentares estaduais possui patrimônio abaixo da média do grupo (menos que um milhão de reais aproximadamente). A Faixa 2 isoladamente concentra o maior número de indivíduos: são 30,8% do total de deputados que declararam patrimônio entre 101 mil e 500 mil reais.

No Espírito Santo, apenas 1,3% do total (150 casos) está incluso entre os mais ricos – Faixa 5 – e aparece somente na 19ª legislatura (2019). Entre os que têm menor patrimônio, o quantitativo permanece equilibrado ao longo do período no Espírito Santo: os que estão na Faixa 1 correspondem a 8% do total de representantes da casa no período.

Em São Paulo, os 3,2% dos deputados mais ricos estão distribuídos entre a 16ª e a 19ª legislatura, aumentando o quantitativo no grupo de 2,1% para 5,3%, respectivamente. Na assembleia paulista, a variação entre os mais pobres ao longo das legislaturas é maior: na 16ª têm-se 10,6% deputados na Faixa 1, na 17ª esse percentual cai para 5,3%, aumentando para 6,4% na 18ª, e sobe para 13,8% na 19ª. A variação entre os deputados paulistas na faixa 1 de patrimônio é maior ao longo do tempo quando comparados aos deputados que estão na mesma faixa no ES; à primeira vista, pode-se dizer que o legislativo paulista possui uma entrada maior das classes populares.

Nos casos analisados, o que se pode apontar é que possuir um alto capital econômico não é premissa para ser eleito. Porém, um capital acima de 100 mil reais parece contribuir nas chances de alcançar o cargo de deputado estadual. Os dados analisados não nos permitem inferir sobre o enriquecimento ou empobrecimento dos legisladores ao longo do tempo; para tal seria preciso vincular patrimônio com o tempo de carreira. Também não é possível afirmar a partir dos critérios adotados

²¹ Apesar de não ter sido verificado o patrimônio dos candidatos a deputado estadual no período, deve-se destacar que o capital econômico é importante para oportunizar atividades políticas e que, mesmo podendo dispor dele, nos casos aqui analisados, ele só é eficiente até determinado limite.

que o capital econômico é fundamental para um candidato ser eleito deputado estadual. Por outro lado, aqueles que possuem menor patrimônio (ainda que em número maior que os mais ricos) não são a maior categoria. São aqueles com patrimônio intermediário que integram o maior número de representantes. Possivelmente, os deputados estaduais demandam outros tipos de capitais além do capital econômico para figurar nos quadros das Assembleias Legislativas em análise.

5.5 PROFISSÃO

Ao retomar a discussão teórica da sociologia e da ciência política sobre grupos profissionais, Petrarca (2015) destaca que uma das formas de se compreender a profissão é como “[...] o monopólio de exercício e controle das competências, atribuindo aos profissionais um alto nível de *expertise* e autonomia, capazes de formar uma espécie de ‘elite profissional’ dotada de prestígio social e remuneração econômica” (PETRARCA, 2015, p. 152). A verificação da ocupação/profissão está relacionada às questões de estratificação social no que diz respeito ao acesso a bens materiais, mas também legitima a “posse” de determinados capitais sociais e a posição social (MARENCO E SERNA, 2007).

O estudo de profissões deve observar os seguintes aspectos: a questão do papel do diploma na atividade profissional, as formas de socialização profissional e as condições de institucionalização, ou seja, as regras e condições necessárias para o desenvolvimento daquela atividade. O diploma confere a técnica necessária para o desenvolvimento da atividade, mas é importante lembrar daquelas profissões que não precisam de diploma – por exemplo, a profissão política, que não possui um curso de formação de nível superior para tornar especialistas os indivíduos para o exercício da função. A profissão política pode ter até auxílio de um diploma em seu desenvolvimento (por exemplo, um diploma em Direito); porém, são as experiências cotidianas, as relações, a internalização de um *habitus* entre os membros dessas atividades que determinará a profissionalização (BOURDIEU, 2001; PETRARCA, 2015; ALCANTÁRA, 2016).

Para analisar essa variável, a subdividimos em duas: a primeira analisa a profissão declarada pelos deputados eleitos no registro de candidaturas do TSE; a segunda foi formulada a partir de informações das biografias dos deputados

encontradas nas mais variadas fontes. Houve necessidade de tal divisão, pois foi notado que na fonte do TSE muitos declaravam como profissão o cargo político que ocupavam como deputado estadual ou vereador, ou ainda se declaravam como políticos. Para a pesquisa proposta, era importante saber qual a profissão de origem. Por esse motivo, verificamos outras fontes que não a do TSE. Encontramos alguns casos em que mais de uma profissão foi encontrada, cada um deles foi analisado separadamente e agrupado em apenas uma categoria para descomplicar a análise²².

A Tabela 5 apresenta as profissões declaradas no registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral. Listamos, para melhor compreensão, apenas as profissões que apresentaram pelo menos 1% das declarações. As demais (com menos de 1% das declarações) agregamos na categoria “Outros”²³. Determinadas ocupações foram reunidas pelas similitudes da natureza da atividade desempenhada; por exemplo, na categoria “Político” estão aqueles que declararam como profissão serem vereador, deputado, prefeito, dentre outros cargos políticos eletivos. Atividades relacionadas como apresentadores de TV, locutores, jornalistas, entre outras, foram agrupadas na categoria “Comunicação Social”. Ainda policiais, delegados e militares estão classificados como profissões de “Segurança Pública”.

²² Ao considerar uma profissão que não a indicada pelo TSE, consideraram-se aquelas informadas, em primeiro lugar, nas biografias disponíveis nos arquivos digitais e não digitais das assembleias legislativas. Em casos em que mais de uma profissão continuava a ser apontada para definir qual seria considerada nessa análise, se seguiu a seguinte sequência: formação profissional a nível superior, indicação profissional em fontes como o CPDOC, Câmara dos Deputados (para os casos em que se ocupou o legislativo federal) e sites pessoais dos deputados (vide capítulo 3).

²³ Além de alguns deputados declararem no registro de candidaturas no campo sobre profissão “Outros”, juntamos nessa categoria as profissões que tiveram menos de 1% de declarações, sendo algumas delas: aposentado, bancário, produtor rural/agronegócio, analista de sistemas, atleta/artista, estudante, sociólogo, enfermeiro, pedagogo, eletricista, assistente administrativo, geógrafo, dona de casa, metalúrgico e profissional de nível técnico. Aqueles que declaram no registro de candidaturas como profissão “Outros” são 7,9% do total.

Tabela 5 – Profissão dos deputados estaduais segundo o TSE (em %) (2003-2019)

	Legislatura															Média		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	Média ES	Média SP	Média das legislaturas
Político	6,7	20,2	16,9	30,0	35,1	33,9	43,3	51,1	49,2	43,3	44,7	44,4	43,3	30,9	33,9	33,3	36,4	35,6
Empresário/comerciante	3,3	17,0	13,7	10,0	14,9	13,7	6,7	8,5	8,1	3,3	10,6	8,9	3,3	14,9	12,1	5,3	13,2	11,3
Advocacia	6,7	14,9	12,9	20,0	11,7	13,7	0,0	9,6	7,3	6,7	9,6	8,9	0,0	9,6	7,3	6,7	11,1	10,0
Medicina	13,3	10,6	11,3	13,3	7,4	8,9	6,7	6,4	6,5	10,0	2,1	4,0	13,3	0	3,2	11,3	5,3	6,8
Segurança Pública	0,0	2,1	1,6	3,3	1,1	1,6	0,0	1,1	0,8	0	1,1	0,8	13,3	7,4	8,9	3,3	2,6	2,7
Engenharia	6,7	3,2	4,0	6,7	2,1	3,2	3,3	2,1	2,4	0	2,1	1,6	0,0	1,1	0,8	3,3	2,1	2,4
Comunicação	0,0	2,1	1,6	0	4,3	3,2	3,3	1,1	1,6	3,3	2,1	2,4	3,3	3,2	3,2	2,0	2,6	2,4
Professor ²⁴	3,3	0,0	0,8	3,3	2,1	2,4	0,0	0,0	0,0	6,7	4,3	4,8	3,3	4,3	4,0	3,3	2,1	2,4
Administração	0,0	0,0	0,0	6,7	1,1	2,4	3,3	1,1	1,6	6,7	4,3	4,8	0	3,2	2,4	3,3	1,9	2,3
Servidor Público ²⁵	6,7	1,1	2,4	0	1,1	0,8	10,0	2,1	4,0	0	1,1	0,8	0	1,1	0,8	3,3	1,3	1,8
Sacerdote ou membro de ordem ou religiosa	3,3	3,2	3,2	0	2,1	1,6	0	1,1	0,8	3,3	1,1	1,6	0	0,0	0,0	1,3	1,5	1,5
Economia	0	2,1	1,6	0	1,1	0,8	0	1,1	0,8	0	1,1	0,8	0	1,1	0,8	0	1,3	1,0
Outros	33,3	23,4	25,8	6,7	14,9	12,9	23,3	14,9	16,9	16,7	16,0	16,1	20	23,4	22,6	20,0	18,5	18,9
Não Informado	16,7	0	4,0	0,0	1,1	0,8	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0	3,3	0,2	1,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(150)	(470)	(620)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (2015-2019)

²⁴ Foram considerados professores do ensino fundamental, médio e superior.

²⁵ Dentre os servidores públicos, podem existir profissionais de diversas áreas (advogados, administradores, professores); aqui foram considerados aqueles que não indicaram outra profissão a não ser “funcionário público” ou “servidor público”, como, por exemplo, fiscais de renda.

Na Tabela 5, a profissão com maior frequência declarada pelos eleitos no período foi a de político: 35,6% do total declaram ter um cargo político eletivo como atividade profissional, ou seja, se autodeclaram profissionais desse ramo, mesmo que tenham ocupado apenas um cargo completo ou não completo. No ES, ao longo do tempo, há um aumento constante no número daqueles que se autodeclaram políticos: na 15ª são 6,7% e ao final do período, na 19ª legislatura, 43,3% se declaram políticos. Em SP observou-se uma oscilação entre aqueles que se declaram políticos: entre a 15ª e a 17ª legislatura, houve um aumento desses profissionais e, a partir dessa última, deu-se uma diminuição. Ainda assim, o percentual de políticos na última legislatura da assembleia paulista é maior que na primeira, sendo um indicativo que contrasta com a percepção crítica dos políticos profissionais entre grande parte da cidadania.

Em seguida, temos as profissões de Empresários/Comerciantes (11,3%), Advogados (10%) e Médicos (6,8%). A constatação de Empresários/Comerciantes como o segundo maior grupo profissional entre os deputados vai de encontro à literatura sobre o tema, que aponta os advogados como aqueles que desempenham em maior medida a atividade política. Mas, ao observarmos o conjunto das profissões, vemos que os profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, economistas) são cerca de 20% daqueles que ocupam o cargo de deputado estadual. A Tabela 6 indica a profissão dos deputados a partir de outras fontes de informação que não o TSE:

Tabela 6 – Profissão dos deputados estaduais não declaradas no TSE (em %) (2003-2019)

Profissão	Legislatura															Total		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das legislaturas
Empresário/Comerciante	3,3	24,5	19,4	16,7	18,1	17,7	16,7	16,0	16,1	10,0	18,1	16,1	16,7	14,9	15,3	12,7	18,3	16,9
Advocacia	3,3	9,6	8,1	13,3	12,8	12,9	13,3	19,1	17,7	10,0	18,1	16,1	10,0	17,0	15,3	10,0	15,3	14,0
Medicina	13,3	9,6	10,5	20,0	6,4	9,7	10,0	5,3	6,5	10,0	6,4	7,3	13,3	0,0	3,2	13,3	5,5	7,4
Segurança Pública	6,7	5,3	5,6	6,7	3,2	4,0	10,0	2,1	4,0	10,0	3,2	4,8	16,7	12,8	13,7	10,0	5,3	6,5
Sacerdote ou membro de seita ou ordem religiosa	10,0	4,3	5,6	6,7	7,4	7,3	0,0	8,5	6,5	6,7	7,4	7,3	3,3	5,3	4,8	5,3	6,6	6,3
Comunicação	0,0	5,3	4,0	0,0	5,3	4,0	6,7	3,2	4,0	10,0	9,6	9,7	6,7	8,5	8,1	4,7	6,4	6,0
Professor	6,7	2,1	3,2	3,3	4,3	4,0	6,7	3,2	4,0	16,7	3,2	6,5	3,3	6,4	5,6	7,3	3,8	4,7
Bancário	0	3,2	2,4	0	7,4	5,6	0	7,4	5,6	0	5,3	4,0	0	2,1	1,6	0	5,1	3,9
Servidor Público	26,7	3,2	8,9	6,7	2,1	3,2	6,7	1,1	2,4	3,3	1,1	1,6	6,7	1,1	2,4	10,0	1,7	3,7
Político	3,3	4,3	4,0	3,3	3,2	3,2	0,0	2,1	1,6	3,3	3,2	3,2	10,0	2,1	4,0	4,0	3,0	3,2
Produtor Rural	3,3	1,1	1,6	0,0	3,2	2,4	10,0	3,2	4,8	0,0	4,3	3,2	3,3	3,2	3,2	3,3	3,0	3,1
Engenharia	3,3	4,3	4,0	6,7	5,3	5,6	3,3	2,1	2,4	3,3	1,1	1,6	0,0	1,1	0,8	3,3	2,8	2,9
Administração	0,0	1,1	0,8	6,7	2,1	3,2	6,7	2,1	3,2	6,7	2,1	3,2	3,3	3,2	3,2	4,7	2,1	2,7
Economia	0,0	2,1	1,6	0,0	2,1	1,6	3,3	2,1	2,4	0,0	2,1	1,6	0,0	1,1	0,8	0,7	1,9	1,6
Atleta/Artista	3,3	0,0	0,8	0,0	1,1	0,8	0,0	2,1	1,6	0,0	2,1	1,6	0,0	2,1	1,6	0,7	1,5	1,3
Não Informado	0	0,0	0,0	0	1,1	0,8	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,2	0,2
Outros	16,7	20,2	19,4	10,0	14,9	13,7	6,7	20,2	16,9	10,0	12,8	12,1	6,7	19,1	16,1	10,0	17,4	15,6
Total	100 (30)	100 (94)	100,0 (124)	100 (30)	100 (94)	100 (124)	100 (30)	100 (94)	100 (124)	100 (30)	100 (94)	100 (124)	100 (30)	100 (94)	100 (124)	100 (150)	100 (570)	100 (620)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

Ao buscar em outras fontes a informação sobre a profissão de origem dos deputados, o número daqueles que se declaravam “Políticos” cai substancialmente. Na Tabela 6, apenas 3,4% podem ser considerados como principalmente políticos. Mantiveram-se nessa categoria aqueles que iniciaram o exercício da atividade muito jovens e/ou aqueles os quais em suas biografias não foram encontradas indicações de outras profissões, e ainda um ou outro caso de deputados com carreiras muito longas²⁶ em que outra atividade profissional não caberia, apesar de uma formação superior, pois, além da carreira longa, iniciaram a atividade política cedo e não houve indicação de outras atividades profissionais nas biografias pesquisadas.

As outras categorias profissionais mais relatadas nas biografias estão em consonância com os dados do TSE²⁷. Em ordem crescente, as que são verificadas com maior frequência são: Empresariado/Comerciantes (16,9%), Advocacia (14%) e Medicina (7,4%). O primeiro grupo profissional de destaque pode estar associado com um maior capital econômico; os outros seguintes, além do capital econômico, agregam em seu *status* o capital cultural.

Casos de categorias profissionais que aparecem na Tabela 5, mas estão excluídos na Tabela 6, podem ter sido realocados em outras categorias. Como assinalado anteriormente, foi necessário sintetizar as classificações para melhor compreensão do universo estudado.

Para fins comparativos das profissões dos deputados estaduais entre os estados e as legislaturas, utilizaremos a classificação apresentada na Tabela 6, ou seja, as profissões declaradas a partir de fontes que não o registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral. Tal necessidade se deu devido ao elevado número de eleitos que se declaravam políticos no registro do TSE, mesmo não cumprindo o critério de profissional político de acumular oito anos de dedicação à carreira ou o mínimo de dois cargos eletivos completos.

Nas três principais categorias, observou-se uma redução entre os pertencentes ao grupo de Empresariado/Comerciante, ainda que pequena. E uma redução significativa nos profissionais da área da medicina (uma variação para baixo próxima de 69%). Por outro lado, verificou-se um acréscimo no número de

²⁶ Carreiras que somam cinco ou mais cargos eletivos.

²⁷ Aqueles que se declaram políticos na Tabela 5 conforme os dados pelo TSE, podem ter “migrado” para outras profissões, como na Tabela 6, por exemplo, para Empresários/Comerciantes, Advogados e/ou Policiais, profissões que têm um aumento na média geral na Tabela 6.

profissionais oriundos da Advocacia: uma variação de 90% para cima entre a 15ª e 19ª Legislatura.

Deve-se destacar o incremento que se deu ao corpo de legisladores dos profissionais da área da segurança: o número de policiais na 15ª legislatura saiu de 5,6%, passando para 13,7% na 19ª, uma variação de aproximadamente 144% na média geral. Apesar de a entrada dos profissionais da segurança mostrar-se relativamente constante ao longo dos períodos em análise, o salto visto na última legislatura pode estar relacionado com a intensificação do discurso contra a violência que se estabeleceu no debate político a nível nacional nas últimas eleições. Ambas as assembleias apresentam ao longo do tempo um fomento da entrada desses profissionais (em muitos dos períodos anteriores, a assembleia do ES apresenta um quantitativo maior desses profissionais quando comparada a SP); contudo, na última legislatura em SP, esse acréscimo é bastante significativo.

Outra categoria profissional que apresenta um crescimento significativo da primeira legislatura em análise para a última é a dos profissionais da Comunicação: estes têm um crescimento pouco maior que 100% entre os parlamentares estaduais no período. Essas mudanças, no que diz respeito às categorias profissionais dos deputados, parecem ser sintomas da incorporação de novos setores da população não inclusos nas esferas formais de participação e poder político anteriormente, de modo que podem caminhar na direção de mudanças nas origens sociais da classe política.

De modo geral, não há grandes diferenças nesses perfis entre os estados. Ao traçarmos um perfil socioeconômico dos deputados estaduais, podemos dizer que os eleitos entre 2003 e 2019 são homens, com idade média de 49,9 anos, ensino superior completo, que dentre as suas atividades profissionais “originárias” estão as profissões de empresário/comerciante, advogados e médicos e que acumulam um patrimônio entre 101 a 500 mil reais.

6 PADRÕES DE CARREIRA E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO

O propósito deste capítulo é observar os padrões de carreira e profissionalização política dos deputados estaduais eleitos²⁸ em São Paulo e no Espírito Santo, entre 2003 e 2019. Di Martino (2010) esclarece sobre a diferença entre profissão e carreira: a primeira diz respeito a uma ocupação que requer treinamento, enquanto a segunda remete a um compromisso de tempo. A carreira estará não só vinculada à vida pregressa na profissão política, mas também à preocupação com o futuro político. Este capítulo dedica-se fundamentalmente a identificar o tempo de carreira dos deputados estaduais, admitindo que esse é um dos fatores de profissionalização dos indivíduos (PERISSINOTTO E VEIGA, 2014). Segundo Araújo (2012, p. 5):

entender como os parlamentares constroem suas carreiras políticas é entender como esses atores circulam pelos vários poderes e esferas de atuação, algo mais amplo do que a preocupação apenas com o desenvolvimento ou não de carreiras legislativas. Pode não haver uma profissionalização dos atores enquanto parlamentares, mas pode existir enquanto político. E isso significa que, em algum momento, eles deixarão os legislativos para fortalecer suas carreiras.

Foram observadas as seguintes variáveis acerca das carreiras e profissionalização dos legisladores: 1) o primeiro cargo eletivo ocupado na carreira; 2) o número de vezes em que o parlamentar foi eleito consecutivamente para o cargo de deputado estadual (*seniority*); 3) o quantitativo de cargos eletivos ocupados ao longo da carreira política; 4) a direção da carreira após ocupar o cargo de deputado estadual; e 5) a experiência dos deputados em cargos no interior da instituição. Além dessas cinco variáveis, também foi verificado o tempo médio de carreiras, medido em número de cargos eletivos. Verificou-se também a profissionalização dos deputados a partir da definição da literatura sobre o tema da política como profissão, sobretudo a definição de político profissional delimitada por Alcantára (2016).

Sabemos, no entanto, que outras atividades também são importantes para a construção de carreiras políticas, como: (1) a ocupação de cargos públicos

²⁸ Vale lembrar que foram excluídos da análise os deputados que entraram no cargo via suplência. Foram considerados somente os deputados eleitos em cada pleito de acordo com as listas nominais dos resultados das eleições disponíveis no site do TSE.

administrativos; (2) a militância partidária; (3) a participação em cargos partidários; e (4) a atuação em movimentos sociais diversos. Todas contribuem para a entrada e construção de uma carreira política. Devido à inconsistência das informações encontradas para os dados relativos à participação em organizações, associações e cargos públicos administrativos, no que se refere ao grupo dos deputados estaduais aqui escolhido para a análise, optou-se por uma verificação mais generalizada e descritiva sobre esses aspectos, visto que não havia informação para parte dos deputados em questão e seria inapropriado supor que a falta da informação significa que o deputado não dispôs desse tipo de recurso previamente em sua carreira. Portanto, esse tipo de investigação deixa uma lacuna a ser preenchida pelos estudiosos da temática sobre elites políticas, em especial as subnacionais.

6.1 O INÍCIO DAS CARREIRAS POLÍTICAS

O sistema eleitoral brasileiro dispõe de ao menos sete cargos eletivos possíveis de serem concorridos diretamente: vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, prefeito, governador e presidente. Para os cargos no Executivo, ainda existe a chance de ser vice.

A Tabela 7 informa qual o primeiro cargo eletivo ocupado pelos deputados estaduais, considerando esse o cargo de entrada na carreira política. Não se consideraram cargos associativos, partidários ou públicos como vias de entrada na carreira política; esses foram considerados apenas como experiência prévia para o acúmulo de capital político e práticas cotidianas da política. Para Marengo e Serna (2007, p. 103):

O primeiro cargo público constitui um rito significativo que oferece informação relevante não só sobre as condições e os recursos disponíveis no início de carreira, mas também sobre o grau de dependência em relação às organizações partidárias.

Bordignon (2017, p. 356) acrescenta:

[...] modalidades de entrada na política são indicativas do processo de constituição e acúmulo de capital político pelos agentes interessados nos pleitos eleitorais. Em outros termos, indicam os investimentos realizados e as estratégias acionadas em função dos processos de constituição do reconhecimento passível de ser reconvertido em sufrágios.

Os dados mostram que, ao contrário de uma percepção lógica na qual a maioria dos políticos comece a sua carreira por cargos com menor impacto eleitoral (área restrita de atuação e de região), como, por exemplo vereador, os dados mostram que 50,8% dos parlamentares estaduais eleitos no período acessam a atividade política via Deputado Estadual. São seguidos dos cargos de vereador, prefeito e deputado federal.

Ao longo das legislaturas, observou-se que o cargo de entrada com maior recorrência na vida política deu-se exatamente pela via direta do legislativo estadual. Uma mudança é observada na 17^a (2011-2014) e na 18^a (2015-2018) legislaturas, nas quais há um aumento daqueles que iniciaram a carreira pelo cargo de vereador

No Espírito Santo, ao longo do período, observou-se uma redução na entrada via DE, ao mesmo tempo em que se verificou um aumento na estreia na carreira política via cargo de vereador. Na 15^a legislatura (2003-2006), os deputados apresentavam como primeira experiência eletiva: 63,3% deputados estaduais, 33,3% vereadores e 3,3% deputado federal. Em comparação à 19^a Legislatura (2019-2022), são 43,3% parlamentares que têm como primeiro cargo eletivo o de deputado estadual, 46,7% como vereador, 6,7% como deputado federal (nesses casos pode-se notar a existência de uma carreira regressiva) e 3,3% como prefeito.

De maneira oposta, em São Paulo, ao longo do período analisado, observou-se uma tendência ao aumento dos legisladores que têm como entrada na política o próprio cargo de deputado estadual: no primeiro período, foram 54,3% que entraram na competição eletiva via legislativo estadual, enquanto na última verificou-se um aumento para 63,8%. Ao mesmo tempo em que a quantidade de entrada via legislativo municipal decresce: são 41,5% na 15^a legislatura, passando a 33% na 19^a. Em SP houve um incremento, mesmo que pequeno, de deputados estaduais sem experiência em cargos eletivos.

Tabela 7 – Primeiro Cargo Eletivo dos parlamentares ES e SP em % (2003-2019)

	Legislatura															Média		
	15 ^a			16 ^a			17 ^a			18 ^a			19 ^a					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
Deputado Estadual	63,3	54,3	56,5	50,0	48,9	49,2	40,0	44,7	43,5	50,0	44,7	46,0	43,3	63,8	58,9	49,3	51,3	50,8
Vereador	33,3	41,5	39,5	43,3	41,5	41,9	46,7	48,9	48,4	36,7	52,1	48,4	46,7	33,0	36,3	41,3	43,4	42,9
Prefeito	0,0	3,2	2,4	3,3	8,5	7,3	10,0	6,4	7,3	13,3	3,2	5,6	3,3	3,2	3,2	6,0	4,9	5,2
Deputado Federal	3,3	1,1	1,6	3,3	1,1	1,6	3,3	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	6,7	0,0	1,6	3,3	0,4	1,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019)

Um dos pontos verificados sobre o início das carreiras foi relativo à idade dos parlamentares no primeiro cargo eletivo. A idade média geral (SP e ES) ao ocuparem o primeiro cargo eletivo é de 38 anos: o mais jovem alcançou o primeiro cargo aos 20 anos e o mais velho aos 71 anos. Dentre os 620 deputados selecionados, 9,7% possuem início de carreira antes dos 30 anos (considerado pela literatura um início de carreira política precoce)²⁹.

Abaixo, a Tabela 8 nos indica de qual cargo eletivo o deputado estadual é oriundo antes de chegar à Assembleia Legislativa:

²⁹ Para verificar a idade no primeiro cargo eletivo, esta foi calculada a partir do ano do primeiro pleito em que foi eleito subtraído do ano de nascimento.

Tabela 8 – Origem do cargo anterior por estado e legislatura (em %) (2003-2019)

	Legislatura															Média		
	15 ^a			16 ^a			17 ^a			18 ^a			19 ^a					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
Deputado Estadual	33,3	50,0	46,0	36,7	54,3	50,0	53,3	67,0	63,7	50,0	61,7	58,9	53,3	45,7	47,6	45,3	55,7	53,2
Vereador	20,0	22,3	21,8	26,7	14,9	17,7	23,3	12,8	15,3	13,3	16,0	15,3	13,3	9,6	10,5	19,3	15,1	16,1
Prefeito	6,7	1,1	2,4	10,0	8,5	8,9	6,7	8,5	8,1	10,0	2,1	4,0	3,3	4,3	4,0	7,3	4,9	5,5
Deputado Federal	0,0	1,1	0,8	0,0	1,1	0,8	6,7	0,0	1,6	0,0	3,2	2,4	6,7	1,1	2,4	2,7	1,3	1,6
Senador	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,2
Nenhuma	40,0	25,5	29,0	23,3	21,3	21,8	10,0	11,7	11,3	26,7	17,0	19,4	23,3	39,4	35,5	24,7	23,0	23,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(30)	(94)	(124)	(150)	(470)	(620)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

O maior volume dos parlamentares já está no cargo de deputado estadual e permanecem nele, sendo a média no período de 53,2% que possuem experiência prévia deputado estadual. De modo geral, os cargos nas esferas do poder legislativo são os com maior frequência da procedência dos parlamentares: deputado estadual e vereador, somados, correspondem a 69,3% do total. Observou-se que aproximadamente 23,4% dos deputados estaduais, antes de chegarem ao legislativo subnacional, não tinham ocupado nenhum cargo eletivo anteriormente, ou seja, são estreantes na carreira política.

Em SP foi constatado um aumento de a experiência anterior ser no cargo de deputado estadual até a 18ª legislatura (com índices superiores a 50%); uma diminuição é notada na 19ª legislatura. De todo modo, a média geral da experiência anterior dos parlamentares e a via de chegada no poder legislativo, em 55,7% dos casos analisados, é via “deputado estadual”. Aqueles que não possuíam nenhuma experiência eletiva antes de chegarem ao legislativo estadual paulista são 23% do total de casos analisados para o período nesse estado.

No ES as experiências eletivas anteriores como deputado estadual aumentam entre o início e o fim do período. Na 15ª legislatura, 33,3% possuem experiência anterior deputado estadual; na 19ª representam 53,3%. Aqueles que não detinham cargos anteriores à chegada ao legislativo estadual no ES representam 24,7% no período que abrange as cinco legislaturas analisadas. É possível notar que o número de novatos decresce ao longo do tempo: eles são 40% na 15ª legislatura e passam a ser 23,3% na 19ª.

Sabe-se que a experiência – e socialização – política pode se dar também por outras vias que não a eletiva. O capital social e profissional acumulado ao longo da trajetória são importantes meios de projeção e acesso à carreira política eletiva. Por isso, é necessário observar as experiências prévias não eletivas dos parlamentares a fim de buscar compreender quais são as origens e vínculos políticos e sociais destes e uma orientação sobre quais tipos de capital são empregados para adentrar à carreira política.

No que concerne à participação dos deputados federais do Brasil, Chile e Uruguai em organizações associativas, Marengo e Serna (2007) apontam que nesses três países mais de 50% tiveram experiência em algum tipo de associação, sendo os mais comuns os movimentos estudantis e posteriormente os sindicatos de

trabalhadores e associações ligadas a profissionais de academia e imprensa. Os autores destacam que:

A mobilização de *recursos associativos* representa um tipo de capital social que pode ser encontrado nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários. Isso pode ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a interesses e questões sociais. (MARENCO E SERNA, 2007, p. 97)

Santana (2008), ao comparar o perfil e carreiras dos deputados federais, observa quais são os cargos ocupados por esses representantes anteriormente ao de deputado federal. Santana (2008) estabelece cinco categorias: 1) movimento estudantil, 2) dirigente de entidade estudantil, 3) cargos na direção do partido, 4) cargos na administração pública, 5) organizações da sociedade civil e igreja. Baseamo-nos nessas categorias para classificar as experiências prévias dos deputados estaduais em cargos e esferas de participação pública não eletiva. Mantivemos as categorias semelhantes das propostas por Santana, com pequenas modificações nas seguintes categorias: movimento estudantil (participação ou direção) e cargos e militância partidária. Portanto, temos: movimento estudantil (participação ou direção), cargos e militância partidária, cargos na administração pública, organizações da sociedade civil e igreja e, por fim, acrescentamos sindicatos.

Consideramos como experiências anteriores à ocupação do cargo de deputado estadual; porém, não foi possível estabelecer, em alguns casos, o período exato em que os eleitos ocuparam um cargo; em outros casos, os cargos não eletivos são concomitantes aos de deputado.

A Tabela 9 destaca como é distribuída essa participação entre os deputados estaduais:

Tabela 9 – Participação em entidades associativas e/ou de classe antes da eleição para deputado estadual (em % (2003-2019))

Entidades associativas e/ou de classe	Legislatura															Média		
	15			16			17			18			19					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
Org. da Soc. Civil e/ou Igreja	16,7	14,9	15,3	16,7	18,1	17,7	13,3	22,3	20,2	13,3	29,8	25,8	10,0	20,2	17,7	14,0	21,1	19,4
Cargos na Administração Pública	23,3	16,0	17,7	20,0	18,1	18,5	40,0	16,0	21,8	26,7	13,8	16,9	36,7	10,6	16,9	29,3	14,9	18,4
Sindicatos	6,7	7,4	7,3	6,7	7,4	7,3	0,0	7,4	5,6	10,0	6,4	7,3	6,7	2,1	3,2	6,0	6,2	6,1
Movimento Estudantil	6,7	5,3	5,6	6,7	4,3	4,8	10,0	6,4	7,3	6,7	6,4	6,5	0,0	3,2	2,4	6,0	5,1	5,3
Direção/militância Partidária	0,0	7,4	5,6	0,0	8,5	6,5	3,3	6,4	5,6	3,3	3,2	3,2	3,3	5,3	4,8	2,0	6,2	5,2
Não informado/não se aplica	46,7	48,9	48,4	50,0	43,6	45,2	33,3	41,5	39,5	40,0	40,4	40,3	43,3	58,5	54,8	42,7	46,6	45,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

O item “Organizações da sociedade civil e igreja” inclui: participação nas CEBS, associações profissionais (conselhos), movimentos sociais, movimentos por moradia, associações esportivas ou culturais, associações comunitárias e de bairro, atividades de caridade, dentre outras. Dentre os cargos públicos administrativos, alguns que encontramos foram: secretários municipais ou estaduais, conselheiros do Tribunal de Contas, ministros, diretores de empresas ou instituições públicas e assessores políticos. Não foram contabilizados cargos públicos adquiridos por meio de concurso, mas aqueles de nomeação e considerados cargos de confiança do gestor (por exemplo, não entra nessa categoria policiais, fiscais de renda, professores da rede pública)³⁰. Enquanto a literatura aponta que os movimentos estudantis e espaços de formação acadêmica são importantes para a socialização política e acesso à carreira política, entre o conjunto de deputados analisados esse não pareceu ser um capital de grande relevância entre os representantes.

Em ambos os estados, destacam-se a participação dos deputados em “Organizações da Sociedade Civil e/ou Igreja” (média geral no período de 19,4%), seguidos daqueles que tiveram experiência em “Cargos na Administração Pública” (média geral no período de 18,4%). Aqui vale salientar a participação nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e em religiões de tradição neopentecostais, a participação em cargos dessas instituições, ou em ações que promovem o trabalho voluntário e assistencialista.

Nos estados percebe-se que há divergência entre a preferência dos deputados com relação à participação em associações organizativas. No ES, em todo o período analisado, aqueles que possuem algum tipo de participação em associações estão concentrados na categoria “Cargos Públicos Administrativos” (29,3%). Em SP as organizações associativas mais comuns entre os legisladores são as “Organizações da Sociedade Civil e/ou Igreja” (21,1%).

6.2 A EXPERIÊNCIA E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

Qualquer que seja o padrão de carreira adotado, ele implica um acúmulo de experiência que, na medida em que se consolida, resulta na profissionalização

³⁰ Constatou-se que ao menos 12 deputados possuem experiência prévia em até três cargos não eletivos. Outros 42 acumulam ao menos duas experiências. A maior parte está concentrada, nessa ordem, em cargos da Administração Pública, seguidos das Organizações da Sociedade Civil e/ou Igreja, Sindicatos, Partidos e Movimento Estudantil.

política. Segundo Polsby (1968; 2008), a profissionalização dos parlamentares assinala o grau de institucionalização do legislativo. Carreiras políticas consolidadas na arena do legislativo tornam seus membros mais experientes em relação às atividades próprias da instituição. O parlamentar, ao manter-se no cargo, incorpora determinadas práticas que permitem sua permanência na arena legislativa (POLSBY 1968; 2008).

O primeiro fator escolhido para medirmos a experiência política dos deputados estaduais foi verificar se eles podiam ser considerados políticos profissionais (Políticos) ou não. Consideramos o critério para ser político ou não segundo a definição de Alcántara (2016), que estabelece como sendo políticos profissionais aqueles que possuem ao menos oito anos de atuação em cargos eletivos, ou, em outros termos e de acordo com o sistema eleitoral brasileiro, dois mandatos completos em quaisquer cargos eletivos disponíveis. A Tabela 10 evidencia como se dá a distribuição entre políticos e não políticos no caso dos deputados estaduais:

Tabela 10 – Político SP e ES % (2003-2019)

	Legislatura															Total		
	15 ^a			16 ^a			17 ^a			18 ^a			19 ^a					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total
Não	56,7	48,9	50,8	56,7	45,7	48,4	43,3	34,0	36,3	43,3	29,8	33,1	43,3	48,9	47,6	48,7	41,5	43,2
Sim	43,3	51,1	49,2	43,3	54,3	51,6	56,7	66,0	63,7	56,7	70,2	66,9	56,7	51,1	52,4	51,3	58,5	56,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019)

A Tabela 10 mostra que, ao alcançar o cargo de deputado estadual, 56,8% dos representantes já podem ser considerados políticos profissionais. Portanto, possuem alguma experiência anterior e são especializados na atividade política.

Ao observar a presença de “políticos” nos estados ao longo do tempo, nota-se que no ES o percentual de políticos profissionais aumenta com o passar do tempo. Em SP os políticos profissionais crescem entre a 15^a e a 18^a legislatura (chegando a 70,2% dos casos nesta última), mas apresentam uma diminuição na 19^a legislatura (abaixo da média geral para o estado, que é de 58,5%). Ao relacionar essa diminuição dos políticos profissionais na última legislatura com as categorias profissionais que crescem também nesse período, em certa medida, pode-se dizer que a saída de “políticos” provavelmente foi propiciada pela entrada dos profissionais da área de segurança (a qual teve um incremento significativo).

Outro quesito analisado relativo a experiência e profissionalização política foi quanto à *seniority*, definido pelo número de vezes consecutivas que o deputado estadual esteve nesse cargo (o de deputado estadual), como na Tabela 11:

Tabela 11 – Seniority ES e SP % (2003-2019)

	Legislatura															Média		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
0	70,0	50,0	54,8	63,3	47,9	51,6	53,3	35,1	39,5	63,3	39,4	45,2	53,3	53,2	53,2	60,7	45,1	48,9
1	13,3	25,5	22,6	26,7	24,5	25,0	36,7	31,9	33,1	16,7	19,1	18,5	33,3	17,0	21,0	25,3	23,6	24,0
2	3,3	13,8	11,3	6,7	12,8	11,3	3,3	14,9	12,1	16,7	20,2	19,4	3,3	8,5	7,3	6,7	14,0	12,3
3	13,3	4,3	6,5	0,0	8,5	6,5	3,3	8,5	7,3	3,3	7,4	6,5	6,7	9,6	8,9	5,3	7,7	7,1
4	0,0	5,3	4,0	3,3	3,2	3,2	0,0	5,3	4,0	0,0	7,4	5,6	3,3	5,3	4,8	1,3	5,3	4,4
5	0,0	0,0	0,0	0,0	3,2	2,4	3,3	3,2	3,2	0,0	3,2	2,4	0,0	3,2	2,4	0,7	2,6	2,1
6		1,1	0,8		0,0	0,0		1,1	0,8		3,2	2,4		1,1	0,8		1,3	1,0
7		0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0		2,1	1,6		0,4	0,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

Apesar de 48,9% dos deputados apresentarem nenhuma *seniority*, a soma daqueles que possuem uma ou mais correspondem a 51,12% dos representantes do período. O quantitativo daqueles que permanecem no cargo e dos estreantes é muito próximo, não nos permitindo averiguar tendências de continuidade no cargo e, portanto, especialização neles.

Ao longo das legislaturas, não se observam mudanças significativas no desenvolvimento da *seniority*. Uma mudança foi notada para aqueles que têm três mandatos prévios, que passam de 6,5% na 15ª legislatura para 8,9% na 19ª. Houve uma diminuição entre aqueles representantes que acumulam dois mandatos prévios, saindo de 11,3% para 7,3% entre a primeira e a última legislatura em análise.

Aqueles parlamentares que possuem maior acúmulo de experiência no cargo (seis ou sete eleições consecutivas) encontram-se na Assembleia Legislativa de São Paulo: são 1,3% e 0,4% dos deputados respectivamente. No estado do Espírito Santo, nenhum dos legisladores conseguiu esse quantitativo acumulado, sendo o maior desse Estado o acumulado de cinco mandatos prévios³¹. Dentre aqueles que não possuem *seniority*, deve-se destacar os que estão no ES: 60,7% dos deputados dessa assembleia não apresentaram *seniority*, o que pode indicar um maior *turnover* na casa e maior entrada de novatos no cargo.

A Tabela 12 demonstra o total de cargos eletivos dos deputados estaduais, sendo esse mais um indicativo da experiência política e da profissionalização dos parlamentares. Vale ressaltar que aqui não consideramos se os deputados possuíam oito anos de experiência, mas o número de vezes que foram eleitos para os postos disponíveis no sistema eleitoral brasileiro, completando ou não o mandato e considerado o cargo de deputado estadual corrente (por isso a ausência de nenhum ou zero cargos eletivos).

³¹ É interessante verificar essa questão da *seniority* e as diferenças entre os estados: o parlamentar com maior experiência política, acumulando 13 cargos eletivos no total, está no Espírito Santo, mas ele não possui a maior *seniority*, ou seja, não possui a maior profissionalização parlamentar.

Tabela 12 – Total de cargos eletivos ES e SP % (2003-2019)

N total de cargos eletivos	Legislatura															Média		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
1	40,0	25,5	29,0	23,3	21,3	21,8	10,0	11,7	11,3	26,7	17,0	19,4	23,3	38,3	34,7	24,7	22,8	23,2
2	20,0	18,1	18,5	30,0	17,0	20,2	30,0	14,9	18,5	10,0	10,6	10,5	13,3	8,5	9,7	20,7	13,8	15,5
3	3,3	19,1	15,3	23,3	21,3	21,8	13,3	21,3	19,4	30,0	16,0	19,4	6,7	14,9	12,9	15,3	18,5	17,7
4	30,0	19,1	21,8	3,3	10,6	8,9	26,7	18,1	20,2	16,7	18,1	17,7	30,0	7,4	12,9	21,3	14,7	16,3
5	0,0	13,8	10,5	13,3	10,6	11,3	6,7	10,6	9,7	6,7	9,6	8,9	10,0	10,6	10,5	7,3	11,1	10,2
6	6,7	1,1	2,4	3,3	16,0	12,9	3,3	7,4	6,5	3,3	5,3	4,8	6,7	6,4	6,5	4,7	7,2	6,6
7	0,0	1,1	0,8	0,0	0,0	0,0	6,7	10,6	9,7	0,0	7,4	5,6	0,0	3,2	2,4	1,3	4,5	3,7
8	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	1,6	0,0	2,1	1,6	3,3	10,6	8,9	3,3	4,3	4,0	1,3	3,8	3,2
9	0,0	2,1	1,6	3,3	0,0	0,8	0,0	2,1	1,6	0,0	2,1	1,6	3,3	4,3	4,0	1,3	2,1	1,9
10	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,8	3,3	0,0	0,8	0,0	2,1	1,6	0,0	0,0	0,0	0,7	0,6	0,6
11	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,8	3,3	0,0	0,8	0,0	2,1	1,6	0,7	0,6	0,6
12	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
13	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	0,8	0,7	0,0	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

Excetuando-se aqueles que ocupam um cargo eletivo, a maior concentração dos parlamentares indica que possuem ao menos três ou quatro cargos eletivos em sua trajetória; somados, representam 34% do total de representantes eleitos no período. Os parlamentares com maior experiência e trajetória apresentaram entre 10 e 13 cargos ocupados, um total de 10 representantes, o que corresponde a 1,6% do total.

Identificou-se que aqueles com maior experiência (12 ou 13 cargos) estão presentes na 18ª e na 19ª legislatura (0,8% em cada legislatura, e estão em SP e no ES). Enquanto o número daqueles que possuem apenas um cargo eletivo aumenta, os que têm dois, três ou quatro cargos diminuem ao longo do tempo.

No Espírito Santo diminui da 15ª para a 19ª legislatura o número daqueles que possuem apenas um cargo eletivo; no início são 40%, passando a 23,3% (sendo a média 24,7%). O deputado com maior número de cargos eletivos (13) também está nesse Estado.

Para São Paulo aumenta o número daqueles que possuem um cargo ao longo do tempo. O deputado com maior experiência acumulou 12 cargos eletivos ao longo de sua carreira e está alocado na 18ª legislatura. Aqueles que possuem dois, três ou quatro cargos eletivos diminuem entre a primeira e a última legislatura nesse estado.

A partir do número de cargos eletivos ocupados e das definições que a literatura sobre o tema das carreiras e profissionalização política nos traz, classificamos as carreiras dos deputados estaduais em: 1) curtas; 2) médias; ou 3) longas. Tal classificação não possui uma forma específica, inflexível ou consensual no debate sobre o tema; os pesquisadores do assunto o fazem de maneira diversa (ALCÁNTARA, 2016; BORCHERT, 2003; CANATO, 2011; PINTO E SILVEIRA, 2018; RICÓN, 2011).

Pinto e Silveira (2018), em estudo sobre mulheres com carreiras longevas na política, no período entre 1951 a 2015, consideram com esse tipo de carreira as que foram eleitas três ou mais vezes para os cargos no legislativo estadual e federal e ao menos uma para DF. Ao longo do período analisado, de acordo com os autores, 653 mulheres ocuparam tais cargos, 138 foram eleitas por três vezes e, entre essas, 62 alcançaram o cargo no legislativo federal (PINTO E SILVEIRA, 2018, p. 178). Já Ricón (2011, p. 236) define como carreiras curtas, médias ou longas:

[...] las trayectorias largas las constituyen los diputados que han permanecido en la política de 21 o más años, a ellos se les asigna un valor de 1; las trayectorias medianas son aquellas que van de seis a 20 años y les corresponde un valor de 0,66; mientras que los diputados con trayectorias cortas son aquellos que llevan menos de 5 años en política y su puntuación es de 0,33.” (RICÓN, 2011, p. 236)

Para determinar carreras cortas, medias ou longas, utilizamos os seguintes critérios, tendo como base a média do número de cargos eletivos dos deputados eleitos entre 2003 e 2018, que foi de 3,5 mandatos:

- 1- **Carreiras curtas:** aquelas com valor menor ou igual a dois mandatos.
- 2- **Carreiras médias:** foram considerados aquelas que possuem o número de cargos eletivos maior ou igual a três até quatro cargos, visto que a média para o número de cargos eletivos é de 3,5 cargos.
- 3- **Carreiras longas:** aqueles que têm entre cinco ou mais³² cargos eletivos.

³² Sendo 13 o número máximo de cargos encontrado entre os deputados aqui analisados.

Tabela 13 – Longevidade das carreiras dos deputados estaduais por estado e legislatura (em %) (2003-2019)

	Legislatura															Total		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total
Curta (1 a 2 cargos)	60,0	43,6	47,6	53,3	38,3	41,9	40,0	26,6	29,8	36,7	27,7	29,8	36,7	46,8	44,4	45,3	36,6	38,7
Média (3 a 4 cargos)	33,3	38,3	37,1	26,7	31,9	30,6	40,0	39,4	39,5	46,7	34,0	37,1	36,7	22,3	25,8	36,7	33,2	34,0
Longa (5 ou mais cargos)	6,7	18,1	15,3	20,0	29,8	27,4	20,0	34,0	30,6	16,7	38,3	33,1	26,7	30,9	29,8	18,0	30,2	27,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

A partir dessas definições, encontramos que 38,7% dos deputados possuem carreiras curtas, 34,03% têm carreiras médias e 27,25% apresentam carreiras longas. Apesar de aqueles que possuem carreiras mais curtas serem maioria, a diferença entre os três grupos é relativamente pequena.

Em geral, as carreiras dos deputados do ES são mais curtas quando comparadas com as dos deputados de SP. Sob esse aspecto, é possível considerar uma maior profissionalização dos legisladores paulistas em relação ao exercício da atividade política. Ainda no ES as carreiras curtas apresentaram uma diminuição entre as legislaturas, aumentando o percentual daqueles com carreiras médias e longas.

Para verificar a experiência, profissionalização e especialização dos deputados estaduais, buscou-se examinar se os legisladores ocuparam cargos no interior da instituição:

[...] deputados que ocupam os cargos do interior da estrutura legislativa compõem uma espécie de elite política, sendo, normalmente, deputados com um número maior de mandatos e, por isso, com maior *expertise* (ARAÚJO, 2012, p. 22).

A Tabela 14 faz uma categorização binária entre aqueles que ocuparam cargos institucionais e aqueles que não ocuparam. Foram considerados os cargos na mesa diretora e presidentes de comissões permanentes durante as legislaturas vigentes³³.

³³ Não se consideraram cargos ocupados em legislaturas anteriores. Sabemos que o acúmulo de cargos institucionais é um importante indicador de profissionalização e especialização dos legisladores; porém, esse ponto não foi possível de ser averiguado nesta pesquisa devido às limitações do campo.

Tabela 14 – Ocupou Cargo Institucional ES e SP (em %) (2003-2019)³⁴

	Legislatura															Média		
	15 ^a			16 ^a			17 ^a			18 ^a			19 ^a					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Total	ES	SP	Média das Legislaturas
Sim	83,3	50,0	58,1	50,0	40,4	42,7	56,7	28,7	35,5	80,0	31,9	43,5	63,3	0,0	15,3	66,7	30,2	39,0
Não	16,7	50,0	41,9	50,0	59,6	57,3	43,3	71,3	64,5	20,0	68,1	56,5	36,7	0,0 ³⁵	8,9	33,3	49,8	45,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

³⁴ O número de deputados estaduais que ocupou um cargo institucional ou não pode sofrer variação. Aqui colocamos as informações de acordo com as fontes pesquisadas, as quais consideramos as informações consistentes.

No geral, a distribuição entre aqueles que possuem algum cargo nas Assembleias e aqueles que não possuem é semelhante. Dessa forma, não podemos afirmar, a partir desse critério, que os legisladores são mais ou menos especializados na atividade parlamentar.

Entre a 15^a e a 18^a legislatura, existe uma diminuição do número de parlamentares que ocuparam cargos institucionais. Passou de 58,1% para 43,5% o total de deputados que ocuparam algum cargo (excluiu-se a 19^a legislatura desse ponto da análise, visto que não há dados para o caso de São Paulo).

No Espírito Santo, entre a 15^a e a 18^a legislatura, foram 67,7% dos deputados que ocuparam os cargos em questão e 32,3% não ocuparam cargos institucionais. Na 19^a legislatura, foram 63,3% dos legisladores alocados nos postos institucionais e 36,7% ficaram sem postos.

Para São Paulo, 30,2% dos legisladores ocuparam posições institucionais na Assembleia entre 2003 e 2018. Ao que tudo indica, a participação e acesso em postos relevantes na Assembleia Legislativa paulista é um pouco mais restrita entre seus membros.

Verificou-se também a natureza dos cargos institucionais ocupados, considerado que alguns deles são importantes ferramentas de poder no interior da casa legislativa e impactam na atuação dos parlamentares que os manejam. Assim, consideramos os seguintes cargos, como apresentados a seguir na Tabela 15: Presidente da Mesa Diretora, Presidente da Comissão de Justiça ou Finanças, Outro Cargo na Mesa Diretora ou Presidente de outras Comissões.³⁷

³⁷ Para simplificar a classificação da natureza do cargo, fizemos uma hierarquia dos cargos que consideramos mais importantes e que detêm maior poder decisório dentro da instituição; por ordem, temos em importância hierárquica: 1) Presidente da Mesa Diretora; 2) Presidente da Comissão de Justiça ou Finanças; 3) Outro Cargo na Mesa Diretora ou Presidente de outras Comissões; 4) Sem Cargo. No casos em que se acumularam dois ou mais cargos em uma legislatura, considerou-se o mais alto com o intuito de simplificar a análise. Para a proposta desta pesquisa, foi essencial identificar aqueles deputados que foram presidentes das mesas diretoras.

Tabela 15 – Natureza do cargo por estado e legislatura (em %) (2003-2019)

	Legislatura															Média		
	15 ^a			16 ^a			17 ^a			18 ^a			19 ^a					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
Presidente da Mesa Diretora	10,0	2,1	4,0	13,3	2,1	4,8	6,7	2,1	3,2	6,7	3,2	4,0	3,3	0,0	0,8	8,0	1,9	3,4
Presidente Comissão de Justiça ou Finanças	13,3	8,5	9,7	6,7	5,3	5,6	13,3	3,2	5,6	13,3	5,3	7,3	6,7	0,0	1,6	10,7	4,5	6,0
Outro Cargo na Mesa Diretora ou Presidente de Outras Comissões	60,0	39,4	44,4	30,0	33,0	32,3	36,7	23,4	26,6	60,0	23,4	32,3	53,3	0,0	12,9	48,0	23,8	29,7
Sem Cargo	16,7	50,0	41,9	50,0	59,6	57,3	43,3	71,3	64,5	20,0	68,1	56,5	36,7	0,0	8,9	33,3	49,8	45,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

Apesar de menor, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo apresentou entre a 15ª e a 18ª legislatura 11 deputados na Presidência da Mesa Diretora³⁸, enquanto na casa de São Paulo contabilizaram-se nove legisladores no cargo. Ou seja, no Espírito Santo há uma alternância na direção da instituição um pouco maior que em São Paulo.

Para a ocupação na Presidência das Comissões de Justiça ou Finanças, o Espírito Santo teve, ao longo das quatro primeiras legislaturas em análise, 15 deputados, e em São Paulo foram 21. Os dois cargos considerados de hierarquias mais altas na instituição somam menos de 10% do total de representantes eleitos no período. Os deputados podem se repetir no cargo: um deputado que foi presidente da Mesa Diretora na primeira legislatura observada pode também ter seguido no cargo na segunda legislatura.

Aqueles que não ocuparam nenhum dos cargos considerados nessa análise ultrapassam os 45%. Desse ponto de vista, pode-se ponderar que a ocupação de cargos estratégicos na instituição provavelmente é mais restrita a uma pequena parcela dos deputados.

Com a finalidade de compreender a trajetória – e carreira – política dos representantes escolhidos para esta análise, verificou-se qual é o direcionamento dado à carreira política tomada após a ocupação do cargo de DE, como demonstrado na Tabela 16:

³⁸ Para a 19ª, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo já havia eleito o Presidente da Mesa Diretora e os demais ocupantes dos cargos da mesa e das comissões até o momento de finalização da coleta de dados; o mesmo não aconteceu para São Paulo.

Tabela 16 – Direção da Carreira após deputado estadual (em %) (2003-2019)

Direção da carreira	Legislatura															Média		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
Reeleito	36,7	50,0	46,8	50,0	64,9	61,3	33,3	58,5	52,4	43,3	44,7	44,4	0,0	0,0	0,0	32,7	43,6	41,0
Concorreu a Cargos eletivos	13,3	11,7	12,1	16,7	10,6	12,1	23,3	12,8	15,3	30,0	34,0	33,1	0,0	0,0	0,0	16,7	13,8	14,5
Prefeito	10,0	6,4	7,3	6,7	7,4	7,3	16,7	8,5	10,5	10,0	6,4	7,3	0,0	0,0	0,0	8,7	5,7	6,5
Deputado Federal	3,3	9,6	8,1	6,7	7,4	7,3	0,0	7,4	5,6	6,7	3,2	4,0	0,0	0,0	0,0	3,3	5,5	5,0
Cargo Público Administrativo	3,3	7,4	6,5	0,0	1,1	0,8	10,0	4,3	5,6	3,3	1,1	1,6	0,0	0,0	0,0	3,3	2,8	2,9
Deputado Estadual	3,3	2,1	2,4	6,7	0,0	1,6	6,7	1,1	2,4	3,3	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	4,0	0,6	1,5
Vereador	0,0	4,3	3,2	3,3	3,2	3,2	0,0	1,1	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,7	1,5
Saída	13,3	7,4	8,9	10,0	4,3	5,6	10,0	6,4	7,3	3,3	8,5	7,3	0,0	0,0	0,0	7,3	5,3	5,8
Não se aplica/Não informado	16,7	1,1	4,8	0,0	1,1	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	1,6	100	100	100	23,3	20,9	21,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

Para verificar para onde vão os parlamentares após a ocupação do cargo de DE, considerou-se o caminho imediato que fazem, ou seja, após o término da legislatura (em alguns casos ainda durante a legislatura, visto a organização do sistema eleitoral brasileiro), qual é a escolha de carreira que os legisladores fazem? A indicação da direção dessas carreiras nos permite afirmar que a maior parte dos legisladores tenta manter-se no cargo e continua na carreira política, mesmo que em outros cargos eletivos.

O sentido da carreira importa na medida em que ela nos permite averiguar o tipo de ambição que pode ter o deputado, ao menos a ambição mais imediata. Desse modo, a escolha mais recorrente entre eles para a continuidade de suas carreiras é a reeleição (41%). No momento não é possível afirmar se isso ocorre devido à oferta de oportunidades em cargos *versus* concorrência eleitoral, ou se é uma escolha individual do parlamentar permanecer no cargo. A reeleição é um meio de profissionalização política e legislativa; aqueles que optam por permanecer no cargo tornam-se mais especializados.

Apenas 5,8% dos legisladores no período têm como direção na carreira a saída³⁹. Um grupo importante apresentado na Tabela 16 é o daqueles que “Concorrem a cargos políticos”, que continuam a concorrer a cargos eletivos, sem sucesso, mas não estão afastados das atividades políticas: eles almejam um cargo e concorrem a ele – seja a reeleição ou outro cargo –, podem se tornar suplentes e até chegar a assumir posteriormente.

Outros caminhos seguidos pelos parlamentares são: Prefeito, Deputado Federal, Cargos Públicos Administrativos, Vereador e Deputado Estadual. Não é frequente que os deputados estaduais retrocedam na carreira, sequer é possível afirmar que avancem para cargos mais altos (ainda que estes sejam mais presentes no rumo da carreira). A partir dos dados apresentados, não se pode afirmar que o poder legislativo estadual é um “trampolim” para as carreiras políticas que visam ambições “progressivas”, mas é possível que as carreiras desses representantes sejam propensas a ser do tipo “estática”, principalmente se observados conjuntamente o cargo eletivo de entrada, o cargo anterior ao de deputado estadual e a direção de carreira. Contudo, deve-se fazer uma ressalva: talvez essa percepção se modifique caso se acompanhe o desenrolar das carreiras pós-deputado por um período de tempo maior.

³⁹ A saída da carreira pode ser por falecimento, retorno às atividades anteriores (profissionais, partidárias, sindicais etc) ou pela aposentadoria da vida política.

6.3 CONFIGURAÇÃO PARTIDÁRIA NAS ASSEMBLEIAS DE SP E ES

Um dos aspectos relevantes das carreiras políticas diz respeito à vinculação partidária dos representantes. A depender da filiação partidária, mais ou menos oportunidades de carreiras podem ficar disponíveis. Além disso, tendências ideológicas diferentes impactam no perfil social e econômico daqueles que chegam ao poder, ou seja, organizações partidárias diferentes deveriam produzir elites políticas mais diversificadas no que concerne às qualidades e características destas.

A depender do partido, as elites políticas produzidas, suas características sociais e econômicas e os padrões de carreira política serão diferenciados. Não avaliaremos aqui os deputados dos diferentes partidos se diferenciam entre si em suas qualidades e carreiras. A intenção é refletir sobre a ideia de que assembleias distintas com composições partidárias diferentes deveriam apresentar um perfil de suas elites mais plurais o que não acontece nos casos do ES e SP; como se notou no capítulo anterior e no capítulo corrente, não há grandes diferenças no perfil e padrões de carreiras dos deputados em um ou outro estado.

Rodrigues (2014, p. 116) aponta que: “Os êxitos eleitorais dos partidos de esquerda favorecem a popularização da classe política porque é nesses partidos que os deputados de classe média e popular são em maior número”.

Melo (2015) destaca que nem todos os partidos jogam para disputar cargos nas arenas majoritárias, mas boa parte deles investe em conseguir “[...] boas bancadas para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas” (MELO, 2015, p. 372). Em relação à disposição dos partidos a níveis subnacionais – sobretudo nos estados –, os arranjos partidários podem apresentar-se: 1) de maneira semelhante aos encontrados a nível nacional; 2) não promover a competição e representação política em torno do PT e do PSDB (partidos que configuraram a competição eleitoral a nível nacional na maior parte do tempo nos últimos 20 anos); e 3) não possuir estabelecer um padrão partidário nas representações das instituições políticas (Melo, 2015). Sobre a configuração dos partidos nos estados, pode-se dizer que:

Países nos quais as unidades subnacionais são dotadas de elevado nível de autonomia tendem a apresentar dinâmicas políticas regionalmente diferenciadas. No caso do atual período democrático brasileiro, tal tendência foi acentuada pelo fato de que – ao contrário do ocorrido durante a República de 1946 – desde o final dos anos 1980 o sistema partidário deixou de contar com partidos dotados de uma capilaridade que os possibilitasse apresentar-se como competidores *efetivos* em todo o território nacional. Com isso a diferenciação entre as dinâmicas políticas estaduais se acentuou, a depender da força das maiores legendas nacionais em cada contexto e da interação estabelecida entre elas. (MELO, 2015, p. 372)

Tabela 17 – Representação partidária dos deputados estaduais no ES e SP (em %) (2003-2019)

Partido	Legislatura															Média		
	15ª			16ª			17ª			18ª			19ª					
	Estado			Estado			Estado			Estado			Estado			Estado		
	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média	ES	SP	Média das Legislaturas
PT	13,3	24,5	21,8	6,7	21,3	17,7	13,3	25,5	22,6	10,0	16,0	14,5	3,3	10,6	8,9	9,3	19,6	17,1
PSDB	6,7	19,1	16,1	3,3	25,5	20,2	0,0	23,4	17,7	6,7	23,4	19,4	10,0	8,5	8,9	5,3	20,0	16,5
PFL/DEM	13,3	6,4	8,1	10,0	11,7	11,3	16,7	8,5	10,5	6,7	8,5	8,1	3,3	7,4	6,5	10,0	8,5	8,9
PSB	6,7	6,4	6,5	13,3	5,3	7,3	6,7	3,2	4,0	6,7	6,4	6,5	6,7	8,5	8,1	8,0	6,0	6,5
PMDB/MDB	6,7	4,3	4,8	10,0	4,3	5,6	16,7	5,3	8,1	13,3	5,3	7,3	6,7	3,2	4,0	10,7	4,5	6,0
PV	0,0	5,3	4,0	0,0	8,5	6,5	6,7	9,6	8,9	3,3	6,4	5,6	6,7	1,1	2,4	3,3	6,2	5,5
PDT	6,7	5,3	5,6	13,3	5,3	7,3	13,3	4,3	6,5	6,7	1,1	2,4	3,3	1,1	1,6	8,7	3,4	4,7
PTB	13,3	5,3	7,3	13,3	4,3	6,5	3,3	4,3	4,0	0,0	2,1	1,6	3,3	2,1	2,4	6,7	3,6	4,4
PSL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,8	13,3	16,0	15,3	2,7	3,4	3,2
Outros	33,3	23,4	25,8	30,0	13,8	17,7	23,3	16,0	17,7	46,7	29,8	33,9	43,3	41,5	41,9	35,3	24,9	27,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (2015-2019)

Ao examinar os dados da Tabela 17, verifica-se um predomínio, em geral, de deputados filiados ao PT (17,1%) e ao PSDB (16,5%), o que indica que, na maior parte do período em análise, o arranjo partidário seguiu o padrão nacional que concentrou as disputas e representação em torno do PT e do PSDB (nos últimos anos), mudança que ocorreu somente no último período de análise (19ª legislatura), com a ascensão dos representantes do PSL aos postos disponíveis nas arenas legislativas estaduais e federais.

Entre os estados foram observadas as seguintes diferenças: em SP, na maior parte do tempo, os deputados eleitos estão vinculados ao PT (19,6%) e ao PSDB (20%). Contudo, ambos os partidos sofrem um declínio em sua representação ao longo do período (inclinação que também pode ser observada em outras regiões do país). Na última legislatura, os deputados do PT em São Paulo representam 10,6% daqueles que conseguiram uma vaga na casa, e os do PSDB são 8,5%. Ocorre na última legislatura a ascensão de deputados filiados ao PSL (16,6%).

No ES os partidos que têm maioria na casa são diferentes dos encontrados em SP: ao longo do período, os partidos que se destacam são o PMDB/MDB (10,7% do total de casos para o estado) e o PFL/DEM (10%); porém, não podemos dizer que são preponderantes entre os deputados, visto que ao longo do período sofrem oscilações no quantitativo de representantes. Além disso, partidos como o PT, o PSB e o PDT conseguem um bom desempenho nas médias do período. Também para esse estado, a última legislatura configura uma modificação: o PSL (13,3%) e o PSDB (10%) alcançam maiores quantitativos de representação entre os deputados eleitos, modificando os padrões encontrados nos períodos anteriores (e apontando também para uma predisposição de mudança nas representações partidárias no país).

6.4 PERFIL E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

Considerou-se para os casos das assembleias legislativas de SP e ES o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa. Ao longo do período, passaram pelo cargo 21 parlamentares, sendo um para a legislatura iniciada em 2019 no estado do Espírito Santo (até a finalização da coleta de dados, não havia ainda sido eleito o

Presidente da Mesa Diretora para a Assembleia de São Paulo). Os nomes encontrados foram para São Paulo:

Quadro 1 – Presidentes das Assembleias Legislativas por legislatura

Legislatura	Estado	
	São Paulo	Espírito Santo
15	Sidney Estanislau Beraldo, Rodrigo Garcia.	José Carlos Gratz, Cláudio Humberto Vereza Lodi, César Roberto Colnaghi.
16	Barros Munhoz, Jose Carlos Vaz de Lima.	César Roberto Colnaghi, Guerino Zanon, Luzia Alves Toledo, Élcio Alvares.
17	Barros Munhoz, Samuel Moreira da Silva Junior.	Rodrigo Flavio Freire Farias Chamoun, Theodorico de Assis Ferraço.
18	Fernando Capez, Cauê Macris, Francisco Antônio Sardelli.	Theodorico de Assis Ferraço, Erick Musso.
19	Não eleito até a finalização do banco de dados.	Erick Musso.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados nas biografias dos deputados em arquivos, jornais e documentos em meios digitais e não digitais (2015-2019).

A seguir, serão apresentados os dados referentes ao perfil social e econômico dos presidentes das Assembleias, bem como as características gerais de suas carreiras. Lembrando que os indivíduos se repetem nas legislaturas, temos 21 casos que é o total de vezes que a presidência da casa foi ocupada, mas 17 indivíduos que a ocuparam. Mantivemos os casos, pois algumas variáveis podem sofrer mudanças ao longo do tempo, como partidos, escolaridade, idade, acúmulo de experiência política e não política.

Dentre as diferenças notadas entre o perfil e a carreira dos presidentes das assembleias legislativas, com as características do conjunto de deputados analisados, podemos apontar para a ausência de mulheres no comando das assembleias; se a arena político-eleitoral já estabelece dificuldades de acesso a mulheres, os dados encontrados nesta pesquisa podem sinalizar que também existem obstáculos para o ingresso dessas representantes em postos institucionais.

Outra questão que se destaca entre os deputados que ocuparam a presidência das casas é em relação às profissões: tanto na fonte do TSE quanto em informações de outras fontes, a profissão política surgiu em 47,6% do casos apontados pelo TSE e 23,8% em outras fontes, percentuais maiores que a média geral. Uma questão que pode ser ponderada a partir dessa informação é que o

capital político e o desenvolvimento da profissão política são importantes para alcançar os cargos disponíveis nas instituições, o que é demonstrado pela literatura. É importante lembrar que a categoria político provavelmente está atrelada a casos de deputados que iniciaram suas carreiras muito jovens, não tendo tempo de desenvolverem outras atividades profissionais, como é o caso dos deputados estaduais Erick Musso, do Espírito Santo, e Cauê Macris⁴⁰, de São Paulo. Além da profissão político, destacou-se entre os presidentes das assembleias o número de advogados: 23,8% (TSE) e 33,3% (não TSE).

No que diz respeito às carreiras políticas, 71,4% dos casos ocupavam anteriormente o cargo de deputado estadual. Pelos critérios estabelecidos nesta pesquisa, 76,1% deles, ao ocuparem o cargo de presidente, foram considerados políticos profissionais. A maior *seniority* encontrada entre eles foi o acúmulo de três entradas consecutivas na assembleia (são 14,3% dos presidentes). Em termos gerais, os presidentes das assembleias detêm apenas um mandato anterior (38,09%). E 28,6% não acumulavam nenhuma *seniority*.

Em relação ao número total de cargos eletivos ocupados, 38,1% dos presidentes acumularam quatro cargos eletivos até alcançar a mesa diretora. O Espírito Santo é o estado que apresenta os casos com maior experiência em cargos eletivos: um presidente com 10 cargos acumulados e depois com 11 cargos⁴¹. Bem como indicado no conjunto dos deputados estaduais aqui analisados, a direção da carreira tomada pelos presidentes das mesas é permanecer no cargo através da reeleição: 57,1% dos presidentes são reeleitos para deputado estadual.

É importante salientar quais foram os partidos com maior representação e acesso aos postos de Presidente da Mesa Diretora das Assembleias Legislativas. Essa questão aponta para a força da organização partidária no interior da instituição.

Dentre os presidentes das mesas diretoras, os maiores números pertencem ao PSDB (38,1%) e ao PFL/DEM (23,8%). Resultado que destoa em parte daqueles encontrados para a totalidade dos casos analisados, que têm como maior representação partidária nas casas o PT, o PSDB e o PFL/DEM respectivamente. O único caso de presidente da mesa para o PT está no Espírito Santo, na 15ª legislatura.

⁴⁰ Erick Musso obteve seu primeiro cargo eletivo aos 25 anos como vereador no pleito de 2012.

Cauê Macris foi eleito para vereador nas eleições de 2004, com 21 anos.

⁴¹ Caso do DE Theodorico Ferraço, que é presidente da Mesa Diretora na 17ª e na 18ª legislatura, acumulando 10 e 11 cargos eletivos respectivamente.

Dos oito casos encontrados para o PSDB, 77,8% ocuparam a presidência da assembleia legislativa paulista, enquanto apenas 8,3% desses partidos ocuparam o cargo no Espírito Santo. No estado do Espírito Santo, existe uma maior pulverização partidária na direção da casa; para esse estado, 33,3% foram presidentes do PFL/DEM, sendo os demais distribuídos igualmente para PTB, PT, PSB, PRB, PPS, PP, PSDB e PMDB/MDB, com 8,3% de presidente cada.

7 CONCLUSÕES

Em geral, o que a Teoria das Elites nos mostra é que, seja qual for o sistema político, inclusive a democracia, os governos e instâncias de poder são dirigidos por uma minoria. Contudo, a democracia se diferencia das outras formas de governo, uma vez que incentiva a livre concorrência pelo voto e oferece oportunidades para adentrar a vida política. Desse modo, apesar de uma minoria deter o domínio do poder político, não seria sempre a mesma minoria. Dado que abre-se a possibilidade de mudanças na composição dessas elites governantes (MOSCA, 1987; PARETO, 1984; MICHELS, 1982).

As contribuições de Bottomore (1974) e Bourdieu são fundamentais para que se amplie o leque de reflexões sobre elites políticas e novas percepções sobre esse grupo possam ser elaboradas.

Os pesquisadores brasileiros nos proporcionam conhecimento sobre a configuração das elites políticas brasileiras. Esses autores concordam em definir elites políticas como aqueles indivíduos que possuem determinadas características que os capacitam para o exercício da atividade política. Santos (2000), Rodrigues (2002; 2014) e Carvalho (2012), apesar de analisarem períodos históricos diferentes e possuírem recortes de pesquisa diversificados, apontam em suas conclusões para uma semelhança no perfil socioeconômico das elites políticas brasileiras, mas que podem modificar-se devido a mudanças na estrutura social.

As pesquisas sobre elites políticas são realizadas a partir de três métodos principais: o posicional, o decisional e o reputacional. Para contemplar os objetivos propostos, optou-se pelo método posicional. Incluímos também elementos da técnica prosopográfica e da análise de conteúdo. A análise quantitativa dos dados foi privilegiada, pois possibilita a verificação da totalidade dos casos, tendo em vista a extensão do universo examinado, ao contrário de técnicas quantitativas que seriam mais adequadas para estudos de casos.

Ao definir os deputados estaduais como o grupo a ser sondado, temos o discernimento de que essa parcela da elite política ainda é pouco estudada, como apontou Alcantára, e que tal situação acarreta dificuldades aos contornos da pesquisa, à averiguação de informações, à disponibilidade e confiabilidade das fontes para a construção do banco de dados. Todavia, seu desenvolvimento é útil para aprimorar os conhecimentos sobre essas elites e avançar nesse campo de estudos.

As discussões sobre carreiras políticas apresentadas no capítulo 2 aponta que os fatores considerados para a profissionalização devem ser remuneração, dedicação e experiência, sendo esta última condição averiguada entre os parlamentares do ES e de SP. Ainda sobre carreiras políticas, deve-se ressaltar que elas não se dão somente a partir do desenvolvimento da carreira no interior do legislativo, mas também a partir das influências exteriores e experiências anteriores em outros cargos eletivos e não eletivos.

Apresentamos as características sociais e econômicas entre os deputados ao longo de cinco legislaturas. Não houve diferenças marcantes entre as assembleias ou entre as legislaturas sobre esses aspectos. O que se pode destacar é que as mudanças que ocorreram no perfil desses representantes modificaram-se principalmente na última legislatura (19ª 2019-2022); por exemplo, com o aumento percentual da entrada de mulheres e alterações nas categorias profissionais dos deputados, com o crescimento de representantes de profissões não tradicionais, como os ligados à segurança pública.

Por fim, foram verificados os padrões de carreira e profissionalização política dos deputados, observando por quais cargos se dá a entrada na carreira e por quais cargos se dá a saída. Ao contrário do que se acreditava, a entrada na carreira política não se dá por cargos mais baixos da hierarquia eleitoral (no caso do Brasil, o de vereador), mas ocorre pela própria esfera legislativa estadual. Outra questão é a direção da carreira: constatou-se uma permanência no cargo de deputado estadual. Em relação à longevidade das carreiras – se curta, média ou longa –, apesar de aqueles que possuem carreiras mais curtas serem maioria (38,7%), a diferença entre os três grupos é relativamente pequena.

Deve-se ressaltar que a pesquisa, de maneira geral, contribui para a análise das elites políticas legislativas estaduais, retirando o foco das elites legislativas nacionais. De modo específico, auxilia no entendimento das configurações políticas locais e dos atores atuantes na política do estado do Espírito Santo e de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁNTARA, Manuel. **A profissionalização da Política**. Traduzido por Renata Oliveira Rufino. Curitiba: CPOP, UFPR. 2016.

ALENCAR BRAGA. **Alencar Santana Braga**. Disponível em: <http://www.alencarbraga13.com.br/alencarsantan/> Acesso em 12 jul 2018

ALONSO, Sonia. et al. **Análisis de contenido de textos políticos**. Un enfoque cuantitativo. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2011.

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Entre eleitora e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? Que se candidata? **Cadernos Pagu**, Dossiê O Gênero da Política: Feminismos, Estado e Eleições. v. 43, julho-dezembro de 2014, p 119-167.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Perfil Parlamentar e composição das comissões no Senado Federal**. In: VIII Encontro da ABCP, 2012, Gramado.

ARAÚJO, Simone Cuber. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. In: 36º Encontro ANPOCS – GT 10: Estudos legislativos, São Paulo, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **André do Prado**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300497> Acesso em 16 jul 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ângelo Perugini**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300590> Acesso em 16 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Campos Machado**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300217> Acesso em 17 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Luciano Machado**. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/Deputado/LucianoMachado> Acesso em 26 fev 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Comissões Permanentes**. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/Comissao/ListaComissao?tipoComissao=permanente> Acesso em 26 fev 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Ex-presidentes**. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/Conteudo/ExPresidentes> Acesso em 26 fev 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Agenda, Pauta e Atas Taquigráficas das Comissões**. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/Comissao/PautaComissao> Acesso em 26 fev 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Analice Fernandes**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300431> Acesso em 12 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cezinha de Madureira**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300550> Acesso em 17 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ramalho da Construção**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300526> Acesso em 17 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Welson Gasparini**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300523> Acesso em 20 set 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Teonilio Barba**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300584> Acesso em 20 set 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coronel Camilo**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300542> Acesso em 12 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ana do Carmo**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300400> Acesso em 12 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **André Soares**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300460> Acesso em 16 jul 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Alencar Santana Braga**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300496> Acesso em 12 jul 2018

BERTHOLINI, Frederico; FAJARDO, B. A.G.; LIMA, D.F.P.; PEREIRA, C. **Padrão de carreira nas Assembleias Estaduais no Brasil**: Em busca das conexões eleitorais em nível subnacional. Salvador: ANPAD, 2012.

BIANCHI, Álvaro. Pareto, Mosca e a metodologia de uma nova ciência política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19, p. 167-197, jan-abril de 2016.

BLACK, G. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144-159, 1972.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre a ciência política na Itália**. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BORCHERT, Jens. **Ambition and Opportunity in Federal Systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany, and the United States.** Frankfurt (Germany): University of Frankfurt, 2009.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. *Recrutamento e Modalidades de Entrada na Carreira Política: candidatos aos cargos legislativos no Rio Grande do Sul (1998-2006).* **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 35, vol. 16, p.351-379, 2017.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade.** Tradução de Otávio Guilherme C. A Velho. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais.

BOURDIEU, Pierre. *O campo político.* **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, p. 193-2016, janeiro-julho de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **LEI nº 13.165/2015.** Altera as Leis n^o 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/elegibilidade> Acesso em 25 fev 2019.

BRAGA, Maria do Socorro. Organização Partidária e Seleção de Candidatos no estado de São Paulo. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 14, n^o 2, p.454-485, Novembro, 2008.

BRAGA, Maria do Socorro; MIRÍADE, Angel; VEIGA, Luciana Fernandes. *Recrutamento e Perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos deputados nas eleições de 2006.* **RBCS**, v. 24, n. 70, p.123-142, junho/2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n^{os} 1/92 a 35/2001 e pelas emendas constitucionais de revisão; n^o 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13165.htm Acesso em 25/02/2019. Acesso em: 25 fev 2019

BUENO, Marcelo Cunha. Eu tenho o poder. **Revista Crescer.** Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI27395-15565,00-U+TENHO+O+PODER.html> Acesso em 28 fev 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Amaro Neto.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204356/biografia> Acesso em 25 fev 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. **Parlamentares.** Disponível em: <http://santamariadejetiba.es.leg.br/processo-legislativo/parlamentares-2> ACESSO EM 26 fev 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Tasso Andrade**. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/deputados/131447/biografia> Acesso em 27 fev 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Paulo Foletto**. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/deputados/160517/biografia> Acesso em 28 fev 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **César Colagno**. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/deputados/160664/biografia> Acesso em 28 fev 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Luiz Durão**. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/deputados/74775/biografia> Acesso em 11 mar 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **José Carlos Elias**. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/deputados/74671/biografia> Acesso em 11 fev 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Welson Gasparini**. Disponível em:
http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102286&tipo=0 Acesso em 20 set 2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **André Soares**. Disponível em:
http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=178943 Acesso em 16 jul 2018

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA SINDICAL DA CUT. **Dicionário Biográfico**. <http://cedoc.cut.org.br/dicionario-biografico> Acesso em:
 CHAVES, Raulino. **Padrões de recrutamento e trajetórias das elites políticas nos Inhamus**. Caxambu: 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: Uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 89-105, jun. 2008.

_____. *Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos*. In: PERISSINOTTO, Renato; Codato, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p.15-30.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos. *A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1988-2010)*. In: 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011, Caxambu.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social. **RBCS**, v. 24, n. 71, pp 143-153, outubro/2009.

CORONADO, José Luis Incio; RAMÍREZ, Carmen Chavarría. La ambición política en el nivel subnacional peruano. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, Área temática: Comportamiento electoral y dinámica subnacional, Julio, 2015, Lima.

CORONEL CAMILO. **Notícias**. Disponível em:
<https://www.coronelcamilo.com.br/notcias> Acesso em 12 jul 2018

COSTA, Luiz Domingos. **Os representantes dos estados no congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Unicamp, Campinas, 2010.

DA FONSECA ENGLER, Icaro Gabriel. Ricos e políticos: uma análise da origem familiar, trajetória profissional e carreira política dos 30 deputados federais brasileiros com maior patrimônio econômico da 55ª Legislatura (2015-2019). **Colômbia Internacional**, v. 95, p. 137-164, 2018.

DAHL, Robert. Uma crítica do modelo de elite dirigente. *In*: AMORIM, M.S. (org.). **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1970, p. 90-100.

_____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2015.

DEPUTADO BARBA. **Teonilio Barba**. Disponível em:
<http://deputadobarba.com.br/bio/> ACESSO EM 20 set 2018

DI MARTINO, Mayla. A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 44, p. 11-30, 2010.

DUFLOTH, Simone Cristina *et al.* Análise do Perfil dos Representantes eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras. Belo Horizonte: Fundação João pinheiro, 2013.

FARIAS, Milton Cordeiro Filho. Elites políticas regionais: contornos teóricos metodológicos para identificação de grupos políticos. **RBCS**, v. 26 n. 77, p. 175-187, Outubro/2011.

FGV. **José Tasso Oliveira Andrade**. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-tasso-oliveira-andrade> Acesso em 27 fev 2019

FGV. **José Carlos Elias**. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elias-jose-carlos> Acesso em 11 fev 2019

FGV. **Welson Gasparini**. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gasparini-welson> Acesso em 20 set 2018

FILHO, Arlindo Palassi. Teoria contemporânea da democracia: as visões de Schumpeter e Dahl. **Revista Em Tese**, UFSC, p.127-141, 2016.

FUCILI, Eliana Valeria. Notas para el análisis de los perfiles y trayectorias políticas. El estudio de los elencos dirigentes del una provincia de interior argentino (Mendoza, 1852-1900). **Hist. Soc.** n. 34, pp. 147-173, enero-junio de 2018.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência, Política e Trajetórias Sociais**: Uma sociologia histórica da teoria das elites. [s.l]: FGV, 1999.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p. 249-275.

HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JUVENTUDES DEMOCRADAS PAULISTA. **Nossos deputados estaduais**. Disponível em: <https://juventudemsp.wordpress.com/nossos-deputados-estaduais/> Acesso em 17 jul 2018

JUSBRASIL. **Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <http://al-es.jusbrasil.com.br> Acesso em:

JUSBRASIL. **Entrevista com o deputado Cezinha de Madureira**. Disponível em: <https://al-sp.jusbrasil.com.br/noticias/457301376/entrevista-com-o-deputado-cezinha-de-madureira> Acesso em 17 jul 2018

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, n° 2, outubro, p.337-365, 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes (orgs) *et al.* **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

KERNECKER, Theresa. Uma aproximación al concepto de la profesionalización de las carreras legislativas en Paraguay y Boliva. **Boletín datos de opinión**, n. 23, diciembre, 2010.

LEÃO, Larissa. Entrevista com o deputado Cezinha de Madureira. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=378663> Acesso em 17 jul 2018

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. IX, n° 1, pp.44-67, 2003.

LODOLA, Germán. Reclutamiento político subnacional. Composición social y carreras políticas de los gobernadores em Argentina. **Colombia Internacional** v. 91, p.85-116, jul-set. 2017.

MANCUSO, Wagner Pralon et al. Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49° (1991-1995) e 53° (2007-2011). **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 430-448, novembro, 2013.

MARENCO, André. O que podemos explicar estudando carreiras políticas. *In*: MARENCO, André (org) **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **RBCS**, v. 22, nº 64, junho-2007, p. 93-113.

MENDONÇA, Máira. Veja o perfil do deputado estadual Luiz Durão, preso por estupro no ES. **A Gazeta**. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/01/veja-o-perfil-do-deputado-estadual-luiz-durao-presos-por-estupro-no-es-1014162336.html> Acesso em 11 mar 2019

MESSEMBERG, Débora. O 'alto' e o 'baixo clero' do Parlamento brasileiro. **Adernos Aslegis**, n. 40, p. 79-107, maio-agosto de 2010.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Otávio Guilherme Velho. 3 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOREIRA, Renato Heitor Santoro, 1963- M838m *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)* / Renato Heitor Santoro Moreira. – 2008.

MOSCA, Gaetano. **História das doutrinas políticas**. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Completada por Gaston Bouthoul. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

NAVARRO, Thiago. Vereador em São Paulo, coronel busca cadeira na Assembleia. **JCNET**. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/Politica/2014/09/vereador-em-sao-paulo-coronel-busca-cadeira-na-assembleia.html> Acesso em 12 jul 2018

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NORRIS, Pippa. **Passages to Power. Legislative Recruitment In Advanced Democracies**. [s.l.]: Cambridge University Press, 1997.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. São Paulo: Ed Nova Cultura Ltda, 1996.

PARETO, Vilfredo. *Sociologia política*. Trad. Ruy R. Cunha. In: RODRIGUES, José Albertino (org). São Paulo: Ática, 1984.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. **Conheça melhor os petebistas – Deputado Campos Machado (PTB/SP)** Disponível em: <https://ptb.org.br/conheca-melhor-os-petebistas-deputado-campos-machado-ptbsp/> Acesso em 17 jul 2018

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Ana do Carmo**. Disponível em:
<http://www.pt.org.br/ana-do-carmo> Acesso em 12 ago 2018

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Hortolândia (SP) elege Ângelo Perugini prefeito com 58.291 votos**. Disponível em:
<http://www.pdt.org.br/index.php/hortolandia-sp-elege-angelo-perugini-prefeito-com-58-291-votos/> Acesso em 16 jul 2018

PEREIRA, Sandra. Atuação da deputada Analice Fernandes garantiu investimentos para Taboão, Embu e região. **Jornal na Net**. Disponível em:
<http://www.jornalnanet.com.br/noticias/17173/atuacao-da-deputada-analice-fernandes-garantiu-investimentos-para-taboao-embu-e-regiao> Acesso em 12 jul 2018

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 49-66, abril/2014.

PERISSINOTTO, Renato; MASSIMO, Lucas; COSTA, Luiz Domingos Costa. Oligarquia Competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 79-110, 2017.

PERISSINOTTO, Renato M. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpex, 2009.

PETRARCA, Fernanda Rios. “Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes”. In: PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano (orgs.): **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, p.151-184, 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreira política longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 178-208, jan.-abr., 2018.

POLSBY, Nelson W. A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Gustavo Rinaldi Althoff. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 221-251, jun. 2008.

PRATTI, Luana Puppini; PESSINE, Karina Melo; MACEDO, Mauro. *Perfil socioeconômico dos legisladores subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo*. **Revista Agenda Política**, v.4, n. 3, p. 66-89, 2016.

PRATTI, Luana Puppini; ARAÚJO, Paulo Magalhães. *Deputados do Espírito Santo: perfil socioeconômico e trajetória política 1987-2011*. **E-Legis**, v. 12, n. 28, p. 113-144, 2019.

RANNEY, A. **Pathways to Parliament**: candidate selection in Britain. Madison: University of Wisconsin Press, 1965)

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Ed. USP, 2002.

_____. **Mudanças na classe política brasileira**. 1 ed. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. **Pobres e Ricos na luta pelo poder**: novas elites na política brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

SANTANA, Luciana. Perfil, Trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria e Sociedade**, v. 2, n. 16, p.130-155, jun.- dez., 2008.

SANTOS, Fabiano. *Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99*. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. **Elites políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio: Zahar. 1983.

SÉCULO DIÁRIO. **Partidos**. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/partidos>
Acesso em:

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19. n. 39, p.115-137, jun. 2011.

TAROUCO, Gabriela; VIEIRA, Soraia; MADEIRA, Rafael. *Mensuração de Preferências Políticas: análise de manifestos partidários*. **Revista Política Hoje**, 2 ed, vol. 24, p. 135-150, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO. **Institucional**. Disponível em: <https://www.tce.es.gov.br/institucional/composicao/rodrigo-flavio-freire-farias-chamoun/> Acesso em 25 fev 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO. **Institucional**. Disponível em: <https://www.tce.es.gov.br/institucional/composicao/rodrigo-coelho-do-carmo/> Acesso em 22 fev 2019

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WIKIPEDIA. **Welson Gasparini**. https://pt.wikipedia.org/wiki/Welson_Gasparini
Acesso em 20 set 2018

WIKIPEDIA. **Carlos Roberto Casteglione Dias**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Roberto_Casteglione_Dias Acesso em 28 fev 2019

WIKIPEDIA. **Analice Fernandes**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Analice_Fernandes Acesso em 12 jul 2018

<http://www.ataydearmani.com.br>

Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/> Acesso em:

Disponível em: http://folhalitoral.com.br/site/?p=materias_ver&id=2560 Acesso em 27 fev 2019

Disponível em: <http://anadocarmodigital.com.br/historia/> Acesso em 12 jul 2018

Disponível em: <https://www.deputadoandresoares.com/bio> Acesso em 16 jul 2018

Disponível em:

http://portal.tododia.uol.com.br/_conteudo/2016/09/caderno/tododia_express/hortolandia/119226-meira-e-perugini-em-lados-opostos.php Acesso em 16 jul /2018

Disponível em: <http://www.camarapraia grande.sp.gov.br/noticias/941-deputado-estadual-campos-machado-e-homenageado-na-camara-municipal> Acesso em 17 jul 2018

Disponível em: <https://ramalhodaconstrucao.com.br/about/> Acesso em 17 jul 2018

Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/i71prefei.php> Acesso em 20 set 2018

Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/deputado-barba-comenta-a-sua-dedicacao-a-economia-solidaria/> Acesso em 20 set 2018